

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS: SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Cultura de polícia

Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais
militares em Belo Horizonte

Almir de Oliveira Junior
Orientador: Cláudio Chaves Beato Filho

Belo Horizonte, maio de 2007

Almir de Oliveira Junior

Cultura de polícia

Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política.

Banca examinadora:

Dr. Cláudio Chaves Beato Filho (Orientador)

Dra. Corinne Davis Rodrigues

Dr. Guaracy Mingardi

Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz

Dra. Joana Vargas

Dr. Antônio Augusto Pereira Prates (Suplente)

Dra. Regina de Paula Medeiros (Suplente)

Belo Horizonte, maio de 2007

Para Almir de Oliveira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiro lugar. Sem Ele, nada seria possível.

Ter estudado em uma grande instituição como a Universidade Federal de Minas me deu muitas oportunidades, visto os excelentes professores que tive. As contribuições diretas para realização do presente trabalho foram muitas. Sabendo que a responsabilidade por erros e acertos na tese é minha, agradeço ao meu orientador, Cláudio Chaves Beato Filho. Talvez o meu interesse por estudar organizações policiais, despertado primeiramente pelo professor Antônio Luiz Paixão, não teria ido adiante sem a ajuda do Cláudio, igualmente grande conhecedor do assunto. Agradeço também ao professor com quem realizei minhas primeiras leituras em Sociologia das Organizações, Antônio Augusto Pereira Prates, que se prontificou por várias vezes a me ajudar. Mesmo sem nenhum compromisso formal para tal, dispôs de várias horas de seu tempo para esclarecer minhas dúvidas e me apontar novos caminhos. Seu vasto conhecimento em teoria sociológica me ajudou enormemente na produção do primeiro capítulo. Agradeço à professora Corinne Davis que, na banca de qualificação, fez duras críticas ao meu projeto, sem as quais eu não teria a oportunidade de tentar aperfeiçoá-lo. Também agradeço por me ter colocado em contato com o professor Richard Bennet, da *American University*, que me forneceu os seus textos e algumas idéias interessantes.

Agradeço aos professores da *University of Texas at Austin*: Joseph Potter, Kristine Hopkins, Chandler Stolp e Willian Spelman. Devo a eles as primeiras

orientações sobre o que fazer com os dados do *survey* com policiais militares de Belo Horizonte. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, pelo apoio financeiro fornecido com a bolsa para minha participação, pelo período de um ano, no Programa Vilmar Faria da *University of Texas*.

Sou grato pelo apoio dado pelos colegas da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, especialmente Rosânia de Souza, Sérgio Félix e Marília Flecha. Os desafios colocados pelos cursos de Especialização em Segurança Pública e Gestão Estratégica em Segurança Pública levam-nos a aprender muito. Cada policial militar que foi meu aluno também merece meus agradecimentos, pelos agradáveis momentos de convívio e aprendizado mútuo.

Não posso deixar de fazer menção ao tenente coronel Assunção, tenente coronel Ricardo Ribeiro, capitão Luiz Henrique e sargento Sandra, pessoas amigas e prontas a ajudar. Foram meu apoio nas vezes que lecionei na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Aos colegas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, o CRISP, pois por inúmeras vezes foram os interlocutores com quem tive a oportunidade de trocar idéias sobre as teorias de polícia e, de uma forma geral, sobre técnicas de pesquisa e análise de dados.

Agradeço também aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pois souberam me incentivar nos meus momentos de desânimo, quando tinha que conciliar a produção da tese com o nosso amplo leque de atividades cotidianas como professores.

À Diana e ao Samuel, pela compreensão que foi necessária na fase final da redação, quando a tese tomou o lugar de prioridade, ainda que por um tempo limitado, na minha vida.

“A análise da cultura profissional dos policiais é o calcanhar-de-aquiles de toda pesquisa sobre a polícia (...). É como se, no processo de interpretação dos seus dados, o pesquisador se encontrasse confrontado com a necessária consideração de uma ‘variável’ imprevista, ou subestimada no protocolo de pesquisa, que por conseguinte convém designar-se por ‘cultura profissional’, e à qual será referido, como princípio explicativo das condutas, o que parece escapar à lógica organizacional, quer seja apreendida em termos hierárquicos (prescrições, controle, sanção) ou em termos racionais (objetivos, meios, eficácia).”

Dominique Monjardet, *O que faz a polícia*

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Percepções da população em relação à polícia, utilizando medidas gerais e específicas (%)	77
Tabela 2 – Percepções da população em relação à polícia por área (%)	81
Tabela 3 – Atitudes ocupacionais de policiais militares atuantes no município de Belo Horizonte: O perfil profissional	124
Tabela 4 – Correlações entre as variáveis do perfil profissional	125
Tabela 5 – Resultado final da análise fatorial com dados do perfil profissional (Matriz de componentes principais)	126
Tabela 6 – Variáveis individuais e de inserção ocupacional, potencialmente explicativas do perfil policial	131
Tabela 7 – Variáveis de prestígio e chance de ascensão profissional	134
Tabela 8 – Correlações entre as variáveis de prestígio e chance de ascensão profissional	135
Tabela 9 – Resultado da análise fatorial com dados sobre o prestígio e chance de ascensão profissional dos policiais (Matriz de componentes principais)	136
Tabela 10 – Variáveis de percepção sobre apoio dado pelo público	140
Tabela 11 – Correlações: percepção sobre apoio dado pelo público	141
Tabela 12 – Resultado da análise fatorial com dados de percepção sobre apoio dado pelo público (Matriz de componentes principais)	142
Tabela 13 – Os "law officers" e a opinião sobre se os movimentos de direitos humanos têm atrapalhado o trabalho da polícia no controle do crime	144
Tabela 14 – Perfil dos policiais e o sentimento de que a população está contra a polícia. O caso dos "law officers"	145
Tabela 15 – Perfil dos policiais e o sentimento de que a população está contra a polícia. O caso dos "peace officers"	145
Tabela 16 – Aspectos nos quais os jovens mudaram de acordo com a opinião dos policiais	156
Figura 1: Clusters de homicídio em Belo Horizonte – julho de 2002 a junho de 2003	94
Figura 2: Diagrama para análise dos perfis e atitudes dos policiais	147

SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	11
1. TEORIA SOCIOLOGICA E O CONCEITO DE CULTURA	20
1.1. A necessidade de um enfoque sociológico para análise da cultura	20
1.2. A perspectiva estrutural–funcionalista	22
1.3. A perspectiva situacional–interacionista	28
1.4. A definição de um enfoque intermediário para aplicação em contextos organizacionais: a contribuição de Erving Goffman	34
2. ORGANIZAÇÃO POLICIAL E CULTURA DE POLÍCIA	48
2.1. Definição de polícia	48
2.2. Polícia como organização	54
2.3. Surgimento da polícia moderna: os modelos francês e inglês	66
2.4. A polícia no Brasil e em Minas Gerais: um breve relato histórico	67
2.5. Polícia e sociedade	73
2.6. Traços da cultura policial	83
2.7. Cultura policial e dramaturgia social: a ideologia do profissionalismo como estratégia representacional	103
2.8. Socialização na cultura policial	109
3. AS FONTES DE DADOS	115
3.1. Survey com policiais militares em Belo Horizonte	115
3.2. Entrevistas sobre o policiamento comunitário	118

4.CULTURA POLICIAL E ATITUDES DE POLICIAIS MILITARES EM BELO HORIZONTE:	
ANÁLISE DE ALGUMAS CONEXÕES CAUSAIS	120
4.1. Personalidades ocupacionais de polícia	120
4.2. Variáveis relacionadas à cultura de polícia: características individuais e da inserção ocupacional	129
4.3. Personalidade ocupacional, influência e prestígio na organização	134
4.4. Cultura policial e a visão sobre o suporte dado pelo público	138
4.5. Um modelo compreensivo para análise de perfis e atitudes dos policiais	146
5. O POLICIAL MILITAR COMO AGENTE IMPLEMENTADOR DA SEGURANÇA PÚBLICA: CULTURA POLICIAL E A ESTRATÉGIA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	152
5.1. A complexidade das políticas públicas	152
5.2. Notas sobre atitudes de policiais militares em relação à implementação do policiamento comunitário na cidade de Belo Horizonte	157
CONCLUSÃO	165
BIBLIOGRAFIA	176
<i>ANEXOS</i>	186
Questionário utilizado no survey com policiais militares em Belo Horizonte	187
Amostra por unidade da Polícia Militar	212

RESUMO

O presente trabalho focaliza atitudes de policiais militares atuantes na cidade de Belo Horizonte, contextualizadas dentro de sua própria cultura organizacional. No primeiro capítulo se realiza uma discussão sobre a utilização do conceito de cultura na teoria sociológica. Depois de demonstrar a polissemia do termo, define-se a cultura como um processo dinâmico de elaboração de sentido para orientar e justificar posturas e ações de indivíduos concretos, cercados por regras e objetivos institucionais que devem ser interpretados. Já a cultura organizacional é definida como um conjunto limitado de mapas cognitivos apreendidos dentro da organização, utilizada como instrumental expressivo pelos indivíduos que dela participam, ao mesmo tempo em que lhes impõe certos limites à percepção e atuação. No segundo capítulo se realiza uma discussão sobre a definição de polícia e se delinea traços gerais da cultura policial. Neste capítulo também se faz um breve relato histórico sobre o surgimento da polícia no Brasil e seu desenvolvimento em Minas Gerais. No terceiro capítulo se fala sobre as duas fontes de dados utilizadas na tese: uma quantitativa e a outra qualitativa. A base quantitativa é utilizada no quarto capítulo para demonstrar como a cultura policial não é única dentro de um mesmo âmbito organizacional, apresentando divisões que não se devem a diferenças meramente individuais e subjetivas, mas a fatores que permitem a construção de tipificações. Estas, por suas vez, podem ser articuladas de maneira lógica, erigindo um quadro compreensível e empiricamente testável para interpretação da pluralidade intra-organizacional da cultura policial. Complementando o estudo, no quinto capítulo se utiliza o material qualitativo para analisar a cultura policial dentro do contexto de implementação do policiamento comunitário.

Cultura de polícia

Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

"A recurrent theme of the sociology of occupations is the effects of a man's work on his outlook on the world."

Jerome Skolnick, *Justice without trial*

Este trabalho é dedicado à dimensão da cultura, ou seja, valores, crenças e atitudes, no contexto organizacional e ocupacional da polícia ostensiva. O conceito de cultura policial vem sendo citado constantemente na literatura recente sobre organizações policiais, uma vez que a adoção do modelo de policiamento comunitário em várias partes do mundo tem levantado certa discussão sobre a "necessidade" de mudanças na cultura tradicional das polícias (BAYLEY & SKOLNICK, 2002, COSTA & MEDEIROS, 2003, GOLDSTEIN, 2000, MOORE, 2000, OLIVEIRA, 2002, SAPORI & SOUZA, 2001, SOUZA, 2001a, IZQUIERDO, 2002).

Em termos operacionais, este estudo focaliza as atitudes dos policiais quanto ao seu perfil profissional. Tais atitudes dizem respeito às crenças dos policiais com relação às qualidades que devem ter para serem policiais e também às atividades que

acreditam ter de desempenhar para o exercício de seu papel perante a sociedade. Diante disso, a concepção de sociedade portada pelo policial é incluída no estudo. Como ele vê o público e quais acredita serem as expectativas desse público em relação a ele? Como manipula e articula essas expectativas? Tal análise está referenciada, nesta tese, à dramaturgia social, entendida como perspectiva que se prende ao “quadro de referência” ou “*frame*” da experiência (GOFFMAN, 1974). Os policiais militares trabalham em torno de tipificações erigidas como “fachadas”, que vão desde o simbolismo em torno dos uniformes, até maneiras de falar próprias, o jargão policial. Esses mecanismos demarcam seu distanciamento em relação à “platéia”, a população¹ (GOFFMAN, 1985).

Com relação à organização do texto, no primeiro capítulo são delimitadas ferramentas conceituais para interpretação do papel da cultura no contexto organizacional. O objetivo é mostrar que essa cultura não deve, por um lado, nem ser vista como fator meramente estrutural das instituições, por outro lado nem como um agregado de crenças individuais. Realiza-se uma crítica à tradição funcionalista (PARSONS, 1968, 1977), que trabalha com uma concepção reificada de representações sociais, passando pelo interacionismo simbólico (BLUMER, 1969, BERGER E LUCKMANN, 1973), chegando à dramaturgia social (GOFFMAN, 1974, 1985). Essa última perspectiva é então comparada com outros desenvolvimentos teóricos aplicáveis a contextos organizacionais concretos: as análises de Bourdieu sobre espaço social e *habitus* (BOURDIEU, 1989, 1990, 1992), além da abordagem do novo institucionalismo dentro da sociologia das organizações (MARCH & OLSEN, 1989 E 1995, MARCH & SIMON, SD, MEYER, 1977, PERROW, 1986, PRATES, 2000). Essas abordagens levam em conta os *indivíduos* dentro das organizações e as formas como incrementam, a partir

¹ Se esse distanciamento for dotado de certa “mistificação”, maior a possibilidade de controlar a definição da situação em encontros sociais, o que pode favorecer a consecução dos objetivos pragmáticos do grupo (GOFFMAN, 1985). A “aura” de profissionalismo da qual se revestem os policiais, por exemplo, representa uma dessas mistificações (MANNING, 2003).

de um campo intersubjetivo, estratégias de adaptação cognitiva às regras institucionalizadas, que são redesenhadas em práticas compartilhadas que levam em conta lógicas em uso que não se confundem, necessariamente, com os objetivos oficiais do grupo (PAIXÃO, 1982, 1993).

Deve ficar claro que o objetivo teórico da tese não é, absolutamente, resolver a querela em torno das dificuldades do uso do conceito de cultura na sociologia. Parte-se do princípio que um conceito científico não é, necessariamente, "verdadeiro" em si mesmo. Antes, o que está em jogo é a sua utilidade para análise. Nesse sentido, Erving Goffman, da forma que trabalha a dimensão simbólica em contextos institucionalizados, é um autor relevante para compreensão da relação entre sujeito e estrutura na teoria sociológica (GIDDENS,1987). Defende-se que poderá auxiliar na definição da cultura organizacional como uma dimensão intermediária, influenciada pela estrutura e metas organizacionais ao mesmo tempo em que agrega crenças e atitudes trazidas do ambiente externo pelos membros da organização, de acordo com sua socialização anterior. Uma organização é ambiente propício à emergência de símbolos e processos rituais que fornecem base para sua própria legitimidade, tanto frente ao público externo, como também em relação às suas estruturas internas de poder. Assim, dentro da perspectiva da dramaturgia social, ao se falar de cultura organizacional a atenção está sobre o problema de como os policiais representam a si mesmos frente à sociedade (comunidade, mídia, autoridades) e à própria organização (colegas, superiores, normas internas).

A cultura policial é vista como um processo formativo e não de forma reificada, como uma estrutura ou sistema dado. A organização policial não é tratada como uma "sociedade em miniatura", nem se aborda a cultura organizacional como vaga ou extremamente abstrata. Ou seja, por um lado, aos policiais não corresponde exatamente um sistema específico de percepções do mundo. Mas, por outro lado,

como indivíduos em um processo coletivo de construção de identidade, os policiais compartilham de determinadas crenças e conceitos próprios da experiência no campo social em que atuam.

A cultura policial é um conceito geralmente estereotipado, tanto na visão acadêmica como no senso comum. Neste trabalho busca-se resgatar o ponto de vista do indivíduo dentro da organização. Dentro de certas leituras marxistas, baseadas na famosa frase "o estado como comitê executivo da burguesia", o policial é visto como uma figura sem poder reflexivo, treinado para o embrutecimento, de forma a ser eficiente na manutenção de uma ordem social injusta². Também a idéia de uma polícia como organização militarizada leva a certas concepções simplistas, como se os praças fossem meros receptores e executores mecânicos de ordens provenientes de níveis superiores³. Em ambas as interpretações o poder discricionário dos policiais é subestimado.

No segundo capítulo se faz um estudo bibliográfico a respeito das organizações policiais. Partindo-se de uma discussão sobre a definição de polícia, se realiza um levantamento de conceitos sobre organização e cultura policial. Nessa parte do trabalho o objetivo é delinear traços gerais da cultura policial, plausíveis de serem encontrados na maior parte das instituições ao redor do mundo. Mas a especificidade da história da polícia em Minas Gerais também é considerada, após um breve relato sobre o surgimento da polícia moderna, nos moldes francês e inglês, e seu aparecimento no Brasil durante o século XIX. Ao final do capítulo se retoma o

² "Uma parte significativa dos estudos sobre as burocracias modernas possui uma inspiração claramente marxista (...). Esta perspectiva é informada pela ambição de ressuscitar uma 'grande teoria' já conhecida de todos nós: no plano mais essencial e subterrâneo da manifestação dos fenômenos sociais, seria possível revelar um meticuloso e consciente projeto de dominação econômica e política da classe capitalista, que não pouparia esforços para impor sua hegemonia aos mais distintos domínios da vida em comum. As polícias, assim como outras agências de controle existentes, fariam parte de um conjunto bem articulado de aparelhos repressivos do Estado contra as aspirações dos trabalhadores e demais atores subalternos do poder". (MUNIZ, 1999: 41)

³ No caso brasileiro essa visão é reforçada devido à longa e relativamente recente ditadura militar.

referencial teórico da dramaturgia social como instrumento para nos ajudar a entender a cultura policial e o processo de socialização na mesma.

O terceiro capítulo, o mais breve da tese, tem por objetivo apenas esclarecer informações sobre as fontes de dados utilizadas. Primeiramente, um *survey* que foi realizado em Belo Horizonte com uma amostra representativa dos policiais militares atuantes no município, por atividade e patente⁴. Trata-se de um trabalho inédito no país e praticamente inexplorado por outros analistas. A outra fonte de dados é um conjunto de entrevistas individuais e entrevistas em forma de grupo focal, realizadas dentro de uma pesquisa produzida pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, o CRISP, financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a SENASP⁵. Essas entrevistas foram realizadas com policiais militares atuantes nas cidades de Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro.

As duas fontes de dados, a primeira quantitativa e a segunda qualitativa, são utilizadas em momentos distintos da tese, com diferentes objetivos. Ou seja, não se pretende articulá-las, dadas as diferenças entre os seus tipos de informações e também dos períodos em que foram coletadas. Algumas variáveis levantadas no *survey*, relacionadas à cultura policial, são exploradas no quarto capítulo para demonstrar os diferentes perfis ou *personalidades ocupacionais* dos policiais militares, a articulação de tais perfis com outras variáveis referentes ao contexto organizacional e ao contexto externo à organização. Quanto às entrevistas, são utilizadas no quinto capítulo, visando levantar certas atitudes dos policiais quanto à implementação do

⁴ Pesquisa realizada no ano 2000, em parceria da Fundação João Pinheiro com a Universidade Federal de Minas Gerais, como parte do projeto “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta”. O questionário utilizado no *survey* consta nos anexos desta tese.

⁵ “Estudo da estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória”. Tem-se uma autorização especial da SENASP para uso dos dados dessa pesquisa, já que o autor não estará utilizando a versão publicada (BEATO et al, 2005), mas uma versão completa, com todas as entrevistas. Nas citações das mesmas constará simplesmente “pesquisa SENASP”.

policciamento comunitário. Essas atitudes serão ilustradas com a apresentação de alguns trechos transcritos.

No quarto capítulo se enfrenta o ponto fundamental da tese. Dentro da cultura de polícia não se encontra um corpo único de atitudes e idéias, daí a preocupação em identificar diferentes perfis dos policiais. Nessa tarefa são utilizados os dados atitudinais do *survey* realizado com policiais militares de Belo Horizonte. A intenção é explorar uma tipificação emergente da exploração dos dados disponíveis, utilizando-se a técnica de análise fatorial, comparando os resultados com a bibliografia sobre o tema⁶.

Ao se trabalhar com os dados disponíveis, é adotada a tradição ou perspectiva sociológica do individualismo metodológico. Ou seja, parte-se do indivíduo como unidade de análise ⁷. Organizações são portadoras de objetivos e normas gerais, mas compostas de indivíduos concretos, com suas percepções, experiências e metas. Assim, o estudo do funcionamento e dos resultados de uma organização é algo extremamente abstrato, caso o ponto de partida não seja a realidade dos atores atuantes na mesma, mesmo que lidando com símbolos e objetivos provenientes de uma socialização comum (MARCH & OLSEN, 1989 e 1995, PERROW, 1986). O que se pretende com o conceito de cultura organizacional é um equilíbrio entre padronização (cultura como característica estrutural) e voluntarismo (neste caso não se poderia falar em cultura organizacional, pois as crenças e atitudes dos indivíduos não teriam

⁶ As referências básicas a respeito são WILSON, 1973, e BITTNER, 1990.

⁷ Com referência a Max Weber, e não à Teoria da Escolha Racional (TER), com a qual a expressão individualismo metodológico tem sido tão identificada atualmente, mas que corresponde apenas a uma das suas possibilidades.

Max Weber define o objeto da sociologia a partir dos sentidos atribuídos pelos indivíduos às ações sociais. "Se eu finalmente me tornei sociólogo (...), o motivo principal é pôr fim a esses exercícios com base em conceitos coletivos cujo espectro está sempre rondando. Em outros termos, a *sociologia* também só pode ter origem nas ações de um, de alguns, ou de numerosos indivíduos distintos. É por isso que ela é obrigada a adotar métodos estritamente individualistas." (WEBER, apud BOUDON & BOURRICAUD, 1993: prefácio)

nenhuma relação com os papéis e atividades comuns que desempenham dentro da organização).

Pretende-se ir além de conhecer os diferentes perfis, ou “personalidades ocupacionais” dos policiais (BITTNER, 1990). Não só é importante saber como eles definem a si mesmos no exercício de seu papel profissional, como também, e a partir disso, são trabalhados outros conjuntos de variáveis que problematizam a tese. Qual a relação dos diferentes tipos de perfil profissional com a estrutura da organização? Quais as diferenças entre oficiais e praças? Como a atividade desenvolvida na organização influencia a visão que se têm sobre o papel de policial?

Complementando a análise da relação entre elementos da estrutura e da cultura organizacional, indaga-se sobre qual tipo de policial tem mais espaço ou influência dentro da organização. Isso é mensurado indiretamente, computando-se o número de vezes que um praça declara ter feito sugestões a superiores e a medida na qual essas sugestões são acatadas, de acordo com a percepção do próprio policial. Também estão disponíveis, no *survey* citado, dados sobre como os policiais vêem suas chances de promoção na carreira, além do sentimento em relação às regras da instituição: se elas são vistas como elemento a favor ou contra o indivíduo enquanto membro da organização. Esses aspectos têm a ver com a comunicação hierárquica, a participação e as relações de poder dentro da organização (ETZIONI, 1961).

No final do capítulo são incluídas as percepções dos policiais sobre o meio externo à organização. A hipótese em jogo é que o ponto de vista dos policiais quanto a essa questão varia significativamente em função do tipo de cultura organizacional que compartilham. Como os policiais vêem a comunidade, outros órgãos públicos e organizações ligadas a direitos humanos? Muito já se produziu na literatura sociológica sobre os julgamentos do público em relação à polícia (ZAMBLE &

ANNESLEY, 1987, CORREIA et alli, 1996, BEATO E PAIXÃO, 1997, TYLER, 2001) ⁸, mas o mesmo não é verdade quanto se trata da forma que os membros das organizações policiais percebem e classificam a população com a qual devem lidar. Estudos desse tipo geralmente se limitam a discutir questões ligadas a discriminações de raça e gênero (HAHN et alli, 1971, REISS, 1971, SKOLNICK & FYFE, 1993). No presente trabalho, se explora quais variáveis influenciam as atitudes dos policiais quanto ao suporte ou apoio recebido pela população, assim como percebido por eles (ver BENNETT & MORABITO, 2004).

Note-se que o âmago da tese é desenvolvido neste capítulo. Ou seja, além dos elementos atitudinais que compõem uma cultura quase universal de polícia, se demonstra como essa cultura não é única dentro do mesmo âmbito organizacional, apresentando divisões que não se devem a diferenças meramente individuais e subjetivas, mas a fatores que permitem a construção de tipificações, que por suas vez podem ser articuladas de maneira lógica, erigindo um quadro compreensível e empiricamente testável para interpretação da pluralidade intra-organizacional da cultura policial.

Complementando o estudo, no quinto e último capítulo se aborda a questão da cultura policial dentro do contexto de implementação de um programa de segurança pública desenhado para reorganizar a polícia: o policiamento comunitário. O campo das políticas públicas é muito complexo, pois, além de bens públicos *strictu sensu*, o estado fornece aos cidadãos também um grande conjunto de bens simbólicos. O que se produz na área de segurança pública, em larga medida, diz respeito à segunda categoria citada.

⁸ Esses trabalhos acabam quase sempre por demonstrar a predominância de uma imagem claramente deteriorada a respeito da polícia. Isso será retomado adiante, uma vez que levanta a hipótese de ser um fator importante também na construção da auto-imagem do policial.

A polícia ostensiva é uma das faces mais visíveis do estado e sua atuação é fundamental na determinação do grau de segurança subjetiva da população, além de empregar uma imagem de ordem às relações cotidianas das pessoas.

A polícia comunitária implica a tentativa de certa reorganização operacional da polícia brasileira, uma vez que institucionaliza uma maior preocupação com a qualidade da interação entre agentes policiais e a população. Dados da pesquisa citada, realizada pelo CRISP para Secretaria Nacional de Segurança Pública⁹, revelam algumas definições situacionais que emergem no contexto cotidiano da atuação dos policiais militares, em meio à implementação do policiamento comunitário.

⁹ “Estudo da estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória”.

1. TEORIA SOCIOLÓGICA E O CONCEITO DE CULTURA

"Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deve abranger ambos estes aspectos."

Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade*

1.1. A necessidade de um enfoque sociológico para análise da cultura

A idéia da existência de culturas organizacionais, ou seja, do compartilhamento de certas visões de mundo e crenças ocupacionais por parte dos membros de uma empresa, instituição pública, academia, etc., não é uma invenção dos analistas dessas organizações. O conceito de cultura possui uma história dentro da teoria sociológica. Porém, quando evocado, pode produzir uma série de interpretações e confusões. Pode-se falar que uma organização é dotada de fronteiras sociais que permitem falar de uma cultura "empresarial", "acadêmica" ou "policial", assim como se fala de uma cultura mineira ou norte-americana? Mesmo essas duas últimas acepções seriam legítimas?

Com certeza a cultura não é um conceito óbvio, e quem o utiliza necessita esclarecer sua utilidade: trata-se de uma entidade estrutural? É uma manifestação

externa de elaborações simbólicas individuais? De que maneira um contexto social específico, como uma organização, pode influenciar o seu significado?

Segundo Margaret S. Archer o conceito de cultura, apesar de relevante, é dotado de pouco desenvolvimento analítico dentro da sociologia (ARCHER, 1988). De forma geral, em nível descritivo a noção de cultura carece de precisão, englobando elementos diversos, normalmente ligados à noção de "estrutura", como papéis, crenças, instituições, bens simbólicos, etc.

Assim, não é difícil imaginar o problema metodológico da definição de variáveis que realmente compõem o conceito de cultura¹⁰. No nível explicativo ocorre a oscilação do uso da cultura ora como variável independente frente à sociedade, ora como variável dependente, explicada por rumos concretos assumidos pelas relações sociais em determinados contextos históricos ou institucionais.

Talvez o conceito de cultura careça de desenvolvimento, ou um tratamento mais atento, dentro da sociologia, assim como parece ocorrer com o conceito de sociedade dentro da antropologia¹¹. É sintomático que, tanto no *Tratado de sociologia* (BOUDON,1979), assim como no *Dicionário crítico de Sociologia*, (BOUDON & BOURRICAUD, 1993), recorre-se principalmente a antropólogos consagrados como Abraham Kardiner, Ruth Benedict, Ralph Linton, Herskovits, Margareth Mead, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn para definição de cultura, e não ao trabalho de sociólogos. E mesmo dentro da antropologia, o conceito de cultura apresenta enorme diversidade, e, portanto, inconsistência:

¹⁰ Ronald Inglehart tem realizado trabalhos recentes lidando com o problema da construção de indicadores empíricos de cultura, buscando mensurar, por exemplo, o impacto da cultura sobre o desenvolvimento econômico e político (INGLEHART, 1990).

¹¹ Sobre o conceito de sociedade dentro da teoria antropológica: BARNARD, A. & SPENCER, J. *Encycopaedic dictionary of social and cultural anthropology*. London: Routledge, 1996, e INGOLD, T. "The concept of society is theoretically obsolete" In: *Group for debates in anthropological theory*. Manchester: University of Manchester/Department of Social Anthropology, SD.

"Referência obrigatória quando se trata do conceito de cultura nos domínios constitutivos das ciências humanas, a obra de Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn (...) oferece-nos um conjunto de 163 definições que faz ressaltar inicialmente uma pletera de sentidos. No seio das seis categorias entre as quais essas amostragens semânticas se encontram distribuídas - descritivas, históricas, normativas, psicológicas, genéticas e estruturais-, os conteúdos apresentam variações tais que se pode falar de 'selva conceitual'. A inflação de especificações veio-se juntar-se à multiplicidade de acepções; no início dos anos 60, Edward Shils traçou um esboço divertido ao distinguir *high culture*, *refined culture*, *elaborate culture*, *middle culture*, *serious culture*, *vulgar culture*, *low culture*, etc." (BOUDON, 1979: 489)

Clifford Geertz chega a utilizar o termo *pantanal conceitual* ao referir-se à multiformidade do conceito nas ciências sociais, com acepções que vão desde "o modo global de vida de um povo", ou "um celeiro de aprendizagem em comum", até "um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens" (GEERTZ, 1978).

Apesar dessas dificuldades, ou justamente devido às mesmas, se fará um breve levantamento do uso do conceito de cultura na sociologia, buscando enfocar a maneira pela qual foi utilizado em algumas das diferentes correntes teóricas da disciplina no decorrer de seu desenvolvimento.

1.2. A perspectiva estrutural-funcionalista

É curioso o fato de que na obra de Durkheim, considerado por muitos o fundador da sociologia científica, praticamente não se encontra o uso do termo cultura. O conceito de *fato social* abrange maneiras de ser, agir e pensar do grupo e,

dessa forma, os elementos simbólicos da sociedade. Assim, talvez se possa afirmar que Durkheim não distingue os conceitos de cultura e sociedade.

Pode-se inferir da obra de Durkheim que a principal função do conjunto de elementos culturais de uma sociedade é mantê-la coesa, ou seja, mantê-la existindo. Representações sociais, ou seja, sistemas simbólicos, como os religiosos, valorativos e morais, cumprem a função de serem o fundamento da sociabilidade humana. As coisas não têm significado em si mesmas, e o princípio da supremacia da realidade social sobre a individual, ou seja, da consciência coletiva sobre a do indivíduo, explica por que as pessoas se prostram diante de ídolos, se mobilizam em torno de bandeiras e brasões, que em si mesmos não passam de pedaços de pau ou de pano.

O princípio atuante é sempre o de uma classificação que emerge da consciência coletiva. A dimensão cultural corresponde a um conjunto de ideais aplicados a uma realidade qualquer. Porém não se tratam de ideais subjetivos, mas ideais que correspondem às representações do grupo.

A distância que separa estas representações coletivas do mero estado de opinião individual é enorme. As representações individuais e coletivas são de natureza distinta e incomparável:

"(...) os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, *elas se transformam em outra coisa* (DURKHEIM, 1970: 39)."

Por exemplo, sendo o indivíduo postulado como um valor central na sociedade contemporânea, as pessoas se sentem ofendidas ao receber notícias de que os direitos individuais foram violentamente desrespeitados. Mas isso é consequência da própria evolução da sociedade, que atua de forma coercitiva sobre as consciências individuais.

Em um processo *sui-generis*, é a sociedade que define, no plano cultural, o indivíduo como uma categoria simbólica de destaque. Foi através do movimento de diferenciação contínua pelo qual passou a sociedade que ocorreu uma valorização crescente de suas partes constituintes (DURKHEIM, 1989).

Dando, de certa forma, continuidade a elementos da abordagem funcionalista durkheimiana, Talcott Parsons definiu que a ação humana deveria ser vista ocorrendo dentro de sistemas. A ação social significa a conduta que, resumidamente, apresenta os seguintes requisitos analíticos: 1) Se orienta para a obtenção de fins ou metas, ou outros estados que possam ser antecipados; 2) tem lugar em situações estruturadas; 3) Se encontra normativamente regulada; 4) Supõe gasto de energia (esforço). Essa ação é "constrangida" pela interação estrutural (troca de informações e energia) entre os sistemas biológico, de personalidade, social e cultural, que se equilibram à medida em que se adaptam uns aos outros (PARSONS & SHILS, 1968).

A sociologia se ocuparia basicamente da parcela de conduta humana que pode ser explicada pela composição do sistema social. Nesse sentido, o objeto da sociologia é a ação social sob a forma que adquire segundo o ângulo específico de sua relação com os objetos sociais, estruturalmente organizados e significativos. Tais "objetos" sociais consistem nos outros atores, do ponto de vista do *ego*, e podem se referir a indivíduos ou coletividades, como classes sociais por exemplo. Já objetos simbólicos não pertencem ao sistema social, mas ao sistema cultural, consistindo em fatores exteriores que acabam tendo forte influência condicionante sobre as ações dos atores.

O sistema social mantém trocas (comunicação) com os outros sistemas, que podem ser tomados então enquanto o seu ambiente. Dessa forma, a *cultura* fornece o que Parsons chama de *legitimação do sistema social*, enquanto o organismo biológico efetua as suas ligações com o ambiente natural, dando sobrevivência básica ao sistema de ação.

Além de relações de interdependência e complementariedade, esses diferentes sistemas estão relacionados segundo uma ordenação hierárquica. Esse fato é importante, se levarmos em consideração que cada um dos quatro sistemas possui mecanismos de controle da ação. De acordo com esse controle, verifica-se a razão da *supremacia* da cultura. O sistema cultural compõe-se de elementos simbólicos que conduzem e controlam a ação pelas informações de que dispõe. Justamente o caso oposto do sistema biológico, que conduz e controla a ação através da energia que desenvolve e despende, mas que não é dotado de informação suficiente para orientar o indivíduo no ambiente.

Um sistema exerce maior controle sobre o outro na medida em que estiver mais elevado na hierarquia. Portanto, *o sistema cultural exerce controle sobre o social*, visto que ocupa o ápice do modelo parsoniano.

A cultura, como conceito estrutural, tem lugar de destaque nessa perspectiva teórica, uma vez que integra todos os outros sistemas, orientando-os. É o sistema dotado de maior grau de informação.

De forma sintética, esse é o papel do conceito de cultura dentro da obra de Parsons. Abrangendo valores, conhecimento e ideologias, constitui um sistema que fornece inspiração e legitimação da ação social, enquanto que o sistema social compreende o conjunto de interações existentes nas coletividades, baseada em normas sociais. Os dois sistemas se interpenetram, seja qual for o tipo ou tamanho da coletividade:

"Falamos de organizações e de outras coletividades como instituições (...). As instituições (...) são complexos de regras e princípios normativos que, através da lei ou através de outro mecanismo de controle social, servem para regular a ação social e as relações – naturalmente, com graus de êxito variáveis. Cada meio, portanto, é

concebido para ser articulado num complexo institucional funcionalmente definido."
(PARSONS, 1977: 111)

Jon Elster põe abertamente em dúvida a possibilidade de explicações funcionais nas ciências sociais. As teorias funcionais não explicitam os mecanismos que ligam as funções aos padrões de comportamento social. Para esse autor, o maior desafio das ciências sociais no paradigma funcionalista estaria em demonstrar como os fenômenos sociais podem ser explicados através de resultados das estratégias e ações dos indivíduos (ELSTER, 1983).

O funcionalismo tem por característica explicar as causas dos fenômenos pelas conseqüências que eles têm, simplesmente não explicando como essas conseqüências retroagem sobre as causas¹². Em outras palavras, explica-se o "x" pelo "y", não se tendo pesquisado o mecanismo de ligação entre as duas coisas, havendo um vácuo onde deveria existir uma verdadeira teoria e uma complexidade de dados empíricos.

De que modo preocupações com categorias de estrutura e função podem ser enquadradas no processo interpretativo, por meio do qual seres humanos, individual ou coletivamente, agem na sociedade? Aqui se tem referência clara em Weber. Diferentemente de Durkheim, Weber define a sociologia como uma ciência compreensiva. Para ele a cultura é a divisora de águas entre as ciências naturais e humanas. Ela permite ao sociólogo recorrer a métodos empáticos, a partir dos quais se capta o sentido cultural que orienta, e explica a ação social. O fato de o sociólogo estar inserido na cultura, parte fundamental de seu próprio objeto de estudo, não torna a

¹² A mesma crítica poderia ser aplicada ao marxismo. A solução estaria em uma teoria que tenha abrangência sobre as preferências dos atores, suas escolhas e conseqüências das mesmas (PRZEWORSKI, 1988). Antes dos questionamentos provenientes da vertente da Teoria da Escolha Racional (TER) terem se tornado mais duros dentro da sociologia, as correntes funcionalistas já haviam recebido acirradas críticas provenientes do interacionismo simbólico.

sociologia ineficaz no diz respeito à construção da objetividade (WEBER, 1982). Pelo contrário, é um recurso adicional a ser utilizado no trabalho científico:

"The interpretative method is necessary because people *experience* life: they do not just *react* to it in a mechanical way. As people experience life, they try to find its meaning. It is because meaning is subjective that the method of discovering meaning must be subjective in turn." (ALEXANDER, 1987: 301)

Dentro da sociologia organizacional, autores chamados de neo-weberianos, como Herbert Simon e James March, buscam valorizar essa perspectiva de resgate do indivíduo dentro de contextos institucionalizados (PERROW, 1986, PRATES, 2000).

Em uma perspectiva interpretativista, as críticas levantadas ao funcionalismo são direcionadas ao fato de explicar que as pessoas se comportam de acordo com valores compartilhados devido a alguma espécie de estrutura social que estaria funcionando de forma a coordenar ações por meio de mecanismos de conformação diversos, principalmente a educação. Imbuído dessas concepções, o problema analítico da transposição do nível da ação individual para coletiva dilui-se facilmente. A oposição entre interesses individuais e coletivos passa a ter uma relevância muito limitada ou é completamente infundada, já que a conduta humana é moldada por normas comuns. Todo comportamento que não pode ser explicado por esse modelo é relegado à categoria de *desviante*, e o dilema da ação coletiva, já levantado por Hobbes, passa a ser uma questão sem nenhuma relevância.

Além do mais, freqüentemente são indivíduos, não "estruturas", que se tornam verdadeiras unidades de análise dentro da pesquisa sociológica. Sociólogos aplicam questionários em larga escala e inferem, posteriormente, o comportamento grupal como resultado agregado de variáveis mensuradas, de fato, no plano individual.

Percebe-se, portanto, certa reificação do conceito de cultura na abordagem do estrutural-funcionalismo. Para cumprir função de legitimação da ordem social¹³, a cultura deveria satisfazer um grau de consistência e sistematização empiricamente questionável:

"this Myth embodies 'one of the most deep-seated fallacies in social science (...) the (...) assumption of a high degree of consistency in the interpretations produced by societal units' (...). Originating at the descriptive level, the Myth created an archetype of culture(s) as the perfectly woven and all-enmeshing web, the intricate construction of which only added to its strength". (ARCHER, 1988: 2)

1.3. A perspectiva situacional-interacionista

De acordo com a perspectiva interacionista, *uma cultura não existe fora das indicações que as pessoas fazem às outras no curso de suas interações, sendo dependente de constante negociação em situações determinadas. A cultura só é*

¹³ Apesar de que a noção de cultura como aparato legitimador seja, na verdade, uma constante em trabalhos sociológicos também de outras vertentes. Porém, o problema do funcionalismo está em apostar em uma abordagem sistêmica, que em grande parte desconsidera o processo formativo dos aparatos simbólicos das coletividades. Para Peter Berger e Thomas Luckmann, a origem da cultura está na objetivação das relações sociais cotidianas, e pode ser definida como um universo simbólico constituído por corpos de tradição cognitiva que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade expressiva (BERGER & LUCKMANN, 1973). Já a corrente denominada "crítica" trabalhou de forma diferente o conceito de cultura como esfera de legitimação das relações sociais. A atual cultura de massas exprime uma pretensa universalidade, e assim: "Uma instituição ou prática social pode ser extremamente repressiva (...) e mesmo assim ser aceita pelos membros de uma sociedade porque eles a consideram legítima, e eles a vêem como legítima por causa de certas convicções normativas profundamente arraigadas em sua figuração de mundo (GEUSS, 1981: 98)". As instituições são legítimas devido à "figuração de mundo", ou seja, à cultura, que corresponde ao conjunto de convicções que os indivíduos têm a respeito da sociedade na qual vivem. No decorrer do processo de socialização todo indivíduo sofre pressões para não seguir as convicções que poderiam ser taxadas de "anormais" no contexto da cultura, passando então a abraçar o estabelecido como legítimo. Para Jürgen Habermas a própria ciência, como elemento da cultura ocidental, faz parte desse processo (HABERMAS, 1985).

empiricamente observável na forma em que é interpretada em uma interação (BLUMER,1969).

A ordem social, inclusive seu nível simbólico, consiste em um processo de constante negociação, simplesmente não existindo estruturas sociais livres de interpretações. Dentro dessa visão o funcionalismo teria reificado os fatores culturais, como se existissem por si próprios.

É certo que a perspectiva interacionista da cultura também possui sérias limitações. A cultura é um conceito coletivo, e desenvolver respostas à questão de como, exatamente, fenômenos coletivos emergem de atitudes e ações individuais constitui uma árdua tarefa teórica, não explorada de forma totalmente adequada dentro do interacionismo. Por outro lado, também é difícil ignorar vantagens que leva sobre a abordagem funcionalista, uma vez que, voltando-se para o ator, existe a possibilidade de interpretar e identificar os micro-fundamentos da vida social. Foge-se de esquemas extremamente abstratos, que tendem a limitar o desenvolvimento da pesquisa empírica, partindo-se para a operacionalização de conceitos em categorias observáveis¹⁴.

Privilegiar o estudo de sistemas equivaleria a priorizar a ação de fatores externos sobre o comportamento humano, desconsiderando então os fenômenos próprios da interação. Uma vez na presença de outras pessoas, valores morais e normas sociais são relevantes, obviamente, mas ganham força nos gestos e reações visíveis emitidos, pelos outros, ao agente.

No interacionismo simbólico, um fenômeno relevante, próprio da interação social, é a emergência do “*self*”¹⁵. Dizer que uma pessoa possui um “*self*” significa que

¹⁴ Blumer trabalha com a idéia de conceito “sensível” (BLUMER, 1969).

¹⁵ O *self* representa um processo social no interior do indivíduo, envolvendo duas fases analíticas distintas: O *eu*, que é a tendência impulsiva do indivíduo, e o *mim*, que é a representação do outro no indivíduo (HAGGET, 1992: 30).

ela tem a capacidade de se colocar no lugar do outro, sendo possível se tornar objeto de sua própria ação. É justamente esse processo que permite a atribuição de significados mútuos nos encontros sociais. O que constrange ou limita as possibilidades de significados nas relações sociais cotidianas é a presença do outro e o que isso acarreta.

De acordo com a visão do interacionismo simbólico, a premissa básica que deve ser levada em conta ao se analisar a conduta humana é que os seres humanos agem através das coisas com base nos significados que essas têm para eles. E tais significados são derivados da interação social que um indivíduo sustenta com outros, sendo manuseados em – e modificados através de – um processo interpretativo utilizado pelos indivíduos ao lidarem com as situações que encontram.

O funcionalismo teria ignorado essa premissa, pois tendeu a tratar a conduta humana como produto de vários fatores que agem sobre os sujeitos. Dessa forma, veio a cair no determinismo, não contemplando com precisão o nível de liberdade dos agentes para influenciarem as situações e relações sociais. A própria natureza da sociedade humana ou vida em grupo deve ser vista como consistindo de pessoas que estão engajadas em ação (BOUDON, 1979).

Blumer realça a forte contribuição de Herbert Mead: A questão dos indivíduos terem de colocar-se no lugar de outros, e dirigirem a própria ação a partir das indicações dadas por eles, em interação simbólica, leva a vida do grupo humano a ser necessariamente entendida como um processo formativo e não uma mera arena para expressão de fatores pré-existentes (BLUMER, 1969, HANSEN, 1976).

Os *mundos culturais* que existem para as pessoas seriam compostos de objetos que são produtos da interação simbólica. Tais objetos consistem em algo que pode ser indicado, alguma coisa para qual se aponta ou se refere – uma roupa, um livro, uma legislatura, uma doutrina religiosa, um fantasma, e assim por diante. Ou seja, consiste

em tudo aquilo que o indivíduo "manuseia" enquanto matéria-prima de suas ações. Nesse sentido, são exemplos análogos tanto uma pequena menina brincando de ser mamãe, indicando para si mesma como a mãe poderia fazer, e o jovem padre olhando para si mesmo com os olhos do clero, em um processo de "*role-taking*".

Ainda na infância os indivíduos começam a aprender o que os gestos significam, e assim usá-los para sinalizar suas próprias necessidades, ao mesmo tempo em que lêem os gestos dos outros para determinar suas prováveis reações. Esse processo culmina no que Herbert Mead chamou de absorção do papel social, ou a internalização do "outro generalizado". O processo de socialização leva a um ponto que o indivíduo se torna capaz de assumir não apenas o papel dos outros imediatamente presentes, como acontece no período da infância no âmbito da família. O indivíduo adulto possui habilidade suficiente para interpretar e usar gestos, ou assumir papéis, com um único indivíduo ou simultaneamente com outros múltiplos em um contexto organizado, sendo que essa habilidade continua se desenvolvendo no decorrer da vida. Um exemplo é quando o indivíduo começa a atuar em um novo campo profissional, ligando-se a um conjunto de símbolos culturais e se orientando por considerações próprias a respeito dos cursos de ação mais apropriados nesse novo contexto de ação (MEAD, 1934).

Linhas de comportamento têm de ser construídas à luz das linhas de ação dos outros com quem se está interagindo. Isso não ocorre somente entre indivíduos em relação face-a-face, mas entre coletividades (organizações, corporações, nações, etc.) ou também entre coletividades e indivíduos. Na arena da interação, indivíduos estão dirigindo, checando, desviando e transformando suas linhas de ação à luz do que encontram nas ações dos outros.

Como implicação metodológica importante proveniente da visão que a interação é um processo de designação e interpretação, torna-se pobre a noção parsoniana da

interação como um processo de desenvolvimento de "expectativas complementares" – uma noção dada correntemente por Talcott Parsons, base de seu esquema da sociedade humana como um sistema disposto de forma funcional.

Segundo Blumer é fácil observar e reconhecer que os participantes de uma interação social, tanto individualmente quanto coletivamente, consideram a ação dos outros das mais variadas formas: em termos de estratégias¹⁶, conflitos, solidariedade, etc. Ainda segundo sua perspectiva teórica, o sociólogo deve observar como emergem as categorias que dão sentido ao mundo, tomando cuidado para não reificá-las em um nível estrutural que se afaste muito da percepção imediata.

As complexas interligações dos atos que abrangem sistematização (as instituições e organizações, a divisão do trabalho, etc.) não são estáticas. Elas constituem o que tem sido tradicionalmente um objeto sociológico de grande interesse, mas que foram tratadas algumas vezes como se fossem as portadoras auto-suficientes de suas dinâmicas, com pouca referência aos sujeitos reflexivos a partir dos quais são constituídas.

As ações humanas institucionalizadas tendem a ser tratadas como sistemas funcionais, que constroem a ação dos indivíduos que participam de determinada unidade societal. Já o interacionismo simbólico vê essas organizações como conjuntos de pessoas que estão interligadas por suas respectivas ações: A cada momento os participantes são confrontados pelas atividades organizadas de outras pessoas, daí tendo de ajustar sua própria ação.

"Self" é um processo reflexivo e não uma estrutura. É diferente de "ego", "corpo organizado de necessidades ou motivações", "organização de atitudes" ou "estrutura

¹⁶ O interacionismo simbólico guarda certas similitudes com a teoria da troca, não deixando de lado o componente racional e estratégico da ação social. Quanto a isso, ver SINGELMANN, Peter. "Exchange as symbolic interaction: Convergences between two theoretical perspectives". *American Sociological Review*, 1972, vol. 37, nº 4 (agosto), pp. 414-424.

de normas e valores institucionalizados", etc. Dada a existência do "*self*", a ação social é fruto das linhas de ação traçadas a partir das significações atribuídas aos objetos indicados pelos indivíduos a si próprios. As redefinições que podem ser produzidas na interação dão um caráter formativo à mesma. Novos tipos de conceitos, relações e comportamentos são possíveis. Pode-se ver a vida dos grupos como um conjunto de processos que não se reduzem a mero produto de fatores psicológicos ou da estrutura social. Muito pelo contrário, inúmeros fenômenos que ocorrem nas interações não se encaixariam nesses esquemas.

Em relação ao estrutural-funcionalismo, Herbert Blumer afirmou que:

" (...) quando aplicada ao mundo empírico a teoria social é primeiramente uma interrogação que força o mundo para dentro de seu modelo, e não um estudioso cultivo de fatos empíricos para ver se a teoria é apropriada (BLUMER, 1969: 141)."

Elementos externos são importantes apenas na forma como entram no processo de interpretação e definição das situações de interação. Pela perspectiva do "*self*", a cultura não é representada por uma efetiva internalização de normas e valores, mas consiste em uma capacidade cultivada para realizar o papel de outros efetivamente.

Concluindo, dentro dessa perspectiva, dados culturais não são definidos como uma emanção da estrutura societal, mas como uma formação levada a cabo pelos atores. Valores culturais são construções feitas pelos atores através do que tomam enquanto significativo, enfim, do que estão levando em conta na interação. A cultura é um fator que toma caminhos variados, que não estão confinados às alternativas de conformidade e desvio ditados por uma estrutura rigidamente estabelecida.

A partir do ponto de vista da interação simbólica a organização da sociedade humana é a moldura dentro da qual unidades ativas desenvolvem suas ações. Assim a cultura coloca condições para ação dessas unidades, mas não determinam essas ações. Pessoas, isto é, unidades ativas, não agem com vistas ao "sistema cultural" ou algo similar. *Elas agem com vistas à situação.* Deve-se ter em mente que o mais importante elemento que confronta uma pessoa ou coletividade em situações concretas são as ações de outras unidades ativas, não esquemas abstratos organizados na mente do sociólogo.

1.4. A definição de um enfoque intermediário para aplicação em contextos organizacionais: a contribuição de Erving Goffman

Como corrente crítica, o interacionismo simbólico prestou contribuições importantes para teoria sociológica geral, apontando as limitações do conceito funcional, reificado, de cultura. Mas, mesmo sendo assumida, em grande parte, neste trabalho, reconhece-se que a perspectiva do tratado sociológico de Blumer mereceu e continua merecendo várias restrições.

Stinchcombe argumentou que a sociologia, como qualquer ciência, exige a crítica e o debate abertos. Porém, na prática, a busca do *monopólio* sobre determinados temas pode levar a posições que se assemelham mais a uma espécie de militância política (STINCHCOMBE, SD). As teorias baseadas no nível micro normalmente clamam pela liberdade e autonomia dos atores, contra o determinismo que estaria por trás das análises mais estruturais. Quanto a isso, Blumer deixa transparecer certos excessos ideológicos, defendendo sua teoria como a portadora de uma concepção de mundo preferível, por ser adequada à "uma visão mais fiel da natureza humana", ou a "liberdade do agente humano".

Pelo contrário, não é uma postura filosófica que se pretende defender aqui. A partir de todo esse debate teórico, o que se busca deixar claro é que não dá para simplesmente se "escolher" entre um nível de análise ou outro, como se fosse o mais correto em si mesmo. O ponto importante é que, de uma perspectiva realista, tanto as ações, assim como as crenças e atitudes sociais (ou seja, a cultura) se manifestam de uma forma *intermediária*. Quer dizer, padronizada por um lado, mas também carregada de subjetividade e pontos de vista individuais, por outro. O funcionalismo e o interacionismo simbólico enfatizaram os pólos opostos dessa realidade.

Mas, haveria uma forma mais adequada de entender sociologicamente a atuação dos mecanismos culturais da vida social? Existiria a possibilidade de uma síntese, ou pelo menos uma visão intermediária? Segundo Jeffrey Alexander:

"A micro e a macroteoria são igualmente insatisfatórias; ação e estrutura precisam ser agora articuladas. Onde, há dez anos atrás, havia um clima inteiramente favorável a programas teoricamente radicais e unilaterais, ouve-se contemporaneamente a exortação a uma teorização de tipo completamente diferente. Nos centros da sociologia ocidental – na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos – o que está na ordem do dia é mais propriamente uma teoria que busque a síntese do que uma que insista na polêmica." (ALEXANDER, 1987: 5)

Como se construir um conceito mais equilibrado, que leve em consideração a autonomia dos sujeitos sociais, mas também o fato empírico da observância de padrões culturais? Giddens rejeita o ponto de vista da sociologia funcional, que tende a identificar diretamente o conceito de padrão ao de coerção. Normalmente o termo "cultura" aparece a partir de dois sentidos: Enquanto conotação geral de integração ou associação, e também enquanto uma totalidade social, com fronteiras apontáveis que

a distingue das outras. Giddens considera nociva a influência dessa segunda noção. A partir delas que sistemas sociais passaram a ser comparados, por exemplo, com organismos biológicos, nos quais as partes simplesmente submetem-se à lógica do todo.

Ao contrário do que enfatizou Durkheim, Giddens defende que *a coerção não pode ser defendida como a principal característica definidora de estruturas sociais*. Para desenvolver esse ponto de vista, Giddens recorre ao pensamento de Erving Goffman, tentando explorar um ponto de equilíbrio possível entre as perspectivas estrutural e microssociológica. Segundo Giddens, Goffman deve ser visto como um sociólogo de primeira ordem, como um autor que desenvolveu uma abordagem sistemática para o estudo da vida social. Principalmente, existe todo um sistema teórico que poderia ser *derivado* dos escritos de Goffman (GIDDENS, 1987).

Herbert Gonos escreveu um artigo em que argumenta que o pensamento de Goffman pode ser lido como uma proposta de soluções para o estruturalismo contemporâneo (GONOS, 1977). Seu argumento central é que a “*frame*” (“moldura” ou “quadro de referência” das ações), assim como concebida por Goffman, diverge da concepção de *situação* no interacionismo simbólico, o que demonstra que Goffman possui conceitos próprios sobre a natureza da vida cotidiana. Quando se busca encaixar o corpo teórico de Goffman dentro do paradigma interacionista clássico de Mead e Blumer, muito de seu significado se perde. A *situação* é a chave para uma perspectiva interacionista, enquanto que a “*frame*” apresenta um aparato voltado para um tipo de questionamento no qual Goffman trata problemas de *institucionalização*, ou seja, do aspecto de continuidade e rotinização das relações e representações sociais¹⁷. Assim, a postura goffmaniana não é de mera crítica ou oposição à corrente

¹⁷ Berger e Luckmann também se dedicam a essa tarefa no trabalho *A construção social da realidade*, no qual afirmam buscar conciliar a perspectiva weberiana, que leva em consideração os aspectos subjetivos da realidade social, e a durkheimiana, que enfatiza a natureza objetiva, institucionalizada, dos fatos sociais (BERGER & LUCKMANN, 1973).

mais clássica da análise sociológica, representada por Durkheim e Parsons, mas de desenvolvimento de algumas problemáticas que permaneciam obscuras.

Para Goffman é o mundo¹⁸, não a situação ou evento, que se caracteriza por uma unicidade analítica relevante, de estilo cognitivo e emocional. Um grupo particular provê uma experiência que é qualitativamente diferente do que a oferecida por algum outro mundo, enquanto que diferentes desempenhos do mesmo mundo são analiticamente indistinguíveis. Assim, Goffman chega mesmo a criticar a perspectiva mais convencional do interacionismo simbólico: diz que muito facilmente o termo *interação* se aplica igualmente para várias coisas que deveríamos distinguir. Não se pode reivindicar um entendimento científico de um curso de interação sem ter-se trabalhado uma compreensão das regras morais subjacentes a essa interação.

Dentro da perspectiva da dramaturgia social de Goffman a noção de que a realidade social deva sofrer uma construção ou reconstrução a cada encontro é inadequada. Ao buscar emitir impressões aos outros, de forma a sustentar seu papel no grupo, o indivíduo depende de um cenário institucionalizado, preenchido de significados provenientes de uma construção coletiva. Trata-se, portanto, de significados recalcitrantes à livre manipulação por parte dos sujeitos. Uma cultura organizacional é parte integrante desse cenário institucionalizado. A farda do policial é um exemplo de elemento de fachada. Demarca a distância social entre o policial e o seu interlocutor, o público, deixando clara a diferença de papéis a serem desempenhados em uma interação face-a-face. Daí a importância dos cuidados com o uniforme, que deve ser apresentado aos superiores com aparência intocável no início do turno do policial. O que está em jogo é muito mais que sua apresentação pessoal. O policial está apresentando uma fachada para toda a organização, representando um papel que é encenado em equipe:

¹⁸ Termo utilizado de forma análoga por Howard Becker em *Art worlds*. Berkley: University of Califórnia Press, 1982, tendo também similaridades com o conceito de *campo*, de Bourdieu (1992: 94-115).

"(...) acontece frequentemente que a representação sirva principalmente para expressar as características da tarefa representada e não as do ator. Assim, verifica-se que o pessoal de serviço, numa profissão liberal, na burocracia, num negócio ou arte, anima sua conduta com movimentos que expressam proficiência e integridade, mas, não importa o que esta conduta transmita a respeito de tais pessoas, freqüentemente seu principal propósito é estabelecer uma definição favorável de seu serviço ou produto." (GOFFMAN, 1992: 76)

Ao contrário de muito do que é produzido na literatura interacionista¹⁹, Goffman não apresenta uma realidade social que é precária e frágil. Antes, é a segurança e o senso de realidade do indivíduo que devem ser abundantemente explorados na análise sociológica ²⁰.

Assim, um programa de pesquisa como o de Goffman pode cumprir um importante papel ao fornecer microfundamentos sólidos para tentativa de construção de uma ciência sociológica mais bem sucedida. Sua abordagem analítica da ação humana apresenta-se sob três diferentes ângulos: Centra-se, em primeiro lugar, no pressuposto básico de que os atores são capazes de entenderem o que fazem, e de usarem esse entendimento como parte do agir. Depois, esses mesmos atores buscam, normalmente, efetuar performances satisfatórias frente aos outros, passando uma imagem de competência, o que lhes assegura o importante fator de segurança, ou o que Berger e Luckmann tratam enquanto mecanismo básico de defesa contra a ansiedade, que leva a modos de comportamento recíprocos e previsíveis, reduzindo incertezas na vida cotidiana (ver BERGER & LUCKMANN, 1973). Em terceiro lugar, a ação pode ser vista não só do ponto de vista do mundo do ator, mas também do ponto

¹⁹ E também etnometodológica.

²⁰ Em sua perspectiva, os grupos não deixam de existir quando seus membros não estão reunidos. É isso que caracteriza basicamente as *frames* ("molduras" das ações).

de vista objetivo, pois podemos enumerar fatores que existem e acontecem independentemente do ator autocentrado, como os próprios meios institucionais que circunscrevem os encontros sociais. Esses pontos tratam na verdade do mesmo fenômeno: o processo de rotinização, conceito fundamental na teoria da estruturação de Giddens.

No campo simbólico das relações sociais, as percepções e atitudes dos indivíduos são construídas com determinado constrangimento efetuado por situações de co-presença. Quando se refere às interações cotidianas, Giddens indica a possibilidade de uma teorização que interliga co-presença e integração social. A atividade do corpo é envolvida pela segurança com relação à continuidade do mundo e do “*self*”. Sua perspectiva integra diferentes sistemas de uma forma diversa tanto da forma parsoniana, por dar mais ênfase ao contexto de interação dos agentes, como também da visão psicológica e psicanalítica, que concebe um ator dotado de mecanismos internos de coerção²¹. De certa forma, Giddens se opõe a essa noção. O processo seletivo entre diferentes linhas de ação possíveis se dá mais por forma positiva que negativa: ou seja, é mais um processo de busca de performances satisfatórias do que de rejeição de todos os envolvimento que seriam negativos para o ator em seu respectivo ambiente. Assim, o inconsciente só raras vezes incide sobre a monitoração reflexiva da ação. E esse tipo de incidência sofre mediação das relações sociais que os indivíduos mantêm em suas práticas de rotina, que se expressam em um domínio corporal no âmbito de práticas previsíveis. Desde muito cedo, a criança já dá e recebe confiança, e na medida em que vai se tornando mais autônoma, vai aprendendo a importância de mecanismos protetores, tão explorados por Goffman, e que são mantenedores do “*self*” (GOFFMAN, 1987 e 1988).

²¹ O inconsciente na psicanálise refere-se a impulsos de ação resistentes à verbalização, devido à repressão social sofrida desde a tenra infância.

Quando o indivíduo adquire uma alta capacidade de manipular esses mecanismos protetores da identidade, o processo de socialização está avançado. Isso pode ser aplicado não somente à socialização primária, mas também à apreensão de símbolos significativos, crenças e valores vigentes entre indivíduos dentro de contextos organizacionais. Isso é fundamental para o conceito de agência, então inseparável da idéia de rotinização:

"Se o sujeito só pode ser apreendido através da constituição reflexiva de atividades diárias em práticas sociais, não podemos entender a mecânica da personalidade separada das rotinas da vida do dia-a-dia, através das quais o corpo passa e que o agente produz e reproduz. Esse ponto é de grande importância para teoria da estruturação, ou seja, o conceito de rotinização, que relaciona o sistema de segurança básica com os processos reflexivamente constituídos, inerentes ao caráter episódico dos encontros." (GIDDENS, 1989: 48)

A rotina nessa perspectiva passa a ser entendida como uma extensão da personalidade do agente. Isso é muito diferente de compreender as personalidades individuais e padrões bem estruturados de conduta enquanto fatores antinômicos.

As regras reflexivamente aplicadas pelos agentes em circunstâncias de co-presença servem à reprodução dos padrões de encontros através do tempo e do espaço. É dessa maneira que se formam culturas organizacionais. A conclusão buscada por Giddens é que sistemas sociais, como as organizações, só existem por meio da rotinização das práticas. Por isso deveríamos deixar de ver estrutura e agência como fatores que interagem através de ação e reação, para tratá-los enquanto interligados, contemplando-os sob um prisma de continuidade.

As relações entre cultura e sociedade são analisadas pelo prisma interpretativo. Em *As novas regras do método sociológico*, Giddens sintetiza o papel das sociologias interpretativas da seguinte forma: investigar a vida social experimentando a maneira pela qual o pensamento de senso comum toma conhecimento do mundo sócio-cultural (GIDDENS, 1996). A solução metodológica da abordagem do objeto não passa pelo distanciamento ou "estranhamento" efetuado pelo olhar sociológico, mas pela *inserção proposital no mundo cultural buscando compreender os conhecimentos usados pelo público não especialista na manutenção de um universo social significativa*. É por isso que Giddens considera importante resgatar a noção de "atitude natural" ("*taked for granted*") de Schutz:

"Em qualquer encontro face a face o actor traz para relação uma série de 'conhecimentos de mão', ou 'conhecimentos de senso comum', nos termos dos quais tipifica o outro e é capaz de calcular a provável reacção dele às suas ações e de com ele sustentar uma comunicação." (GIDDENS, 1993: 44)

Schutz entende que a "bagagem de conhecimentos" ²² utilizada pelo agente para dar sentido à conduta dos outros com os quais interage é aplicada dentro de diferentes "províncias limitadas de significado" (GIDDENS, 1993:45), noção próxima do que Bourdieu chama de "campo" (BOURDIEU, 1992: 96–98) e Goffman de "regiões de fachada" (GOFFMAN, 1985: 101). Cabe a observação de que, neste último caso, trata-se de um conceito bem mais carregado de empirismo, apesar de todos os três poderem ser entendidos enquanto contextos organizacionais.

²² "A esse estoque de experiências 'à mão' pertence o nosso conhecimento de que o mundo em que vivemos é um mundo de objetos bem delimitados, com qualidades definidas, objetos entre os quais nos movimentamos, que nos resistem, e em relação aos quais podemos agir" (SCHUTZ, 1979: 72).

No modelo goffmaniano a manutenção da identidade, por intermédio do “*self*”, é um fator estratégico na construção de uma cultura organizacional. *A expressão de determinados tipos de atitudes dão indícios de certas predisposições práticas, emitindo a impressão de maior ou menor competência frente aos objetivos oficiais da organização.*

Da mesma forma que a busca de legitimação por parte da organização leva a ostentação de certas práticas rituais, não necessariamente ligadas a uma lógica instrumental, que reforçam mitos compartilhados por sua clientela (MEYER & ROWAN, 1983), indivíduos ostentam performances que, do ponto de vista dos espectadores (superiores, colegas), dão supostamente a impressão de eficiência profissional²³. Isso é diferente de afirmar que a cultura, ou seja, os símbolos e significados compartilhados no contexto organizacional sejam totalmente manipuláveis. Ou seja, a cultura organizacional é fator *estruturante* da vida social dentro da organização, ao servir, por um lado, como artifício facilitador das ações dos atores, mas por outro também como fator limitador dessas mesmas ações (GIDDENS, 1989).

Além disso, a produção e reprodução da cultura envolvem recursos que se traduzem em idéias assimétricas de poder. Interações sociais não correspondem a um trabalho de colaboração entre *iguais*, já que interpretação diferencial dos mesmos sistemas culturais liga-se ao âmago de lutas baseadas em divisões de interesses.

Nesse sentido, além dos conceitos de manutenção do “*self*” e atividades rotineiras (as “*atitudes naturais*” de Schutz), é interessante a noção de *habitus*, de Pierre Bourdieu. Segundo ele, instituições e organizações podem ser vistas como espécies de mercados, nos quais competências culturais (*habitus*) são negociadas. Essa noção aparece em várias de suas obras, enfocando a cultura como esfera de demarcação de símbolos de distinção social, apresentando dados de pesquisa que

²³ Esse ponto é explorado por Peter Manning em relação à organização policial (MANNING, 2003).

decifram os mecanismos complexos através dos quais as instituições reproduzem a distribuição de capital cultural e, assim, a configuração do espaço social (BOURDIEU, 1988, 1989, 1990 e 1992; BOURDIEU & PASSERON, 1969).

"Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes (...). As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as *maneiras*, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como *signos distintivos*." (BOURDIEU, 1996: 22)

O espaço social é a realidade primeira e última que comanda as representações que os agentes sociais podem ter de si próprios, havendo uma intrincada interação entre estruturas objetivas e construções subjetivas. Assim, a cultura não é vista como manifestação macro-societal, mas é operacionalizada em elementos que influenciam ativamente o rumo das relações sociais (BOURDIEU, 1990).

Esses desdobramentos conceituais em muito contribuem no projeto de um modelo neo-weberiano (MARCH & OLSEN, 1989 e 1995, PERROW, 1986) para análise das organizações complexas. *Contra a idéia de que a cultura importa apenas como elemento da sociedade maior, a sociologia contemporânea propõe categorias para sua análise empírica a partir do nível dos indivíduos em contextos sociais definidos.*

Com referência ao conceito de *habitus*:

"To speak of habitus is to assert that the individual, and even the personal, the subjective, is social, collective. Habitus is a socialized subjectivity. This is where I part for instance with Herbert Simon and his notion of 'bounded rationality' (...). Rationality is bounded not only because the available information is curtailed, and because the human mind is generically limited and does not have the means of fully figuring out all situations, especially in the urgency of action, but also because the human mind is *socially* bounded, socially structured." (BOURDIEU &, 1992:126)

Note-se que, apesar de Bourdieu não citar o conceito de “*self*”, a idéia exposta acima é análoga. A noção de *habitus* faz referência ao processo social que ocorre de forma interna ao indivíduo. Ele não apenas ocupa papéis provenientes de um sistema cultural dado externamente, ao qual sua personalidade deve se adaptar. Antes, o que ocorre é uma dinâmica formativa. Dentro de contextos coletivamente demarcados, como uma escola, uma empresa ou um quartel de polícia, existe um movimento constante de caráter estruturante, que emerge das interações rotineiras, construídas em processos de socialização e partilha de experiências. Dentro desses processos os indivíduos adquirem aquilo que Goffman denomina de capital de informação, ou seja, o instrumental cognitivo necessário para ter algum tipo de controle nas situações de interação, nas quais deve tentar se assegurar do sucesso dos resultados provenientes das impressões que emite aos outros (GOFFMAN, 1985). Essa questão é fundamental quando falamos do policial, que tem por interlocutora uma sociedade que tende a estigmatizá-lo, ao mesmo tempo em que deve representar perante a mesma o papel de representante da autoridade do estado e da lei.

Assim, os fenômenos micro-sociológicos que ocorrem dentro das organizações tornam-se objetos de interesse em si próprios. A própria cultura organizacional não é uma característica estrutural ou sistêmica que age sobre os indivíduos. Os mesmos

acabam por reproduzi-la ou modificá-la em contextos que buscam a realização de seus interesses, reconhecimento, imagens de competência para manutenção de seus papéis formais, etc.

Organizações sociais são ambientes onde se busca coordenar ações individuais a partir de processos mais ou menos padronizados, pelo menos em nível ritual, de tomadas de decisão. Não se trata, portanto, de um contexto onde predomina, de forma absoluta, uma racionalidade de tipo instrumental:

" (...) the individual has decisions made 'subject to the influences of the organizational group in which he participates' (SIMON, 1976). This is done, Simon says, through the division of labor, standard practices, the authority system, channels of communication, and training and indoctrination." (PERROW, 1986: 121)

Segundo Prates, certa vertente do novo institucionalismo sociológico busca justamente esse resgate do sujeito dentro da organização (PRATES, 2000). Desdobramentos recentes da sociologia das organizações não compreendem um único bloco teórico. De um lado, há a corrente que trata o processo de institucionalização do ambiente organizacional como um fator macro-societal. Para isso, trabalham-se conceitos como isomorfismo institucional e campos institucionalizados (DIMMAGIO & POWELL, 1991). Por outro lado, há uma linha de análise organizacional mais micro-societal e interpretativa, ligada principalmente ao trabalho de H. Simon, J. March e J. Olsen (o modelo neo-weberiano). Nesta última vertente:

"A ênfase recai sobre dimensões cognitivas dos atores e, conseqüentemente, nos cursos de ação desses atores. A estrutura organizacional é vista como um complexo de programas de ação relacionados que se realizam, indistintamente, no âmbito formal e

informal da organização. Esta teoria destrói, portanto, a dicotomia, tão reverenciada na teoria sociológica convencional, da estrutura formal/informal no interior das organizações. A relação organização–ambiente é vista à luz do conceito de *absorção de incertezas*, de acordo com o qual, pessoas e organizações utilizam mapas cognitivos, apreendidos e elaborados, para interpretar o ambiente no qual atuam." (PRATES, 2000: 134)

Nesse enfoque a cultura organizacional não pode ser definida simplesmente como um sistema, estruturado e atuante sobre as percepções pessoais. Antes, é vista *como um processo dinâmico de elaboração de sentido para orientar e justificar posturas e ações de indivíduos concretos, cercados por regras e objetivos institucionais que devem ser interpretados.*

"O conceito de instituição sustentado por essa perspectiva teórica põe em evidência as *realidades* de natureza simbólica que legitimam e viabilizam os arranjos e regras de comportamento organizacional, que dão sentido de ordem às atividades cotidianas dos seus membros." (PRATES, 2000: 139)

O termo cultura organizacional ganha um significado mais preciso: *Consiste em mapas cognitivos apreendidos em um processo de socialização dentro da organização, entendida como um cenário específico de interação.* Ou seja, uma região de representação ou fachada, que não apenas instrumentaliza os agentes que dela participam, mas também lhes impõe certos limites à percepção e atuação.

É dentro dessa referência conceitual, muito ligada a uma interpretação da dramaturgia social goffmaniana, que se tratará da cultura organizacional e ocupacional de polícia no próximo capítulo, buscando-se entender o que significa ser policial e

fazer policiamento de acordo com o ponto de vista do próprio policial. Citando-se Bourdieu:

"A sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo." (BOURDIEU, 1990: 157)

2. ORGANIZAÇÃO POLICIAL E CULTURA DE POLÍCIA

"The culture of the police – the values, norms, perspectives and crafts rules – which inform their conduct is, of course, neither monolithic, universal nor unchanging. There are differences of outlook within police forces, according to such individual variables as personality, generation or career trajectory, and structured variations according to rank, assignment and specialisation."

Robert Reiner, *The politics of the police*

2.1. Definição de polícia

Atividades de policiamento referem-se idealmente a esforços no sentido de manter a ordem, prevenir e combater crimes. Enquanto tais, essas atividades são desempenhadas adiante por um grande número de agências e indivíduos dentro de uma sociedade dada, não tendo a polícia nenhuma exclusividade sobre as mesmas. Vítimas exercem uma função dentro do processo de policiamento quando comunicam os crimes que sofreram às autoridades. O mesmo pode-se dizer de entidades como cada *Neighbourhood Watch* nos Estados Unidos ou de assistentes sociais atuando na proteção e garantia de direitos de crianças, entre outros exemplos (NAWBY, 2003:15). Além do mais, "Polícia", de forma genérica, no sentido de um conjunto de pessoas que

exercem atividades de vigilância a favor das normas da coletividade da qual fazem parte, existiu e existe nos mais variados contextos: um clã patriarcal, uma tribo indígena ou uma cidade-estado antiga.²⁴

No entanto, deve-se considerar a diferença bem demarcada entre o policiamento como processo, por um lado, e a polícia como uma organização burocrática específica, por outro.

David Bayley estabelece três elementos que ajudam a reconhecer a existência da polícia como organização: *força física, uso interno e autorização coletiva* (BAYLEY, 2001).

O primeiro elemento, uso da força física, apesar de não ser suficiente para definição em questão, é condição fundamental da existência da polícia. Um grupo de pessoas ou uma organização não seriam, em qualquer parte do mundo, reconhecidos como policiais caso o uso da força não estivesse presente. A previsão de uso da força *dentro* dos limites de uma sociedade dada faz separação entre polícias e exércitos. Já o terceiro elemento da definição é o mais problemático: no que consistiria, exatamente, tal “autorização coletiva”?

Bayley relaciona essa autorização a um propósito coletivo: a polícia estaria “presa a unidades sociais das quais deriva sua autoridade” (BAYLEY, 2001:20). Na sua definição essa derivação não parte necessariamente do estado. Outros grupos, inclusive de interesse privado, podem autorizar certo tipo de utilização interna da força que passa a ser considerado legítimo. Por esse ponto de vista, o conceito de polícia não indicaria exclusivamente uma instituição das sociedades modernas e contemporâneas, tendo existido na antiguidade e podendo ser encontrada em sociedades muito distantes dos padrões ocidentais de cultura, além de incluir agências

²⁴ “Levando em consideração que o homem é um animal social involuntário, o policiamento é praticamente universal” (BAYLEY, 2001: 23).

privadas. Bayley não fixa a unidade social da qual se origina a legitimidade de polícia. Dessa forma construiu um conceito com alto grau de generalização, passível de aplicação em contextos históricos muito distintos.

Mas o que existe de novidade em matéria de polícias no mundo moderno? Para Bayley a resposta para esta questão está na combinação que promove dos seguintes três elementos: *natureza pública*, *especialização* e *profissionalização*. Essa combinação única, que se firmou nos últimos cem anos, distingue a unidade histórica da polícia na forma que se conhece atualmente.

Apesar dos governos não serem as únicas comunidades humanas importantes onde pode ser feita uma distinção inteligível entre instrumentos coletivos e não-coletivos, o caráter público das polícias tornou-se relativamente fácil de ser demarcado a partir das instituições dos estados. Mesmo que a legitimação do estado e a ordem que o institui sejam em grande parte problemáticas, podendo ser questionadas²⁵, realizar essa discussão foge em muito ao escopo e propósito deste trabalho. Não se pretende fazer uma profunda reflexão política sobre a polícia. O que importa aqui é a inclusão da legitimidade de origem estatal como uma das características definidoras do comportamento do policial. Ele representa, em situações cotidianas, o poder e as mazelas do estado²⁶.

O policial é treinado para reproduzir a ordem ritualmente, como efeito dramático. Assim, o *espírito* de estado contribui para formação de um *habitus* de

²⁵ A cobrança de impostos, por exemplo, sofreu muitas resistências. Foi considerada no início enquanto uma espécie de extorsão, e só com muita violência passou a ser vista como legítima. Como cita Bourdieu: “A instituição do imposto foi o resultado de uma verdadeira *guerra interna*, feita pelos agentes do Estado contra a resistência dos súditos, que se descobrem como tais, principalmente, se não exclusivamente, descobrindo-se como pagadores, como contribuintes (...). Portanto, a *questão da legitimidade* do imposto não pode deixar de ser colocada (Norbert Elias tem razão em observar que, no início, a cobrança de impostos apresenta-se como uma espécie de extorsão). Só progressivamente se passa a ver no imposto um tributo necessário às necessidades de um destinatário transcende a pessoa do rei, isto é, esse ‘corpo fictício’ que é o Estado”. (BOURDIEU, 1996:102)

²⁶ Não parece fácil dissociar a imagem do policial da imagem do governo. Na época do regime militar no Brasil os policiais militares passaram a ser rotulados comumente de “cachorros do governo”.

polícia. Quando atua de forma ostensiva em locais públicos, o policial é a face mais visível do estado, poderoso concentrador de capital simbólico. O policial, de uma forma ou de outra, está também imbuído desse capital, representando-o através de seu *habitus* específico, que inclui o caráter de ser agente estatal, possuindo certa especialização.

Um dos atributos mais marcantes do estado é a sua capacidade de concentrar capital simbólico, de forma a direcioná-lo ao campo do poder. O processo civilizador consistiu, em grande parte, na progressiva capacidade do estado (e de seus detentores) de suprimir os seus concorrentes no que diz respeito à produção e reprodução simbólica²⁷.

“O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996:107)

A figura do estado, por trás da “oficialidade” e relevância da missão de polícia, evoca inúmeros rituais obrigatórios na vida do policial, observados de forma mais rigorosa que os formalismos das organizações privadas. Tais rituais enaltecem a disciplina, erigida como elemento imprescindível de controle interno. Incluem desde gestos obrigatórios de reverência aos níveis mais altos da hierarquia²⁸, passando por instruções, códigos de postura e apresentação corporal²⁹, até desfiles e outras

²⁷ Como concorrentes históricos do estado pode-se citar a família e a igreja, para dar-se apenas dois exemplos.

²⁸ Como as continências no caso da polícia militar e o tratamento por “doutor” dado aos delegados de polícia civil pelos seus subordinados.

²⁹ Cabelos curtos (ou amarrados, no caso das mulheres) e barbas bem aparadas são alguns dos exemplos que se aplicam tanto à polícia militar como à polícia civil.

solenidades que, de forma suntuosa, transmitam ao público e aos próprios policiais uma imagem de excelência, tradição e espírito de corporação³⁰.

É certo que, como tudo no mundo social, o estado é uma construção levada a cabo por determinados agentes em um contexto histórico e a partir de certos limites cognitivos. A ordem que defende (seja política, econômica, social ou moral) é resultante de uma luta entre dominadores e dominados. Porém, trata-se de uma construção que enquadra todas as práticas e inculca formas e categorias de percepção comuns aos que estão sujeitos ao seu domínio, nos limites de determinado território.

“While the routine actions of patrolmen on city streets might appear to be relatively mundane and unexceptional, they also seem to present an important means by which many of a nation’s highest values are transmitted to the public. Concepts such as law, order, authority, and justice might convey the appearance of remote abstractions, but in modern society perhaps the principal public official who is authorized to apply those standards to social conduct is the policeman. Law enforcement officers may play a crucial role in the relationship between ordinary citizens and the awesome principles that sustain an organized society.” (HAHN, 1970: 9)

Com relação ao caráter de especialização das polícias contemporâneas, cabe citar que se trata de um conceito muito relativo. Uma vez que especialização se refere ao grau de exclusividade com o qual se dedica a executar uma determinada tarefa, raramente, ou nunca, se encontrará uma polícia totalmente especializada. Organizações policiais não dedicam todos seus esforços ao aprimoramento de aplicação da força física, estando envolvidas em atividades de negociação, atendimentos de assistência social e outros. Mas, para Bayley, as circunstâncias da modernidade tendem a favorecer a especialização, ainda que não completa, da polícia.

³⁰ Solenidades de passagem de comando, eventos em datas cívicas, formaturas de cursos de formação de praças e oficiais, etc.

“A especialização da polícia, em parte, parece ter crescido porque a filosofia administrativa nas Nações-Estado modernas assim exigiu; acredita-se que a especialização seja útil, tanto em termos de garantir não só controle adequado quanto aumento de eficiência.” (BAYLEY, 2001: 59)

Também parecendo estar associado essa lógica da eficiência e controle, a profissionalização seria, de acordo com Bayley, o atributo da polícia mais claramente moderno, se comparado ao seu caráter público ou a especialização. Os indicadores mínimos de uma polícia profissional são o recrutamento de acordo com certas regras, remuneração que permite criar uma carreira, treinamento formal e supervisão por parte de oficiais superiores.

Em combinação com a definição dada por Bayley, adota-se também o enfoque dado por Rob Nawby: a polícia como uma organização que se distingue pela sua *legitimidade, estrutura e função* (NAWBY, 2003:15).

A *legitimidade*, ou autorização coletiva, é dada pelo estado e é elemento matricial em relação aos outros dois. Diz respeito ao fato da polícia, com seu corpo de funcionários públicos, carregar certo grau de monopolização sobre tarefas que envolvem potencialmente coerção física. Por *estrutura*, ou caráter profissional da polícia, designa-se sua característica de ser uma força organizada, com algum nível de treinamento e um código, que especifica sob quais circunstâncias o uso da força é legítimo. Por último, a *função* de polícia, ou sua especialização, apesar de seus agentes atenderem aos mais variados tipos de ocorrências³¹, envolve manutenção da lei, da ordem, além de prevenção de crimes e detenção de suspeitos e delinquentes.

³¹ Assunto enfaticamente discutido por Bittner em *Aspects of police work* (BITTNER, 1990).

Esses três fatores, até certo ponto ligados aos trabalhos por David Bayley e citados anteriormente, ficam definidos de forma a enfatizar as características formais específicas da polícia pública moderna, minimizando o escopo de análise das amplas variações que as polícias sofreram no decorrer da história ocidental e facilitando a inclusão da polícia na abordagem da sociologia das organizações. Ou seja, no *continuum* que vai desde a definição mais ampla e abstrata de polícia, até a definição mais específica, que remete estritamente à noção atual de organização policial, opta-se pela segunda alternativa: *A polícia é uma organização de natureza pública, dotada de autorização estatal para utilizar a força física dentro de condições estabelecidas legalmente, com a função de manter a ordem, com certo grau de profissionalização para tal.*

2.2. Polícia como organização

A definição acima é indispensável para se apontar a especificidade da organização policial, mas de forma alguma exaure o leque de atividades às quais, na prática, os policiais se dedicam, nem contorna todas as nuances envolvidas no desenho institucional da polícia. Trata-se, evidentemente, de uma definição mínima, a partir da qual podem ser levantadas várias problematizações.

A discussão nesta seção objetiva rebater a noção de que a organização policial seja tão específica a ponto de não permitir o escrutínio por parte da sociologia das organizações. Defende-se que um dos desdobramentos do novo institucionalismo sociológico, o modelo neo-weberiano, seja adequado para o estudo das organizações policiais.

Dando início ao paradigma clássico da análise de organizações formais dentro da sociologia, Max Weber define burocracias a partir da idéia de que são orientadas

para atividades regulares, distribuídas de forma fixa como deveres oficiais. O treinamento profissional em torno de objetivos especializados é complementado por uma hierarquia bem definida, que garante a supervisão dos postos inferiores pelos superiores, mensurando resultados e corrigindo possíveis desvios em relação aos fins organizacionais. Critérios técnicos de seleção e promoção levam ao comprometimento estrito com os objetivos estritos da organização, fazendo o insulamento do aparelho burocrático em relação a demandas espúrias (políticas, ideológicas, etc.) geradas externamente.

Pode-se dizer que a criação e o aperfeiçoamento das polícias modernas se orientou pela crença na eficiência dos princípios inerentes a esse modelo clássico de burocracia.

Para Marcos Luiz Bretas, a polícia pode ser tomada como um excelente exemplo de órgão público moderno:

“As concepções de engenharia social, formuladas pelo pensamento científico que dominou o séc. XIX, obtiveram pleno êxito ao dividir o estado em duas partes: uma, política, sujeita à controvérsia partidária, representando ‘o Estado’; e outra, administrativa, independente da política partidária, concebida tanto quanto possível como ‘natural’ – vale dizer, administrada da única maneira racional possível – e invisível. Daí emergiu a percepção de que as relações entre a polícia e o público eram, ou deveriam ser, um não-assunto, uma parte imutável do mecanismo racional da administração.” (BRETAS, 1997: 10).

Ou seja, a “profissionalização” da polícia se deu a partir da concepção do policiamento como um serviço público. De acordo com tal idéia, o trabalho de manutenção da ordem e combate ao crime envolve sistematização e disciplina. Karina Leite cita que, no decorrer do século XX, ocorreu um movimento de reforma da polícia (LEITE, 2002). Além de incorporar as inovações tecnológicas disponíveis, adaptando-as

aos seus objetivos³², passou também a enfatizar os elementos racionais da administração moderna. Esse movimento...

“(...) introduz critérios de contratação por meio de concursos, de modo a eliminar, ao máximo possível, as influências políticas sobre as atividades dessa organização. O que se buscava era o estabelecimento de uma polícia que baseasse suas atividades estritamente no cumprimento das leis penais, segundo procedimentos padronizados.” (LEITE, 2002: 24)

Em nome da eficiência torna-se necessário inibir as iniciativas que se dão pelo discernimento pessoal dos policiais. Instruções diárias, no caso das polícias militares, servem ao propósito de unificar atividades em torno de unidades de comando que sejam alcançáveis pelos ocupantes dos postos mais altos e mais próximos do comando central. Isso facilita, teoricamente, o funcionamento da organização como um instrumento racional para execução de um serviço. Uma rígida lógica operacional interna, somada a uma estrutura formal de controle hierárquico, permite “filtrar”, ou mesmo neutralizar, a pressão das demandas externas, que seriam impedidas de distorcer os objetivos organizacionais. Por exemplo, diminuindo as chances de intervenção dos policiais no sentido de favorecer interesses particulares, em detrimento do estrito cumprimento de diretrizes legais.

No entanto, no caso das organizações policiais não se pode ignorar o “paradoxo da discreção”. Antônio Luiz Paixão afirma que, uma vez que a análise organizacional parte do pressuposto de que se podem identificar estruturas formais de coordenação

³² Trata-se, principalmente, da utilização do automóvel, que substitui o patrulhamento a pé, e da incorporação do telefone para estruturação de uma nova forma de atendimento das demandas, que passa a ser padronizada e centralizada.

de indivíduos em atividades voltadas para fins previamente definidos³³, sua aplicação à realidade das polícias é imbuída, no mínimo, de certo grau de contradição.

Por um lado identifica-se internamente nas organizações policiais uma hierarquia rígida, com ampla ritualização de comportamentos no nível das relações interpessoais entre seus agentes, além de um treinamento padronizado voltado para um grande número de regras formais, relacionadas de forma legal e doutrinária às suas atividades-fim. Por outro lado as atividades práticas dos agentes de linha, atuando com o público externo, revelam grande autonomia dos níveis hierárquicos mais baixos para determinar procedimentos em situações conflitivas e ambíguas, raramente solucionáveis a partir de planejamento ou de consulta aos escalões mais altos da organização (PAIXÃO, 1982).

Como apontado por Egon Bittner, a polícia evoca um modelo “quase-militar”, utilizado pelos seus gestores para criação de regras e códigos de conduta. Porém, esse modelo se debate com o que a pesquisa empírica demonstra a respeito do cotidiano das práticas policiais. Ou seja, ao mesmo tempo em que não se pode excluir a função de manutenção da lei e da ordem como elemento básico da definição de polícia, o desdobramento dessa missão depende do significado dado a esses conceitos nos encontros rotineiros do policial com sua “clientela” nas ruas:

“(...) the existence of elaborate codes governing the conduct of policemen relative to intra-departmental demands stands in stark contrast to the virtual absence of formulated directives concerning the handling of police problems in the community”.
(BITTNER, 1970:52)

³³ No conceito dado por Selznick, uma organização é “um instrumento técnico para mobilização de energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida” (SELZNICK, 1972: 5).

A tarefa de “manter a ordem” entra em constante tensão com a “manutenção da lei”. Diante desse paradoxo, o modelo neo-weberiano parece ser adequado para análise das organizações policiais, se comparado com visões mais tradicionais da burocracia.

O modelo neo-weberiano³⁴ oferece uma resposta para se trabalhar sociologicamente o contraste entre o modelo ideal de burocracia moderna, pautada por premissas ou critérios universalistas (por exemplo, aplicação da lei), mas que empiricamente se traduzem objetivos organizacionais levados a cabo por indivíduos em situações particulares, mais ou menos complexas (como ocorrências policiais em que a lei não é clara sobre os procedimentos necessários, ou que os custos de aplicação literal da lei sejam até mesmo onerosos demais para manutenção da ordem, interna ou externa à organização). Herbet Simon e James March buscam uma perspectiva realista para compreensão das organizações, dando “músculos e carne ao esqueleto [organizacional] weberiano” (PERROW, 1986: 119).

O primeiro capítulo desta tese foi concluído com a idéia de que contextos organizacionais são ambientes onde atores reflexivos buscam seus objetivos, de modo que categorias sistêmicas são insuficientes para se compreender os processos que ocorrem em empresas e instituições reais. Assim, deve-se abandonar a dicotomia entre os aspectos formais e informais das organizações, uma vez que não indica duas dimensões antagônicas, mas aspectos cognitivos complementares, que dizem respeito aos mapas mentais utilizados pelos atores em suas estratégias de interação significativa com outros.

Objetivos organizacionais são estabelecidos, ou adaptados a partir de diretrizes dadas por um nível hierárquico externo mais alto, pelas lideranças dentro da organização. Então, tais objetivos são traduzidos em sub-objetivos pelos outros

³⁴ Ou pelo menos como foram rotulados principalmente os trabalhos de March e Simon no livro *Complex organizations – a critical essay* (PERROW, 1986).

membros, passando a ser atividades-meio para o alcance daqueles objetivos principais. Mas as pessoas não aderem aos mesmos por que, necessariamente, compartilham valores, prioridades, ou acreditam em tais objetivos. Sendo assim, como entender que estão constantemente engajadas em atividades que tendem à cooperação? Em outras palavras, qual a base da estabilidade das organizações? Regras formais também não fornecem resposta suficiente para questão.

O conceito de rotinização deve ser evocado para solucionar, em parte, esse problema analítico. Entende-se que as organizações, assim como quaisquer outros sistemas sociais, só existem por meio da rotinização das práticas (GIDDENS, 1987 e 1989, MARCH E SIMON, SD).

Conceito fundamental na teoria da estruturação de Giddens, a rotinização está baseada no senso de realidade produzido pela consolidação das definições prévias dadas às situações de co-presença:

“O caráter rotinizado dos caminhos que os indivíduos percorrem no tempo reversível da vida cotidiana simplesmente não ‘acontece’. É ‘feito acontecer’ pelos modos de monitoração reflexiva da ação que os indivíduos sustentam em circunstâncias de co-presença.” (GIDDENS, 1989: 74)

Em outras palavras, a organização reflexiva da ação leva à segurança ontológica, fundada na autonomia e controle propiciados por rotinas e encontros previsíveis. Como mecanismo básico de controle da ansiedade, a reciprocidade de ações em situações que se tornam estáveis gera a confiança necessária ao desempenho de papéis e a possibilidade do ator se situar no mundo (BERGER & LUCKMAN, 1973). Obviamente, com o decorrer do tempo as práticas habituais podem levar ao declínio

do grau de reflexividade. Dessa maneira o conceito de rotinização é claramente relacionado ao conceito de racionalidade limitada (MARCH E SIMON, SD).

Uma organização é uma construção humana complexa, voltada para tomada racional de decisões. No entanto, esse processo decisório é necessariamente afetado por constrangimentos das mais diversas ordens, como, por exemplo, os limites cognitivos inerentes à tendência de padronização das demandas originadas externamente à organização, justamente através do filtro da rotinização.

Os indivíduos participantes de uma organização nunca possuem todas as informações sobre as conseqüências de linhas alternativas de ação e, em grande medida, suas decisões são influenciadas por experiências anteriores de resultados satisfatórios:

“A relação organização–ambiente é vista à luz do conceito de *absorção de incertezas*, de acordo com o qual, pessoas e organizações utilizam mapas cognitivos apreendidos e elaborados, para interpretar o ambiente no qual atuam. Esses mapas cognitivos permitem aos atores se familiarizarem (...) com o mundo externo, na medida em que o interpreta à luz das categorias e vocabulários que pertencem ao seu *próprio* mundo”.
(PRATES, 2000: 134)

Aplicando essa idéia ao trabalho do policial militar, observa-se que a socialização com colegas mais velhos e experientes talvez seja mais relevante que os treinamentos. Cursos sobre o código penal, o sistema de justiça e direitos humanos fornecem informações muito gerais, se comparadas com o grande número de situações inusitadas com as quais o policial se defronta. Assim, o conceito de rotinização não se refere às situações com as quais ele se depara, mas ao *script* que adota frente às mesmas.

O “paradoxo da discreção” torna-se, assim, analiticamente menos enigmático. Pois, de acordo com o modelo neo-weberiano, os atores que se localizam na linha de frente da organização, ou seja, nas áreas de fronteira com o ambiente externo, lidando diretamente com seus respectivos públicos-alvos, estão na posição estratégica de controlar informação.

Estatísticas policiais são um exemplo de dados que são construídos de acordo com o poder discricionário e o interesse dos agentes da base organizacional. Excetuando-se ocorrência como assassinatos e roubos de automóveis, a vítima fica à mercê da abordagem do policial que atende no local do crime, que pode desanimá-la definindo que a situação é irremediável, já que o criminoso já se evadiu da cena do crime, ou que o suspeito já foi detido outras vezes, mas foi liberado sistematicamente pelo delegado de polícia civil. Para dar um exemplo mais radical, policiais rodoviários podem, através de uma “operação padrão”³⁵, aumentar significativamente o número de apreensões de drogas ilícitas ou dobrar as estatísticas sobre circulação de veículos irregulares.

Nesse ponto é importante ressaltar que a idéia de rotinização não deve ser confundida com o conceito de ritualismo, de uso comum na sociologia das organizações. A rotinização é um processo inerente à vida dos grupos por ser ativada por mecanismos psicológicos dos indivíduos que os compõem, contribuindo para absorção de incertezas no caso dos grupos que são organizações formais, pautadas pela busca constante de eficiência. Já o ritualismo, citado, por exemplo, por Merton,

³⁵ Trata-se da estratégia de prejudicar a função de manutenção da ordem sem desobedecer a lei. Parar todos os veículos que deixam a cidade no início de feriado não afeta nenhuma diretriz legal da atuação do policial rodoviário, uma vez que é sua atribuição formal realizar as *blitzes*. No entanto, causará engarrafamentos, afetando a ordem, levando os cidadãos a pressionarem as autoridades, que podem sentir-se impelidas a ceder em negociações para o aumento de salários dos policiais. Artifício semelhante é utilizado por motoristas de ônibus em “operações-linguição”, combinando dias em que os ônibus circularão apenas na faixa da direita, como indica o código de trânsito ao definir que veículos lentos devem trafegar à direita da pista (Na cidade de Belo Horizonte a maior parte da frota é formada por ônibus da cor vermelha, daí o nome operação-linguição, dada a imagem construída pela fila dos veículos).

afirma que as atividades-meio das burocracias podem se tornar atividades-fim, configurando-se como fenômeno desviante dentro de sua visão funcionalista (MERTON, 1968). Selznick segue um raciocínio próximo a esse, dizendo que as regras e os sentimentos emergentes em uma organização podem ganhar vida própria, consolidando-a como uma instituição social (SELZNICK, 1972). Nesses dois últimos casos se enfatiza, de uma forma durkheimiana, o poder da coletividade sobre as consciências individuais, que levaria as pessoas à conformidade com atitudes padronizadas meramente pela preponderância valorativa das normas. Assim, não se explicita mecanismos realistas de estabilidade do comportamento organizacional.

Sem reificar a estrutura organizacional, a noção de rotinização não leva em consideração a dicotomia entre os aspectos formais e informais das organizações. Ambos são cenários, fachadas, fornecedores de mapas cognitivos para ação, que envolvem uma pluralidade de aspectos que podem, a princípio, serem até mesmo contraditórios. A lei e a ordem constituem uma dicotomia que não torna a polícia um tipo de organização tão única, a ponto de dizermos ser refratária à análise sociológica das organizações. Mesmo uma pequena loja de roupas pode viver dilemas análogos. O proprietário pode orientar seus dois vendedores para competição, estabelecendo uma regra simples do tipo “quem vende mais, ganha mais comissões”. No entanto, se eles levam a competição literalmente a cabo, podem levar à obstrução mútua dos seus próprios desempenhos. Nesse caso, ambos perdem comissões e a loja pode ver-se malograda por uma regra que criou para se tornar adequada à realidade universalizante do mercado³⁶.

³⁶ É claro que, no caso de uma pequena organização, a criação de regras pelo gerente, ou o acordo tácito entre os funcionários, pode resolver os problemas gerados pela discreção de uma forma bem mais facilmente administrável que no caso de organizações complexas.

A estabilidade e cooperação organizacionais não podem ser adequadamente entendidas, portanto, simplesmente focalizando-se os objetivos organizacionais *strictu sensu*. Segundo Karl Weick:

“Goal consensus is not a precondition of order and regularity. The common assertion that people organize in order to accomplish some agreed-upon end is not essential to an explanation of the orderliness found in concerted action, nor is goal-governed behavior that evident in organizations. Goals are sufficiently diverse, the future is sufficiently uncertain, and the actions on which goal statements could center are sufficiently unclear, that goal statements exert little control over action”. (WEICK, SD: 37)

A idéia clássica de uma organização como algo estruturado para lidar com o mundo que a rodeia, fundamentada no objetivo de produzir algo, com a capacidade de lidar com materiais selecionados no ambiente social de forma uniformizada (enfim, um desenho do tipo *input-output*), cai por terra. Isso não ocorre, já que simplesmente toda organização possui, na verdade, suas próprias contradições ou tensões endógenas à sua forma de trabalho. A questão é que organizações são “coleções de escolhas ou soluções à procura de problemas” (MARCH, COHEN & OLSEN, 1972). Em vez de serem moldadas pelo ambiente, importa o mundo significativo projetado ao exterior, construído pelos seus participantes.

Não são as situações que são rotineiras, mas a forma de interpretá-las. Isso se dá pelo conjunto de crenças e atitudes ocupacionais elaborados pelos membros da organização, trabalhando com algum tipo de tecnologia disponível, que também colabora para construção de certa cooperação, afinidade e estabilidade organizacional. Muitas vezes até limitando a capacidade de reação e adaptação da organização às

transformações do ambiente externo, esses elementos contribuem para formação do capital de informação dos indivíduos (GOFFMAN, 1985), comparável ao conceito de *habitus* e passível de transformação em “atitudes naturais” (GIDDENS, 1996). Essa rotinização é fortalecida pelo senso de realidade produzido pela reafirmação de definições dadas às situações de co-presença, a partir das quais cada ator social pode buscar seus objetivos, utilizando fachadas e manipulando projeções do *self*.

Todas as proposições descritas aqui são compatíveis com o pressuposto weberiano de que o ser humano, antes de agir, interpreta e faz sentido das situações com as quais se depara. É por isso que weber definiu que o significado utilizado pelo agente pode explicar causalmente sua ação (WEBER, 1994). Esse princípio é solidamente explorado por March e Olsen em “Rediscovering institutions” (MARCH & OLSEN, 1989), onde afirmam que organizações cumprem papel fundamental no processo de dar sentido ao mundo dos que delas participam ³⁷.

A posição defendida não é de mero voluntarismo, construtivismo ou subjetivismo. Não basta definir situações como reais para que se tornem reais em suas conseqüências. Quando falando das “*frames* que dão suporte à performance dos atores sociais em situações específicas, Goffman deixa claro que tais molduras de atuação não são compostas meramente de elementos subjetivos (GOFFMAN, 1974). Da mesma forma que, tratando-se de um mero teatro, deve-se ter condições objetivas (tecnologia) para representação dramática (figurino, cenário adequado, etc), tratando-se de dar ordem de prisão a um assaltante armado, ter também um revólver é condição *sine qua non* para uma atuação “realista” do policial.

Organizações ajudam a dar sentido aos papéis que os indivíduos exercem em sociedade não apenas por quê eles podem se articular em cumplicidade por buscarem

³⁷ Em outras palavras, organizações trabalham com “ambientes negociados” (MARCH & CYERT, SD).

certos objetivos mútuos, mas também por quê fornecem recursos materiais para o desempenho desses papéis.

O que se defende é que, muitas vezes, as organizações nas sociedades contemporâneas refletem, de forma dramatizada, os mitos produzidos externamente, projetando uma imagem que reforça sua legitimidade, mas que não representa exatamente sua verdadeira relação com seu ambiente (MEYER & ROWAN, 1983). A polícia militar, com seu mandato de combate ao crime, é um dos exemplos desse tipo de organização complexa³⁸.

Além do mais, a imagem construída sobre a organização policial entre a população projeta um estigma sobre o policial. Pelo menos isso é evidente no caso brasileiro. Os anos de ditadura, os casos de corrupção divulgados na mídia, os altos índices de criminalidade e os baixos salários da categoria contribuem nesse ponto. O estigma projetado sobre os policiais, ao qual os mesmos também reagem, funciona como um demarcador simbólico de fronteiras entre a organização da qual fazem parte, o cidadão e o “marginal”.

Essas fronteiras simbólicas acabam empregando certas características de instituição total às organizações policiais, afetando a identidade e o comportamento dos seus agentes. O conceito de instituição total (GOFFMAN, 1987) é tomado aqui como um tipo ideal, e será explorado adiante, quando da discussão da cultura organizacional de polícia (a partir da seção 2.5).

³⁸ Obviamente existe toda uma preparação do policial militar, assim como investimentos no desenvolvimento de técnicas de combate ao crime. Porém, atividades de combate ao crime não ocupam a maior parte do tempo dos policiais, assim como o efeito dessas atividades sobre as taxas de criminalidade é incerto (BAYLEY, 2001, BITTNER, 1990).

2.3. Surgimento da polícia moderna: os modelos francês e inglês

A polícia na forma em que é conhecida hoje pode ser vista como fruto do estado nacional moderno, com origens nos padrões estabelecidos inicialmente pela França e Inglaterra do séc. XIX (BRETAS, 1997, BARROS, 2005, COTTA, 2006, MARCINEIRO, 2005, MUNIZ, 1999).

A idéia de polícia como força pública, no sentido atual do termo, teria sofrido forte influência da revolução francesa de 1789, que em sua declaração afirmou que a garantia dos direitos humanos exigia uma força pública instituída para o benefício de todos os cidadãos, ao invés de servir aos interesses privados das elites que poderiam vir a contratá-la (COTTA, 2006: 29).

O ano de 1829 é normalmente considerado o ano que a polícia moderna surgiu na Inglaterra, quando um ato parlamentar criou uma guarda centralizada para atuar em Londres a partir de uma onda crescente de medo frente ao aumento da criminalidade naquele período (EMSLEY, 2003).

A polícia francesa é anterior no tempo e parece expressar o modelo mais presente no mundo. No entanto, a idéia de uma polícia de estado não agradava aos ingleses. Assim, a polícia moderna inglesa teve como ideal expresso, desde o século XIX, ser diferente da francesa:

“Sir Robert Peel e seus colaboradores sabiam que o seu projeto de uma nova força policial – moderna e profissional – só conseguiria vencer as resistências no Parlamento e na população se ele em nada lembrasse a *police* francesa (...). Via-se uma polícia do Estado como um instrumento de tirania, tal como a polícia do Ministro Fouché havia sido para Napoleão e seguira sendo para os Bourbon restaurados. Mesmo após uma breve realização experimental em Dublin, a idéia de ter uma força policial de tempo integral soava como uma possível arma do executivo contra o Parlamento e a população. Uma das principais razões para as fortes resistências era o

receio público de que a existência de tal força fizesse a balança do poder pender favoravelmente para o ramo executivo do governo, conduzindo inevitavelmente a um retrocesso em relação aos direitos conquistados”. (MUNIZ, 1999: 26)

Junto à polícia francesa, a polícia inglesa é considerada uma das matrizes organizacionais das polícias ocidentais atuais:

“As duas fontes tradicionais das modernas forças policiais refletem dois modelos de policiamento, trazendo conseqüências para o papel destas forças nas sociedades contemporâneas. A polícia francesa foi supostamente o modelo para uma polícia autoritária, preocupada com a segurança das instituições do estado, e sujeita a um rígido controle central. O modelo inglês, corporificado pela figura do *Bobby*, sugere uma polícia sob maior controle dos cidadãos, preocupada principalmente com a segurança individual”. (BRETAS, 1997: 39)

2.4. A polícia no Brasil e em Minas Gerais: um breve relato histórico

No Brasil não se seguiu exatamente nenhum dos dois modelos expostos, uma vez que, no período republicano, as polícias foram instituídas no nível estadual, ao invés de nacional, como na França, ou local, como na Inglaterra³⁹. A polícia civil originou-se da administração local, com pequenas funções judiciárias, ao passo que a militar da necessidade do policiamento uniformizado de rua.

A primeira estruturação da força policial se dá na capital federal, o Rio de Janeiro, com a vinda da família real portuguesa em 1808, ano em que se cria a figura do Intendente Geral de Polícia do Brasil.

³⁹ No entanto, a polícia brasileira aproxima-se mais do modelo francês, como uma polícia voltada explicitamente para preservação dos interesses do estado desde os seus primórdios.

O dia 13 de maio de 1809 é, com a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, considerado oficialmente pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como o de sua fundação. Trata-se de uma data simbólica (MUNIZ, 1999), assim como o ano de 1775 é adotado pela Polícia Militar de Minas Gerais, pois, caso contrário, Tiradentes não poderia ser citado como membro da corporação (BARROS, 2005, COTTA, 2006).

Apesar de cumprir o papel de patrulhamento das ruas, a principal tarefa da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia era se manter aquartelada para ser empregada nos casos em que fosse preciso manter a ordem pública (BRETAS, 1997). Porém, cabe lembrar que a noção de segurança pública era bem diferente naquela época, uma vez que a própria legislação era omissa quanto a esse assunto. Os problemas da ordem e da segurança praticamente se confundiam com a própria segurança do país (MARCINEIRO, 2005: 27).

O ano de 1822 não traz grandes mudanças ao sistema. Isso só vai ocorrer em 1832, com a aprovação do Código de Processo Criminal, aprovado pela Regência, que procurou reforçar os poderes locais, dando autoridade a juízes eleitos. Mas esse mesmo Código é reformado em 1841, quando se institui uma estrutura centralizada, composta de juízes profissionais, ao mesmo tempo em que funcionários policiais subalternos poderiam ter poderes judiciais em casos de menor gravidade.

A partir desses desdobramentos na capital, o desenvolvimento da polícia brasileira se espalha pelas províncias. As forças adaptaram-se às diversas condições e recursos disponíveis nas regiões, apoiando-se basicamente no modelo de polícia militar (BRETAS, 1997: 42-43). O decreto de instituição da República, em 1889, responsabilizava os governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança públicas (MARCINEIRO, 2005: 29).

Um dos primeiros sinais de identidade dos policiais militares no país ocorre na elaboração dos almanaques de oficiais e na *Revista Policial*, criada em 1903. Se comparada com o exército, a polícia militar não contava com praticamente nenhum

prestígio popular. Na revolta da vacina do Rio de Janeiro, em 1904, a polícia foi atacada pela multidão, que só se acalmou quando o exército assumiu o patrulhamento das ruas. Com esse fracasso da polícia em tentar deter a revolta, os esforços para sua reforma foram intensificados. Com a reforma as polícias foram definidas como judiciária e administrativa ou preventiva, basicamente a divisão que se conhece hoje como simplesmente polícias civil e militar, apesar das várias mutações institucionais pelas quais passaram no decorrer do século XX (BRETAS, 1997).

Com relação a Minas Gerais, toma-se o Regimento Regular de Cavalaria de Minas como a primeira corporação de polícia mineira, instalada em 1775 em Vila Rica (atual Ouro Preto) pelo governador da capitania⁴⁰. Tinha a finalidade de manter a guarda do governador, executar o policiamento da cidadania e, caso necessário, ser empregada em serviço exterior de acordo com ordens do imperador. Antes de 1775 os Dragões foram utilizados, mesmo que com vários problemas, para apoio ao poder da Coroa portuguesa, contando ainda com corpos auxiliares, como as ordenanças (BARROS, 2005, LIMA JÚNIOR, 1969, COTTA, 2006).

Até alcançar o formato atual, ocorreu um grande número de alterações e inovações institucionais nas forças policiais atuantes no estado. No final de 1831 foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que passou a ser denominado Corpo Policial da Província de Minas, que seria extinto com a proclamação da República. Em 1889 se criou a Guarda Republicana, intitulada de Força Pública com a Constituição Mineira de 1891:

“Durante toda a Primeira República, a Força Pública era um exército estadual. Seus manuais, cerimônias, treinamentos, processos de formação e atividades eram de natureza bélica. Portanto, respeitadas as especificidades de cada força, a ideologia de intervenção construída para o exército encontraria eco nas diversas intervenções da

⁴⁰ Como observado na página 58, na verdade o ano de 1775 é uma referência histórica acima de tudo com validade simbólica, ligada à figura de Tiradentes, patrono da corporação.

Força Pública e seriam apropriadas e reelaboradas nas décadas subseqüentes.” (COTTA, 2006: 91).

Em 1939, a então Força Pública recebe o nome de Força Policial. O nome Polícia Militar do Estado de Minas Gerais surgiu somente em 1946, definido no artigo 183 da Constituição Estadual.

A constituição de 1967 foi fundamental para se entender a configuração atual das polícias militares no país, pois aboliu a Guarda Civil uniformizada, além de reafirmar o poder do exército sobre a polícia militar. O decreto-lei 317 de 1967 instituiu que as polícias militares dos estados deveriam deixar de se organizar de acordo com o modelo de infantaria e cavalaria do exército, atribuindo-lhes a exclusividade do policiamento ostensivo fardado (BARROS, 2005: 43). Dando-se no contexto do regime militar, é óbvio que tal medida de controle social empregou ares de polícia política às polícias militares.

A Constituição de 1988 não trouxe inovações em relação à definição do papel e operacionalidade da polícia militar. Manteve-se, basicamente, o modelo oriundo do regime de 1964, que parece ter sido aceito pelos legisladores como adequado às necessidades de um estado democrático de direito (BARROS, 2005, COTTA, 2006, ESPÍRITO SANTO & MEIRELES, 2003).

Esse caráter “militar”, que acompanha a polícia ostensiva até hoje, levou ao entendimento do “combate ao crime” como sua missão institucional. Apesar do fato de grande proporção dos chamados à polícia ser voltada para assistência em matérias não criminais, a idéia de especialização na tarefa de enfrentar criminosos é o ponto inicial para se entender o chamado modelo “profissional” de policiamento. Sua concepção surge da necessidade de sistematização do trabalho policial em torno de critérios relativos à eficiência, que, sendo mensurada pela evolução de ocorrências de crimes,

passa a ser relacionada à imparcialidade profissional do policial frente a questões político partidárias.

Essa concepção de polícia e de policiamento vem sendo questionada. Ao ser pautada uma tecnologia que envolve, basicamente, o uso da viatura pelos policiais, e a disponibilização de um número de emergência para os cidadãos, tem sido considerada mais reativa que pró-ativa. Além do mais, a constatação de que a ação policial representa apenas um elemento, dentre vários outros, de incidência sobre as taxas de crime (BAYLEY, 2001, BEATO, 1999b e 2001), tem levado a uma busca de novas bases de legitimidade pelas organizações policiais. Segundo Elenice de Souza:

“Tradicionalmente, o modelo profissional de polícia reativa, sustentado pela organização policial e considerado pelo público como atividade principal da polícia, não cumpriu a tão anunciada promessa de manter em baixa as taxas de criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos (...). Ao mesmo tempo, instala-se na sociedade, de modo geral, a desconfiança em relação à eficiência policial no controle do crime e garantia da ordem e paz social. Isto tem comprometido a legitimidade da instituição e colocado em questão a crença no modelo repressivo de polícia como a estratégia mais eficaz na diminuição da criminalidade e na solução dos problemas de segurança pública”. (SOUZA, 2001a: 151)

A mesma autora afirma que as reivindicações policiais por mais investimentos como condição de eficácia não passa de um mito, evidenciando a complexidade inerente aos problemas a serem enfrentados por uma política de segurança pública (SOUZA, 1999 e 2001).

Atualmente, o policiamento comunitário têm sido erigido como forte tendência na organização do trabalho policial, sendo fenômeno de grande visibilidade no debate atual sobre modernização e descentralização no campo de políticas públicas de segurança no Brasil e no mundo.

A filosofia fundamental do policiamento comunitário é de trabalho conjunto e efetivo entre polícia e a comunidade, que passa a ter um papel importante na redução do crime e na promoção da segurança. Enfatiza-se que os próprios cidadãos são a primeira linha de defesa na luta contra o crime. Assim, o policiamento comunitário pode ser definido como uma estratégia organizacional desenhada para que os esforços policiais sejam mais aproveitados, por fazer necessário que a polícia se torne aberta aos problemas que as comunidades identificam, o que implica descentralização da estrutura de comando e gerenciamento das operações policiais.

Uma das primeiras experiências de implementação de estratégias comunitárias no Brasil ocorreu no 19º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em Copacabana. O objetivo principal era implantar atividades preventivas, com visitas educativas, buscando minimizar situações de risco, também informando a população acerca dos limites da atuação policial, além de reduzir o medo da população com esse trabalho de aproximação (LEITE, 2002).

Outra experiência pioneira no país se deu no Espírito Santo, na cidade de Guaçuí, em 1994, inspirada na experiência da Polícia Militar do Rio de Janeiro e de algumas cidades norte americanas. O policiamento comunitário realizado pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo priorizou a participação comunitária através dos Conselhos Interativos de Segurança Pública, apóio financeiro e material dos segmentos organizados da sociedade, busca de interação comunitária com as autoridades municipais, Polícia Judiciária, Ministério Público e Poder Judiciário, desenvolvimento de atividades de relações públicas nas comunidades para obter a interação social entre os membros da instituição e os entes sociais (CERQUEIRA, 1999).

As iniciativas de policiamento comunitário em Minas Gerais ocorreram em direção da busca por uma nova doutrina operacional, a partir da parceria com a comunidade, apoiada pela DPO nº 3008/93. No entanto, apesar dos esforços e aprovação dos níveis estratégicos e táticos da polícia, o nível operacional acabou

apresentando significativa resistência à implementação do projeto. Anos depois, em 1999, foi implantado o programa “Polícia de Resultados”, com o objetivo de elaboração de políticas mais amplas de policiamento preventivo. Neste contexto foram criados os Conselhos Comunitários de Segurança, os CONSEPs. Em um total de 25 conselhos, buscou-se desenvolver parcerias comunitárias para implementação de programas de prevenção, em um amplo projeto voltado para a descentralização das atividades policiais e o estabelecimento de metas e avaliação de resultados, tendo como base os princípios do policiamento comunitário (BEATO, 2001).

2.5. Polícia e sociedade

Como a legitimidade conferida socialmente é um dos alicerces da existência da polícia, a mesma pressupõe comunidades estáveis. As polícias comunais, presentes em vários feudos europeus até o século XIII, assim como o próprio sistema da qual faziam parte, baseava-se na solidariedade e nos valores compartilhados entre grupos de agricultores servis e a identidade que possuíam com determinado território. A partir do século XIII, com a decadência do feudalismo, tais comunidades começam a se desfazer devido aos problemas econômicos, pragas e fome. A luta pela centralização de poder, ou seja, a ação da coroa tentando aumentar seu domínio, leva a um declínio cada vez maior dessa polícia local (MONET, 2001). Juntamente com esse processo, é preparado o campo para o surgimento do oficial de polícia, agente que emerge entre os séculos XIV e XVII:

“(…) the events of the fourteenth century seemed decisive in the shift of policing responsibilities from the community to officials and, just as significantly, they led to

the duties of these officials being focused on the regulation of labouring people. In terms of crime control through prevention and detection, there was a deepening split between the fulfillment of procedural obligations (...) and the actual detection of offenders, which was, primarily, a matter for victims.” (RAWLINGS, 2003: 43)

De um lado esses oficiais estavam sob o escrutínio do governo central, através dos juízes, mas por outro lado também dependiam de um bom relacionamento com a comunidade. Há certa evidência de que o imposto cobrado para mantê-los era bem impopular, o que fez com que reformas no esquema de vigilância se tornassem comuns no século XVIII. Porém, apesar das reformas, a crítica aos vigilantes continuou até o início do século XIX, sendo difícil precisar se porquê eram ineficientes ou se as expectativas em relação a eles havia aumentado muito. Também se dizia que o oficial era um mal, já que reforçava o poder central, ainda não tão consolidado como veio a ser no mundo contemporâneo (RAWLINGS, 2003).

Para Harlan Hahn o estudo da polícia faz emergir problemas fundamentais da teoria política, ou melhor, da relação entre cidadãos e o estado. As ações rotineiras dos policiais representam um meio importante através do qual muitos valores são transmitidos para o público: conceitos como lei, ordem, autoridade e justiça tornam-se assuntos cotidianos, vistos pelo prisma da prática. Assim, os policiais tornam-se pontos de contato entre indivíduos e os princípios cruciais que sustentam uma sociedade organizada (HAHN, 1970).

Mesmo com o objetivo de entender o que a polícia simboliza para o policial, o que ela simboliza para sociedade é a moldura maior que se deve compreender primeiro, pois os estereótipos sociais construídos historicamente correspondem ao contraponto que situa cada detalhe da cultura do policial.

Hoje a polícia pode ser vista como provedora de serviços estatais fundamentais: proteção da vida e da propriedade. Mas os papéis que lhe vão sendo atribuídos

acabam se tornando quase tão complexos quanto a diversificação das esferas da sociedade. As classes mais baixas, principalmente, acionam a polícia para um grande número de serviços que excedem a manutenção da lei e da ordem. Dependem da polícia em momentos de crise, enquadrando a atividade policial em funções de assistência, nas quais simplesmente ninguém mais saberia o que fazer.

Por um lado as polícias são organizações fechadas, pautadas por regras rígidas de conduta e de hierarquia, que utilizam jargão próprio, sendo defensivas em relação à ingerência de órgãos externos (SKOLNICK & FYFE, 1993) ⁴¹. Por outro lado sua atuação se dá nos constantes encontros com a população, voltada, portanto, para o seu ambiente externo. Na medida em que cresce a demanda por serviços públicos por segurança, mais se legitima a intervenção do estado na vida dos cidadãos, via atuação policial. Problemas anteriormente definidos como de natureza privada, acabam sendo reavaliados como públicos, sendo essa uma tendência histórica avassaladora (Gusfield, 1981). Tal tendência leva a uma complexidade crescente da atividade policial, dado o grande número de códigos e leis que incidem diretamente em comportamentos que se tornam passíveis de vigilância e controle, além das intervenções em termos de outros tipos de assistência.

Para Mervin White e Ben Menke, o problema de avaliar a literatura das relações entre a polícia e sociedade carrega certas sutilezas. Uma revisão crítica da literatura sobre a opinião pública a respeito da polícia revela que resultados diferenciados são obtidos dependendo do enfoque adotado. Não se tem o mesmo quadro a partir de pesquisas que focalizam ações ou acontecimentos específicos envolvendo a polícia por

⁴¹ Insulamento que se reflete inclusive na dificuldade em se realizar pesquisas junto às organizações policiais. Para realizar observação participante, Guaracy Mingardi chegou a prestar concurso público para investigador de polícia. O trabalho resultou em brilhante dissertação de mestrado, intitulada "A nova polícia", publicada como *Tiras, gansos e trutas* (MINGARDI, 1992). O autor cita que o incomodava que, até então, poucos cientistas sociais produziam conhecimento empírico sobre a polícia. Por um lado, atribui isso ao desprestígio acadêmico do tema (o que teria mudado hoje). Mas, é claro, outro motivo relevante é a dificuldade de realizar estudos de campo, dado o fechamento e desconfiança próprios das polícias.

um lado, e aquelas nas quais se indaga sobre atitudes ou avaliações mais gerais da população sobre o que os policiais fazem, por outro. De uma forma geral, a sociedade tem a polícia em alta estima, como um serviço de extrema relevância e que necessita de melhores condições de trabalho e investimentos do governo. Mas, quando se trata da avaliação realizada por um grupo específico, principalmente minorias, e da visão da sociedade sobre ações específicas de policiamento, a imagem construída tende a ser mais negativa (CORREIA et alli, 1996, TYLER, 2001, WHITE & MENKE, 1982). Inclusive, sabe-se amplamente que muitas pessoas não acionam a polícia quando vítimas de crime, pois não confiam nela, ou simplesmente não acreditam que possa fazer qualquer coisa em relação ao seu problema específico (BEATO & PAIXÃO, 1997).

Não se trata de determinar qual a forma mais acurada de se inferir a “verdadeira” atitude pública em relação aos policiais. Parece que diferentes universos de significado são acessados quando se questiona as pessoas sobre pontos gerais ou específicos, quanto às opiniões que emitem em relação a polícia. A tabela abaixo demonstra que, em todos os quesitos contemplados, honestidade, desempenho e respeito, *a polícia é mais bem avaliada quando a pergunta não faz alusão a possíveis episódios concretos de ação policial.*

Tabela 1 – Percepções da população em relação à polícia, utilizando medidas gerais e específicas

	Favorável à polícia	Desfavorável à polícia	Não sabe
Honestidade			
<i>Item geral:</i> Algumas pessoas dizem que a maioria dos policiais são honestos e outras dizem que a maioria aceita subornos. Você acha que os policiais que atuam na sua região são quase todos honestos, que a maioria é honesta com poucos corruptos, ou que todos eles são corruptos?	88	3	9
<i>Item específico:</i> Você acha que os policiais nesta área aceitam subornos?	27	38	35
<i>Diferenças</i>	- 61	+ 35	+ 26
Qualidade do desempenho no trabalho			
<i>Item geral:</i> Você acha que a polícia faz um trabalho de manutenção da lei excelente, bom, razoável ou fraco?	67	32	--
<i>Item específico:</i> Os policiais passam a maior parte do tempo correndo atrás de pessoas que cometeram erros menores e ignoram a maioria das ocorrências realmente graves.	35	50	15
Percepções sobre o respeito prestado pelos policiais			
<i>Item geral:</i> Quão bom é o desempenho dos policiais em serem respeitosos com pessoas como você?	85	4	10
<i>Item específico:</i> Parece haver muitos policiais que simplesmente se divertem pegando as pessoas ao seu redor e sendo duros e ruidosos com elas.	43	47	10
<i>Diferenças</i>	- 42	+ 43	0

Fonte: WHITE & MENKE, 1982: 215

Respondentes consideram que, de forma geral, a maioria dos policiais são honestos (88% de respostas), ao passo que tendem a acreditar que os policiais que atuam na região onde moram aceitem subornos (38% contra 27% da opinião contrária). Da mesma forma, 67% emitem opiniões favoráveis quando se pergunta sobre o desempenho da polícia no cumprimento da lei, ao passo que 50% têm visão contrária quando focalizado o fato dos policiais perderem muito tempo correndo atrás de

autores de pequenos delitos, deixando de lado a tarefa de deter aqueles que realmente cometem delitos graves. Também se admite que muitos policiais efetivamente se divertem “dando dura” nas pessoas que encontram nas ruas (47% favoráveis a essa visão, contra 43% contrários à mesma), enquanto que os policiais têm atuação respeitosa em lidar com pessoas como próprio respondente. Essa última atitude tende a se tornar negativa de acordo com o número de contatos que se tem com a polícia, já que se dão normalmente em contextos desagradáveis, como no caso de batidas de automóvel, vitimização em um assalto ou agressão, intimações para se comparecer à delegacia devido a uma briga com um vizinho, etc. (CORREIA et alli, 1996).

De um ponto de vista geral, as pessoas valorizam a segurança pública, sabem que precisam do policial e desejam que faça um bom trabalho. Porém, focalizar atuações concretas remete a eventos de brutalidade e corrupção policial que, amplamente divulgados pela imprensa, não podem ser simplesmente ignorados como formadores da opinião pública em relação à polícia. Como citado em uma entrevista em pesquisa sobre policiamento comunitário, realizada para Secretaria Nacional de Segurança Pública:

“A cooperação tem milhares de homens e em todo lugar tem gente boa e gente ruim, ta certo? Aí, basta um policial que faz coisa errada para manchar a imagem de todo mundo. Aí vem a imprensa, que só gosta de passar as coisas ruim, por que aparece, aí as pessoas falam ‘Tá vendo, policial é corrupto, não presta’.” (Cabo entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

As diferenças de percepções parecem refletir a diferença entre ideais e julgamentos de “realidade” a respeito do policiamento, fortemente influenciados pela mídia e episódios isolados de contato com policiais. Do valor que a segurança pública

tem para população como um bem prioritário, procede a valorização da entidade policial como provedora desse bem. Da associação da polícia com eventos de violência e corrupção, emerge a crítica da atividade policial concreta, com a demanda por um serviço de segurança pública aperfeiçoado no porvir:

“The demand for more services reflects high levels of *diffuse support for the police function* while the dissatisfaction reflects a critique of the job performance of specific police officers”. (WHITE & MENKE, 1982: 227, grifo do autor)

Essa ambivalência da opinião pública chega a causar mal estar no agente da lei e da ordem. Por exemplo, comerciantes representam a parcela da população que mais demanda policiamento, mas não querem a viatura da polícia na porta de seu estabelecimento, dada a imagem negativa que isso produz.

“Certos comerciantes também não gosta, restaurante, têm alguns restaurantes que não gostam, policial na porta de restaurante lá, quem vai almoçar no restaurante vê polícia: – ‘ah! Tem problema ali, então, não vou almoçar lá não’. Tem certas pessoas que não gostam da presença da polícia na rua”. (Entrevista com soldado da PMMG, citada em BEATO F., 2005: 60)

Dados como esse sugerem que as pessoas mantêm atitudes aparentemente contraditórias em relação à polícia, mas na verdade demonstram que, realmente, existe um apoio popular à polícia, mas apenas em nível difuso. As pessoas desejam realmente que a polícia seja bem equipada, querem mais policiais nas ruas e que eles abordem suspeitos, desde que sua atividade não venha a atingi-las diretamente, em seu cotidiano.

Como comentado por Luiz Eduardo Soares, cientista social e ex-secretário nacional de segurança pública, “o policial atua como o lixeiro da sociedade (...), à polícia cabe o serviço sujo que ninguém gostaria de fazer com as próprias mãos”⁴². Robert Reiner fala sobre aspectos cognitivos e comportamentais que se desenvolvem devido às especificidades do ofício de policial, relacionado a certas pressões externas vindas da sociedade que, até certo ponto, parecem ser generalizáveis para qualquer instituição policial no mundo. Via socialização, novos policiais acabam se deparando com uma série de atitudes próprias aos indivíduos envolvidos com um trabalho em relação ao qual há muitas expectativas e cobranças por parte da sociedade, ao mesmo tempo em que devem lidar com um processo de estigmatização que, em maior ou menor medida, lhes é imposto por essa mesma sociedade (REINER, 1992). Como em trecho de uma entrevista citada por Antônio Luiz Paixão:

“a sociedade é um rio dinâmico, bonito, agitado. Na margem esquerda, sem nenhuma conotação política, ficam os marginais. Na margem direita, sem nenhuma conotação política, ficam os policiais. De vez em quando, um marginal pula no rio. O rio pára e grita: Polícia, por favor, nos ajuda. O policial pula no rio, luta com o marginal e o empurra para a margem esquerda. Aí o rio fala: Polícia, cai fora, e o policial volta para sua margem.” (Entrevista com policial civil, citada em PAIXÃO, 1982: 81)

Além do mais, como a missão da polícia, assim como vista pela população, é de combate ao crime, a polícia fica à mercê de julgamentos que não dependem de algo sobre o qual possam realmente ter controle, já que a atuação policial, por si, não é capaz de minimizar as incidências de delitos.

⁴² Entrevista apresentada no documentário “Ônibus 174” (DVD, produção brasileira de 2002, direção: José Padilha e Felipe Lacerda).

Tabela 2 – Percepções da população em relação à polícia por área (%)

	Totalmente favorável à polícia	Totalmente desfavorável à polícia
Confiança		
Em que medida você confia na Polícia Militar?	17,4	17,8
<i>Bairro não violento</i>	20,8	14,1
<i>Bairro violento</i>	12,6	19,7
Qualidade do desempenho no trabalho		
Qual o nível de eficiência da Polícia Militar na resolução de problemas de violência na vizinhança?	17,9	11,8
<i>Bairro não violento</i>	19,3	9,5
<i>Bairro violento</i>	15,1	14,3
Preparo dos policiais militares		
Em que medida você acha que a Polícia Militar está preparadas para executar suas funções?	15,7	15,3
<i>Bairro não violento</i>	15,6	14,6
<i>Bairro violento</i>	8,7	13,4
Respeito		
A maioria dos policiais militares merece respeito?	55,5	10,2
<i>Bairro não violento</i>	56,8	9,0
<i>Bairro violento</i>	51,7	10,1
Medo		
Deve-se ter medo da maioria dos policiais militares?	48,9	18,2
<i>Bairro não violento</i>	50,6	17,2
<i>Bairro violento</i>	43,3	14,0
Qualidade do desempenho no trabalho		
Qual o nível de eficiência da Polícia Militar na resolução de problemas de violência na vizinhança?	17,9	11,8
<i>Bairro não violento</i>	19,3	9,5
<i>Bairro violento</i>	15,1	14,3
Corrupção		
A maioria dos policiais militares é corrupta?	17,8	33,2
<i>Bairro não violento</i>	19,0	30,2
<i>Bairro violento</i>	15,5	31,0
Discriminação social		
A polícia militar costuma tratar melhor os ricos?	14,7	57,3
<i>Bairro não violento</i>	14,9	55,2
<i>Bairro violento</i>	15,1	52,8
Discriminação racial		
A polícia militar costuma tratar melhor os brancos?	24,3	45,0
<i>Bairro não violento</i>	23,3	44,2
<i>Bairro violento</i>	23,4	46,8
Discriminação de gênero		
A polícia militar costuma tratar melhor os homens?	52,1	14,6
<i>Bairro não violento</i>	49,4	15,1
<i>Bairro violento</i>	47,0	17,2
Discriminação por "aparência"		
Os policiais militares revistam suspeitos sem importar a aparência dos mesmos?	18,3	49,4
<i>Bairro não violento</i>	17,2	50,6
<i>Bairro violento</i>	14,0	43,3

Fonte: Pesquisa de Vitimização, Região Metropolitana de Belo Horizonte, CRISP, 2006

A tabela anterior mostra dados extraídos de pesquisa recente, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As avaliações mais positivas a respeito da polícia militar aparecem com menor frequência nos bairros violentos. As exceções são raras. Apenas em relação às questões de discriminação de acordo com classe social e de acordo com a cor de pele, moradores de bairros violentos apresentaram opiniões favoráveis à polícia militar em proporção compatível com os moradores de bairros não violentos. Ou seja, de forma respectiva, aproximadamente 15% e 23% das pessoas entrevistadas apresentaram atitudes favoráveis à polícia nesses itens, independentemente da classificação por bairro violento e não violento.

Em apenas quatro dos onze itens avaliados, os moradores de bairros não violentos foram mais críticos em relação à atuação da polícia militar, em comparação dos moradores de bairros violentos. Apresentaram maiores porcentagens de atitudes totalmente desfavoráveis à polícia nos seguintes fatores: Preparação dos policiais (14,6%), medo da maioria dos policiais (17,2%), discriminação social (55,2%) e discriminação das pessoas por aparência (vestuário) no momento de revistar suspeitos (50,6%).

Quando perguntados sobre o grau de confiança na polícia militar, 20,8% dos moradores de bairros não violentos fizeram uma avaliação totalmente favorável à instituição, enquanto que apenas 12,6% dos moradores de bairros violentos concordam com tal avaliação. No mesmo item, 19,7% dos entrevistados residentes em bairros violentos fazem uma avaliação totalmente desfavorável à polícia, contra 14,1% dos residentes em bairros não violentos. Quanto à percepção do nível de eficiência dos policiais na resolução de problemas de violência na vizinhança, 19,3% dos respondentes provenientes de bairros não violentos consideraram tal eficiência totalmente satisfatória, contra 15,1 daqueles provenientes de bairros violentos. Já

14,3% da população residente em bairros violentos consideram a polícia totalmente ineficaz em relação ao problema, contra 9,5% da população de bairros não violentos. Apenas 8,7% dos entrevistados de bairros violentos concordam sem restrições com a afirmação de que a polícia militar está totalmente preparada para executar suas funções, contra 15,6% dos entrevistados de bairros não violentos.

56,8% dos moradores de bairros não violentos têm opinião totalmente favorável à polícia quando perguntados se a maioria dos policiais militares merece respeito, 50,6% quando perguntados se a maioria dos policiais deveria ser temida. Ainda, 19,0% entre esses respondentes emitiram atitudes totalmente positivas em relação à polícia quando o assunto era corrupção; 49,4% em se tratando de discriminação de gênero e 17,2% quando questionados se os militares fazem acepção de pessoas por aparência quando tomam a decisão de revistar suspeitos. Em todos esses casos, apresentaram melhor avaliação da ação policial, quando comparados com pessoas residentes em bairros com taxas mais altas de crime.

2.6. Traços da cultura policial

Deve-se falar em cultura policial ou *culturas policiais*? Não há dúvida que existe uma diversidade de polícias, com modelos organizacionais e regras informais distintas, dependendo do local e do período histórico específicos. No entanto, é claro que se podem encontrar muitos traços comuns, mesmo em contextos sociais extremamente variados.

Filmes, seriados e romances policiais criaram o retrato fantasioso ou fantástico da atividade policial fardada. Exploram a imagem popular do policial como um sujeito “durão”, que geralmente sacrifica sua vida pessoal em nome do árduo fardo do seu trabalho, tão incompreendido pelos leigos, mas tão nobre e essencial para que os

cidadãos medianos possam levar suas vidas com paz e tranqüilidade. Essa imagem constitui um estereótipo do policial como alguém radicalmente diferente dos demais cidadãos. Mesmo sem concordar com tal estereótipo, deve-se levar em conta que a profissão envolve, até certo ponto, a real possibilidade de envolvimento em situações tensas ou perigosas. Isso tem influência sobre a formação da cultura policial. Por um ponto de vista relacional, ser policial é uma experiência que pode marcar profundamente a história de vida dos indivíduos. Trata-se de um profissional que tem que se expor às mais diversas situações de conflito. Somadas à desvalorização do policial por parte da sociedade, as tensões levam a um significativo “espírito de corpo”, ou de corporação, dificilmente compartilhado por membros de outros grupos ocupacionais. Esse espírito de corporação é reforçado pelo caráter militarizado do treinamento que, além de influenciar as expectativas do público em relação aos policiais, vistos como soldados contra o crime (SKOLNICK & FYFE, 1993: 113-114), também ajuda a construir a noção de que “só um policial é capaz de entender o serviço de polícia”.

“In addition to the style of internal regulation and control, the quasi-military character of the police is evident in the *spirit de corps* that pervades the institution. Like the methods of enforcing soldierly discipline, the *esprit de corps* has some basis in the realities of police work and is, in its own way, purposeful.” (BITTNER, 1970:63)

Como expressado por Monjardet, a profissão de policial envolve algo que extrapola a idéia convencional de uma simples ocupação:

“O trabalho do engenheiro, do técnico ou do operário pode ser compreendido (até prova em contrário) sem se referir a seu sistema de valores pessoal, ou ao sistema de

valores coletivos do grupo ao qual ele pertence (...). Não se pode, à primeira vista, compreender assim o trabalho do policial. No cruzamento da autonomia prática, de sua denegação organizacional e da falta de objetivação da tarefa policial se desdobra a 'cultura', ou sistema de valores dos policiais, como elemento necessário, como os interesses, de determinação das suas práticas." (MONJARDET, 2002: 162-163).

Integrar a corporação pode significar, do ponto de vista do cotidiano do indivíduo, algo próximo do que é descrito por Goffman dentro de seu modelo de instituição total (GOFFMAN, 1987). Considerando-se tal conceito como tipo ideal, percebe-se que ser policial militar não é, exatamente, um cargo do qual se "despe" após o expediente, uma vez que se retire a farda e deixe o ambiente de trabalho.

O modelo de instituição total parte da constatação de que existem organizações que são mais fechadas do que outras, e que intensificam as relações entre seus integrantes na medida que busca separá-los da sociedade mais ampla. As instituições totais procuram desenvolver suas tarefas em grupos, o que facilita a vigilância e a padronização de comportamentos, favorecendo o controle social. Como lembrado pelo coronel de polícia militar Severo Silva Neto, citando Goffman em seu artigo sobre a cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais, instituições totais são "estufas para mudar pessoas" (SILVA NETO, 1997:27).

A Constituição de 1967 aboliu o aquartelamento dos policiais militares e, portanto, o isolamento físico em relação ao mundo civil. Mas, o que se enfatiza aqui é o fechamento construído simbolicamente. Esse aspecto influencia, ou pelo menos está ligado, a todos os traços da cultura policial militar. Jerome Skolnick fala de uma personalidade ocupacional ("*working personality*") de polícia (SKOLNICK, 1966). É claro que isso não significa que todo policial compartilha de uma mesma personalidade padronizada, ou que entrar para carreira possa modificar totalmente sua estrutura

psicológica. Quer dizer simplesmente que existem tendências cognitivas entre os policiais que lhes são próprias, dadas as circunstâncias em que as suas atividades são desenvolvidas. Ou seja, não se trata de um fenômeno psicológico individual, mas de uma resposta a uma combinação única de fatores que se dá no desenvolvimento do papel de policial: perigo, autoridade e constante pressão por demonstrar eficiência.

De um modo geral, o primeiro elemento que orienta essa personalidade ocupacional é certo grau de fechamento em relação ao mundo social para além da corporação. Esse fechamento se justificaria, pelo ponto de vista dos próprios policiais, pela falta de respeito do público em relação aos policiais, pela falta de cooperação das pessoas no que diz respeito à manutenção da lei e da ordem e pela incompreensão quanto às qualidades necessárias para se ser um policial.

“To the extent that policemen share the experience of receiving hostility from the public, they are also drawn together and become dependent upon one another.”
(SKOLNICK, 1966: 58)

Trata-se de uma questão que envolve uma escala de valores. Os que são “de dentro” da organização compartilham dos desafios e angústias cotidianos. É então criada a sensação de que existe uma certa barreira, às vezes mais intensa, às vezes mais tênue, dependendo do caso, entre aqueles que são e aqueles que não são policiais.

Fazendo um paralelo entre o conceito de instituição total e a organização policial militar, Rosânia de Souza afirma que:

“(…) percebe-se a existência entre os militares de dois mundos distintos: ‘aqui dentro’, representando pelo mundo militar, e ‘lá fora’, representado pelo mundo civil, também conhecido por ‘paisano’. Essa diferenciação cria a idéia de que o ‘mundo interno’ é o ideal, enquanto que o ‘mundo lá fora’ é caracterizado pela falta de seriedade, de [sic] displicência e de desordem. Outra analogia que se pode fazer diz respeito à completa disponibilidade do indivíduo para com sua instituição. Na PMMG, o policial deve estar à disposição 24 horas por dia, condição que traz em seu bojo um sentido de posse, tornando o servidor um objeto.” (SOUZA, 2001b: 50)

Como realçado por Richard Bennett, o excesso de sentimento de solidariedade interna à corporação chega a deteriorar ainda mais os laços com outros segmentos da sociedade, fazendo com que os policiais até mesmo cumpram seu papel de forma mais agressiva do que o necessário para uma sociedade democrática (BENNETT, 1980).

Trata-se de um movimento cíclico: episódios de violência policial aumentam a hostilidade da população em relação à polícia. Por sua vez, essa hostilidade externa leva a um maior fechamento interno, que acaba aumentando a probabilidade de adoção de procedimentos práticos, por parte dos policiais, que excluam o diálogo e aproximação com relação às comunidades atendidas por seus serviços:

“Police isolation from the public results in the creation of support groups within the police work environment. These support groups, existing independently of the citizen, allow their members to reinforce indigenous perceptions of their role that differ from the concepts of citizens or ‘outsiders’.” (BENNETT, 1980: 112)

É razoável pensar que o estigma projetado por outros grupos sociais alimenta uma atitude de certo distanciamento e suspeita em relação àqueles que não são

policiais. O estigma, característica comum imprimida aos membros de instituições totais, provém de várias fontes. Segundo Bittner:

“(...) the mixture of fear and fascination that the police elicit is often enriched by the addition of contempt. Depending on one’s position in society, the contempt may draw on a variety of sources. To some the leading reason for disparaging police work derives from the suspicion that those who do battle against evil cannot themselves live up fully to the ideals they presumably defend. Others make the most of the circumstance that police work is a low-paying occupation, the requirements for which can be met by men who are poorly educated. And some, finally, generalize from accounts of police abuses that come to their attention to the occupation as a whole.”
(BITTNER, 1970: 7)

Como exposto na citação acima, o que há na verdade é um sentimento ambíguo da população em relação aos policiais. Existe certo fascínio, comprovado pelo sucesso da literatura e filmes com temas policiais. Mas também, e talvez de forma mais intensa, um sentimento de suspeita projetado sobre o policial.

O policial tem plena consciência desse distanciamento social construído pelas lentes do leigo, o “paisano”. Por um lado, já esteve do outro lado da fronteira, sem uniforme. Por outro lado, independentemente de ter buscado a carreira de policial por mera necessidade econômica ou por uma motivação vocacional, ao ingressar na corporação, aprender os ritos e jargões, utilizar a farda, passa a perceber nos olhares e comportamentos dos outros os preconceitos e fantasias produzidos no calor da mídia e da cultura de quem está distante e desconfiado do agente que, legitimamente, detém a força:

“Uma das coisas que me deixa bem revoltado é que desde criancinha os pais já passam a imagem pros filhos do policial como, assim, aquele ‘monstro’. Você tenta desfazer essa imagem, aí na rua por exemplo, a criança tá na esquina e você acena para criança, dá bom dia... então vem a mãe e fala: ‘olha, tá vendo, se cê fizer uma coisa errada vou chamar o policial procê e ele vai ficar bravo, vai prender você’. Já passa a imagem da gente como bruto, uma coisa ruim, negativa.” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Em pesquisa realizada com policiais militares em Belo Horizonte⁴³, 53% dos entrevistados disseram que, quando vão a algum lugar que as pessoas ficam sabendo que são policiais, freqüentemente são abordados para falar sobre crimes ou trabalho policial. Apenas 14% responderam que isso acontece raramente ou nunca. Na mesma pesquisa, 64,3% declaram se encontrar pelo menos duas ou três vezes por mês com amigos policiais fora do horário de trabalho. Segundo 86,5% deles, o público não entende o que é ser um policial, contra apenas 3,4% que percebem a visão que as pessoas têm da polícia como simpática e compreensiva. Dados como esses ilustram como o fechamento do policial é quase inevitável: é alvo da curiosidade das pessoas, percebido como diferente, procuram a companhia de outros policiais, já que se sentem incompreendidos por aqueles que não compartilham dessa missão.

Se, por um lado, essa demarcação social se dá pela reação dos policiais quanto aos estereótipos criados pela população e projetados sobre eles, por outro lado o distanciamento também é construído simbolicamente através dos estereótipos criados pelos próprios policiais e projetados sobre os outros. Não se deve deixar de levar em consideração o aspecto da construção intra-organizacional. Uma atitude de *desconfiança* ou *suspeita* não é mero reflexo da relação com o ambiente externo onde

⁴³ Realizada no ano de 2000, parceria da Fundação João Pinheiro com a Universidade Federal de Minas Gerais, parte do projeto “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta”.

a atividade policial se desenvolve. Esse outro traço marcante da cultura policial é uma forma dos integrantes desse grupo ocupacional absorverem o impacto do perigo próprio de sua atividade, real ou simbólico (BITTNER, 1990, CRANK, 1998, SKOLNICK, 1966).

Uma característica importante desse traço de sua personalidade ocupacional, a atitude de suspeita, é sua forma de realizar a classificação do “grau de perigo” a ser enfrentado em diferentes situações. Existe uma atribuição de suspeita distribuída de forma diferenciada entre a população:

“The policeman, because his work requires him to be occupied continually with potential violence, develops a perceptual shorthand to identify *certain kinds of people* as symbolic assailants, that is, as persons who use gesture, language, and attire that the policeman has come to recognize as a prelude to violence. This does not mean that violence by the symbolic assailant is necessarily predictable. On the contrary, the policeman responds to the vague indication of danger suggested by appearance.” (SKOLNICK, 1966: 45 - *grifo do autor*)

O papel desempenhado pelo policial envolve constante perigo potencial, mas isso não quer dizer a atividade policial seja a mais perigosa. Não se trata de uma questão meramente estatística⁴⁴. Outras ocupações, como mineradores, operários que trabalham com o forno de uma siderúrgica, pilotos de provas, dublês, eletricitários, etc, podem até acarretar maiores riscos de lesões e mesmo morte. No entanto, o que Skolnick enfatiza é o aspecto simbólico, a área de perigo que envolve o policiamento. Seu impacto emocional é grande, já que, se comparado a outras profissões citadas,

⁴⁴ “É preciso afastar as pré-concepções do policial. Na realidade, são exceções as atividades policiais que resultam em troca de tiros, vítimas e mortes. As pesquisas nacionais e internacionais mostram que a maioria das atividades da polícia é de auxílio à comunidade e comportam atividades próprias de serviços sociais e relações públicas” (BARROS, 2005:96).

envolve um alto grau de imprevisibilidade. Ao tentar, subjetivamente, controlar essa imprevisibilidade, o policial busca, nas pessoas e situações, os sinais que antecipem a ameaça. É em função dessa necessidade que um policial militar busca justificar afirmações como a que se segue:

“Porque se eu entrar na viatura duas horas da manhã respondendo uma ocorrência e que a gente chama, na nossa codificação, de averiguação do suspeito. Vou lá na favela Pedreira Prado Lopes. Vou chegar e abordar da mesma forma que eu vou subir lá no Luxemburgo⁴⁵? Desce um cidadão de uma BMW X5 2006. Vou imbicar o revólver nele, falar desce com a mão na cabeça, deita no chão e não mexe na cintura se não eu te queimo daqui! E não vou falar isso com o cara não, pôxa!” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Dentro das sociedades democráticas esse tipo de orientação torna-se um dos elementos mais polêmicos da atividade policial. Como o representante do estado nas ruas, o policial deve, por lei, tratar os cidadãos de forma universal, imparcial, sem distinções de classe, cor de pele, gênero, etc. Mas isso se dá no campo ideal. No dia-a-dia do policial fardado em sua atividade de vigilância ostensiva, a suspeita e a abordagem são instrumentos de trabalho, para os quais busca estabelecer fundamentos ou racionalizações. Ou seja, o policial deve ter um argumento articulado para decisão de parar e revistar um cidadão, ato que constrange, de certa forma, sua liberdade.

A abordagem policial é legalmente fundamentada no Código de Processo Penal, que em seus artigos 240 e 244 trata desse tema, definindo que, mesmo sem mandato, o policial pode realizar busca domiciliar ou pessoal em caso de fundada suspeita. No

⁴⁵ Trata-se de um bairro nobre da zona sul de Belo Horizonte.

entanto, o termo “fundada suspeita” é muito subjetivo, sendo a determinação de sua existência dependente da discricionariedade do poder de polícia (TEIXEIRA JÚNIOR, 2001). Na prática, os sinais identificados para abordar um suspeito são, geralmente apesar de que não exclusivamente, fortemente associados à pobreza⁴⁶. Trata-se da “lógica em uso” dos policiais (PAIXÃO, 1982, 1993) ⁴⁷.

Segundo soldado da Polícia Militar de Minas Gerais, não se trata de um preconceito que os policiais tenham em relação aos pobres, mas de situações que envolvem diferentes graus de ameaça à sua integridade física:

⁴⁶ Isso gera inúmeros protestos de movimentos ligados aos direitos humanos. É fato conhecido que, nas grandes cidades brasileiras (o que não quer dizer que isso acontece apenas no Brasil), meras abordagens policiais acabam tendo algumas vezes desfechos trágicos de violência. É interessante, sobre esse assunto, um documentário intitulado “Entre muros e favelas – Violência policial no Rio de Janeiro” (DVD, produção brasileiro-alemã de 2005, direção: Suzanne Dzeik, Kirstem Wagenschein e Marcio Jerônimo). Segundo uma notícia veiculada no jornal “Diário da tarde”, número de novembro de 2001, há alguns anos, em Belo Horizonte, um senhor negro com vestimentas sujas foi parado por policiais por estar conduzindo uma bicicleta nova. A suspeita é que a mesma fosse roubada. Como o suspeito insistia em dizer que tinha acabado de comprar a bicicleta, mas não apresentava nota-fiscal, terminou por ser espancado até a morte. De acordo com a notícia veiculada na imprensa, depois foi averiguado que ele realmente havia adquirido o bem em uma loja, que não emitiu documento fiscal. Segundo colegas de serviço, ele prometera dar uma bicicleta ao seu filho caso passasse de ano. Como era um momento muito esperado, naquele dia nem sequer tomou banho e trocou de roupa ao final do expediente. O suspeito seria um trabalhador da construção civil, o que explicaria as roupas sujas que, supostamente, lhe custaram a vida. Com relação às diferentes abordagens dadas aos membros de classes sociais distintas, um ex-secretário de segurança pública do estado do Rio de Janeiro chegou a afirmar que “a polícia é corrupta porque a sociedade é corrupta”. Segundo ele, “a polícia reprime a população da favela porque a sociedade assim o exige. A classe média não quer ser incomodada por uma batida policial em Ipanema, mas demanda que isso seja feito na favela”. Esse depoimento foi registrado no documentário “Notícias de uma guerra particular” (VHS, produção brasileira de 1999, direção: João Moreira Salles e Kátia Lund), que conta a história da evolução do tráfico nos morros cariocas e a resposta policial a esse fenômeno.

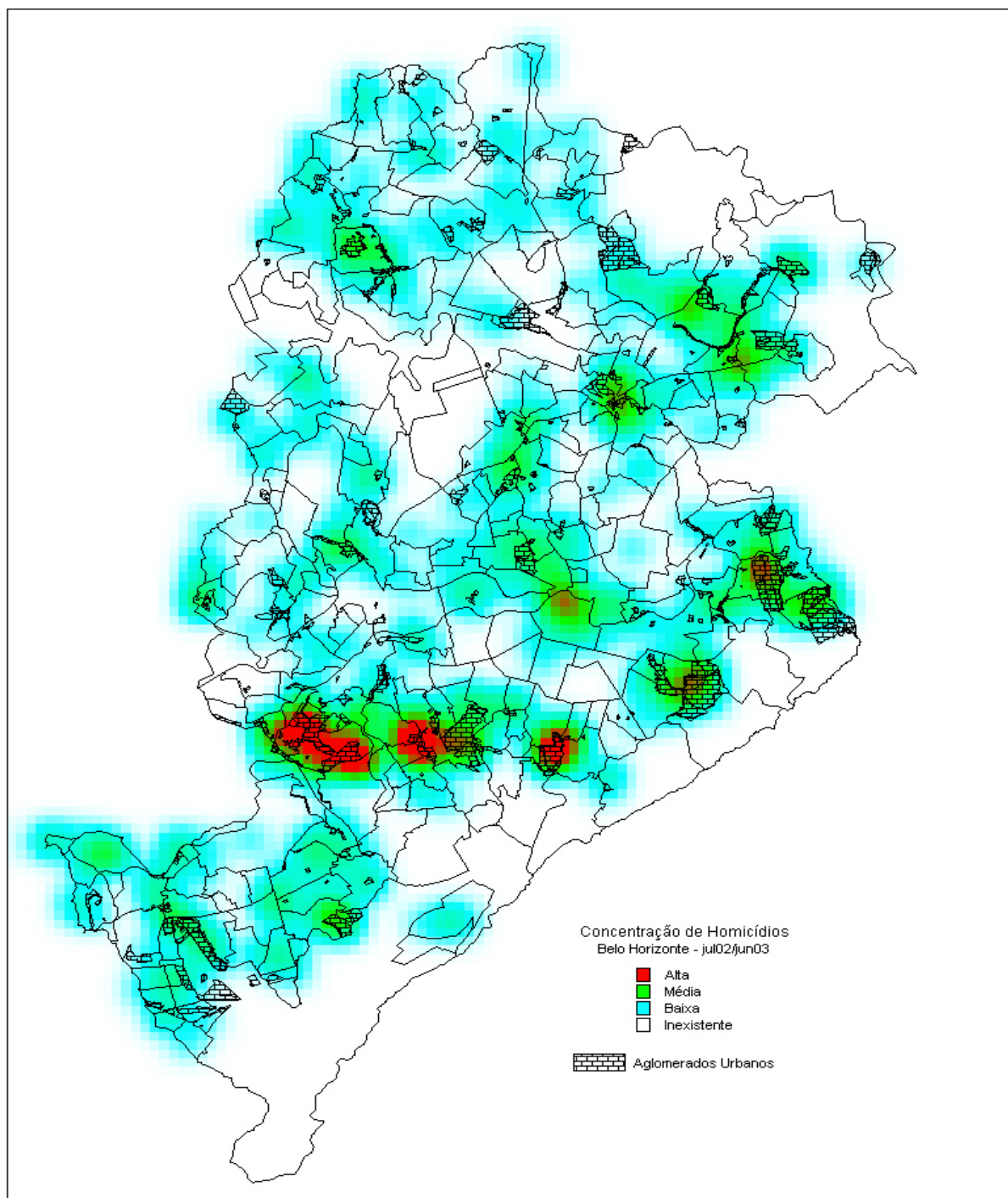
⁴⁷ O professor Antônio Luiz Paixão gostava, de forma bem humorada, de contar em sala de aula dois casos que revelam mecanismos de suspeita policial. O primeiro caso dizia respeito a um amigo que era policial militar que lhe contou o seguinte: Ao realizar “batidas” em botecos da periferia da cidade falava para os presentes mostrarem as mãos. Se estivessem com calos, se tratava de um trabalhador honesto. Se estivessem muito lisas, levantavam suspeitas. No segundo caso, Paixão falava sobre outro amigo, também policial militar e que trabalhava paisano, como policial infiltrado em alguns eventos, buscando principalmente informações sobre o tráfico de drogas. Segundo ele, não se incomodava muito quando identificava usuários de drogas em locais frequentados por pessoas de classes sociais mais abastadas, já que as mesmas “não causavam problemas”. Segundo Paixão, as palavras do policial eram as seguintes: “Olha, o cara bacana, rico, fica lá na dele, curtindo seu barato sem incomodar ninguém. O problema é o pobre. É só fumar uma maconha que já quer sair arranjando encrenca, briga com os outros” (Antônio Luiz Paixão, citado na bibliografia desta tese, foi professor do autor ainda na graduação, na Universidade Federal de Minas Gerais. A citação foi retirada de anotação em sala de aula).

“Há diferenciamento no tratamento da abordagem, não pela pessoa, mas pelo local que você se encontra, você está dentro de um aglomerado, favela, não tem como você entrar pra dentro da favela fardado sem estar com a arma na mão pra pronta-resposta, agora você vai abordar uma pessoa na Praça Sete, rodeada de pessoas, num ambiente totalmente diferenciado, onde há mais pessoas idôneas do que ilegais, então, o tratamento é diferente porque quando você entra num aglomerado você já entra tenso, você nos corredores, nos becos, às vezes, você está chegando as pessoas correndo pra lá, correndo pra cá, às vezes, com arma então, o tratamento é diferente, não pela pessoa, mas o tratamento do local você tem uma pronta-resposta mais imediata, você está pronto para agir o pior naquele local” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Contrariando os militantes dos direitos humanos essa estratégia refere-se, na verdade, a mais do que um simples preconceito. Indivíduos de todas as classes sociais, sem distinção, estão sujeitos a cometerem crimes. Associar criminalidade a pobreza é um mito (SIMTH, 1978). No entanto, tudo indica que, de forma específica, a criminalidade do tipo *violenta* realmente se concentra principalmente nos aglomerados urbanos e ao redor dos mesmos.

Atualmente várias organizações policiais trabalham com dados georeferenciados de criminalidade, inclusive a Polícia Militar de Minas Gerais, em convênio com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP (BEATO, 2001). Os mapas buscam identificar as áreas de concentração de incidência criminal, as chamadas “zonas quentes de criminalidade”. O mapa a seguir foi criado utilizando-se o *software* CrimeStat:

Figura 1: *Clusters* de homicídio em Belo Horizonte – julho de 2002 a junho de 2003



Fonte: PMMG/CRISP-UFMG

Percebe-se claramente que os pontos críticos de ocorrência de homicídios coincidem com os aglomerados. As três maiores manchas vermelhas estão localizadas, no período considerado, sobre as favelas Cabana do Pai Tomás, Morro das Pedras e Morro do Papagaio. O objetivo aqui não é discutir as teorias do crime, apenas constatar o problema que está colocado à atuação policial em um estado de regime democrático, qual seja, de não distribuir a repressão de uma forma tendenciosa. Como já citado, o programa de policiamento comunitário⁴⁸ não deixa de ser, não apenas, mas também, uma tentativa de desenvolver um policiamento que contorne, de certa forma, esse problema. Busca desenvolver (se bem que não geralmente com muito sucesso) uma estratégia de aproximação da população, definindo a segurança pública como uma questão a ser discutida e enfrentada com a comunidade, enfatizando o aspecto preventivo, e não o repressivo, da atuação policial. Esse tema será retomado no último capítulo.

Outro traço da cultura policial, muito associado ao espírito de corporação já citado, é o seu sentido de *missão* (MUNIZ, 1999, SKOLNICK, 1966, REINER, 1992, SOUZA, 2001b). Pesquisa realizada com policiais militares em Belo Horizonte revela que 87% acreditam simplesmente que sua profissão é, mais do que outras, essencial para a sociedade⁴⁹. Na mesma pesquisa, 61% dos entrevistados afirmaram que só aqueles que têm vocação podem ser policiais militares e 70% concordam que existem procedimentos e formas de fazer as coisas que só os policiais conhecem.

Como enfatizado por Reiner, o senso de missão, a princípio compartilhado entre policiais, implica o sentimento de que não se trata apenas de um trabalho, já que ser

⁴⁸ Assim como o “Fica Vivo!”, programa de controle de homicídios criado pelo CRISP-UFMG em 2002 e coordenado pela Secretaria Estadual de Defesa Social. Nele se articulam diferentes instituições e órgãos públicos, tendo por foco a prevenção à violência de forma integrada à população, mas sem deixar de lado a atuação policial repressiva. Hoje o projeto está em extensão para outras áreas de Belo Horizonte e do estado.

⁴⁹ Pesquisa “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta” (cit).

policial é um estilo de vida enriquecido de sentido e propósito (REINER, 1992: 111–113).

“Uma coisa que tá acontecendo agora é que muitos desses novos que tão passando no concurso não são policiais de verdade. Não tão entrando por vocação. Tão apenas querendo um emprego para pagar a faculdade e depois sair fora. Isso é ruim. Ser policial é muito mais que isso. Tem que tá no sangue. Ou o cara é policial ou não é. Não tem jeito.” (cabo entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Existe um mandato constantemente reforçado entre os policiais, ritual que começa nos treinamentos na academia de polícia, passando pelas instruções no início do turno de trabalho e pelos discursos proferidos nas solenidades às quais os policiais devem comparecer.

O aluno de um curso para formação técnica como policial vê-se sujeito, desde o início, a uma rígida disciplina. No caso da Polícia Militar de Minas Gerais, o Curso Técnico em Segurança Pública ...

“tem o propósito de moldar-lhe o comportamento requerido pela estrutura e hierarquia castrense, além de ter de submeter-se às cominações previstas no código penal e penal-militar. Conforme seu comportamento, por faltar ou chegar atrasado à aula, ele pode ser punido disciplinarmente ou condenado por não cumprir ordem legal de superior hierárquico.” (SANTOS, 2000: 92)

Essa hierarquia militarizada reforça o sentido de missão inculcado no desempenho do papel de policial. Ou seja, desde o início da socialização na organização lhe é passada a noção de que faz parte de um corpo maior e mais

importante que si próprio, ao qual teria o dever de estar subjugado. Até mesmo certos sacrifícios pessoais seriam justificáveis, em função da missão constitucional de “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”⁵⁰.

A idéia de “guerra contra o crime” talvez seja a que traduz de forma mais clara o espírito de missão compartilhado pelos policiais⁵¹. O mito do trabalho do policial como indispensável e insubstituível é central na sua visão de mundo (REINER, 1992: 113). Uma tarefa tão desafiadora e importante só poderia, idealmente, ser desempenhada por indivíduos com verdadeira vocação.

Porém, é óbvio que esse senso de missão varia muito entre os policiais de uma mesma organização. Citou-se anteriormente um soldado que expressava sua reprovação moral em relação aos que entram para polícia militar sem ter verdadeira vocação⁵². Da mesma forma, pesquisa revela que 82,5% dos policiais militares atuantes no município de Belo Horizonte acreditam que devem manter a reputação da instituição mesmo fora dos horários de serviço, enquanto 22,8% disseram sentirem-se pessoalmente insultados ou que as críticas são sempre injustas quando ouvem falar mal da Polícia Militar de Minas Gerais. Apenas 3,5% não se sentem incomodados de

⁵⁰ Artigo 144 do capítulo III da Constituição Federal, que quase todos os policiais têm na memória.

⁵¹ Geralmente, de acordo com seu próprio conceito, idealizado, o policial se vê como aquele que conhece os problemas da criminalidade na prática. Na auto-imagem que constrói, é aquele que fica frente a frente com o “marginal”, o “meliante”, ou “vagabundo”, como um escudo da sociedade contra aquilo que ninguém mais quer lidar. Há cerca de sete anos, quando ministrou “Sociologia das organizações policiais” em um curso da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais voltado para escrivões e detetives, o autor foi advertido, antes de começar o curso, da seguinte forma por um delegado: “Lembre-se que você está aqui para lutar contra um paradigma. Pois, para eles, vocês, da academia, lá da universidade, são uns ‘pó-de-arroz’ mesmo. Quem entende da ‘vida’, são eles, enquanto que vocês são os teóricos”.

Quando David Bayley realizou uma visita ao Brasil, ocorreu o seguinte episódio quando ministrava uma palestra sobre as características das organizações policiais no auditório da Assembléia Legislativa de Minas Gerais: Um policial militar (o autor não se lembra exatamente de qual patente) tomou o microfone no momento dedicado às perguntas e disse, mais ou menos com essas palavras, que o evento era uma “afrota” à Polícia Militar de Minas Gerais, uma vez que as autoridades políticas convidaram uma pessoa sem “nenhum conhecimento factual” para discutir segurança pública, em vez de deixar os “verdadeiros” profissionais tratarem do assunto.

⁵² Trecho de entrevista na página 89.

forma alguma em tal situação⁵³. Porém, existem os que defendem seu direito de encarar a tarefa de vestir a farda apenas como um trabalho, até mesmo provisório até se conseguir “algo melhor”:

“Estou fazendo direito na PUC. Estava precisando de dinheiro para pagar a faculdade, um emprego, entende? Me inscrevi, passei. O salário não é ruim, né, dada a atual situação do brasileiro. Mas, depois que eu formar, óh, ‘baubau’.” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Esse tipo de postura soa de forma agressiva a muitos policiais, uma vez que agride o seu sentido de corporação. Nos grupos focais feitos para pesquisa realizada para SENASP (BEATO et al, 2005), muitos também reclamaram dos policiais corruptos. Foi muito enfatizado que em qualquer grande grupo ou empresa sempre serão encontradas pessoas que atuam em interesse próprio, desconsiderado regras e códigos de conduta. Na polícia não é diferente, sendo muito lamentado o fato de que alguns acabam “manchando” o nome de toda corporação.

No entanto, não foi revelada no decorrer da pesquisa a idéia de que mais punições internas sejam necessárias ou que o comportamento dos policiais sofra pouco controle. Muito pelo contrário, a idéia corrente entre os praças é que existe muita pressão e supervisão dos oficiais sobre eles. Muitos praças chegam a falar na existência de “duas polícias”, a dos oficiais e a dos praças⁵⁴. Há reclamações que expressam claramente a visão dos superiores como aqueles que interagem pouco com os cabos e soldados, inclusive não os chamando para as reuniões de Conselhos de Segurança Pública – CONSEPs, que ocorrem na cidade de Belo Horizonte.

⁵³ Pesquisa “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta” (cit.).

⁵⁴ Quanto a esse assunto, ver IANNI & IANNI, 1983.

Por meio dos grupos focais também foi registrado que os oficiais não dariam oportunidade de crescimento aos praças dentro da corporação, sobrecarregando-os de trabalho sem oferecer, em contrapartida, acompanhamento psicológico. Segundo os entrevistados, tal acompanhamento seria necessário no caso de uma profissão que lida com tantas tensões, pois existe o medo por andar fardado, ao mesmo tempo em que sofre pressões para ser “herói”. Tudo isso sem contar o “lado do civil da vida”, ou seja, os próprios problemas pessoais do policial.

Como citado anteriormente, os policiais carregam o *habitus* de estado. Isso não quer dizer que não possam ser críticos desse estado ou que não tenham problemas com o conceito de autoridade e até mesmo divergências quanto ao conteúdo das leis que supostamente devem ajudar a reforçar. Muitas vezes na visão dos policiais o estado fornece “muitas” garantias aos cidadãos, o que pode ser utilizado pelo “marginal” para limitar e prejudicar o escopo da ação policial.

Deve-se enfatizar que não se trata exatamente de uma atitude pautada em valores nesse caso. Não se trabalha com a suposição de que a personalidade ocupacional de polícia seja necessariamente mais autoritária que a média da população. No Brasil, os anos de regime militar levaram à identificação da atuação policial com o autoritarismo. Porém, o posicionamento dos policiais muitas vezes reflete simplesmente a angústia diante de situações comuns enfrentadas por eles e que, é razoável afirmar, realmente poderiam causar indignação em qualquer cidadão mediano:

“Vou contar um caso que você nem vai acreditar. Os outros tão aqui pra confirmar. Teve uma vez que a gente pegou o mesmo cara invadindo uma residência duas vezes na mesma noite. Não to brincando não! Sempre acontece da gente prender o marginal e ele sair da delegacia antes da gente. Mas dessa vez foi demais, não! A

gente pegou o sujeito em flagrante, aí levou pra delegacia, fizemos o boletim e tal. Aí, meu amigo, era umas três da manhã, a gente tava fazendo a ronda no mesmo local, tá lá o bandido, pulando o mesmo muro. Cá pra nós, dá pra revoltar ou não, hein?” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Alguns policiais entrevistados (pesquisa SENASP) disseram que pelo menos um ponto “positivo” existia no regime militar: o policial tinha mais poder para agir. Duas observações cabem em relação a tal sentimento. Em primeiro lugar, parece haver certa “síndrome de super-herói” entre alguns policiais, que consideram que poderiam ser mais eficientes em sua função se pudessem estar, até mesmo, acima da lei. Em segundo lugar, chama a atenção para um tema difícil e complexo: o controle da polícia.

Em seu insulamento, a cultura policial estabelece uma recalcitrância rígida à intervenção externa (SKOLNICK & FYFE, 1993) ⁵⁵.

“O que eu acho engraçado é que quando eles querem mudar a gente eles vêm e inventam um monte de coisas. Mas não tem jeito, a polícia não precisa deles não. Nós mudamos quando queremos e sabemos fazer o nosso trabalho. A polícia pode ser colocada em xeque, mas a cultura organizacional de nossa instituição sempre falou mais alto no momento de crise. Por isso acho que o novo governo não vai trazer tanto problema.” (Entrevista com um major da PMMG, citada em BARROS, 2005: 204)

No caso brasileiro, essa recalcitrância é somada ao caráter militar das polícias ostensivas. Voltando ao tema das instituições totais, órgãos militares prezam pela sua

⁵⁵ “Insulation from the public, from the rest of officialdom and from other police agencies may enhance group loyalty and *spirit de corps*, both of which are desirable. But insularity also may breed abuse, violence, and secrecy” (SKOLNICK & FYFE, 1993: 134).

autonomia interna. Como citado por Adam Przeworski, a máxima do equilíbrio entre civis e militares em um sistema democrático é “não nos incomode, que nós ficamos em nosso lugar”⁵⁶.

Mas outras observações cabem em relação ao caráter militar das polícias no Brasil. De fato, quais as reais conseqüências das polícias estaduais carregarem esse adjetivo? Luiz Flávio Saporì e Silas Barnabé de Souza debruçaram-se sobre uma das principais questões levantadas a esse respeito: a relação violência policial e a cultura militar:

“Há uma suposição de que a estrutura militar da organização policial torna seus membros mais propensos ao abuso de poder e, mais do que isso, haveria uma incompatibilidade estrutural entre a militarização da polícia e o respeito aos direitos elementares da cidadania e, portanto, entre militarização da polícia e respeito aos direitos humanos.” (SOUZA & SAPORI, 2001: 175)

A cultura militar preconiza que o inimigo deve ser destruído. Assim, a mesma seria incompatível com a atividade civil desempenhada pelo policial militar. Porém, na visão dos autores supracitados, esse é um argumento frágil e exagerado. Denúncias de abuso de poder incidem tanto sobre policiais militares quanto sobre policiais civis. Outros países, com democracias consolidadas, têm polícias militarizadas sem que isso comprometa os direitos humanos. Exemplos seriam a Itália, a Espanha e a França. Além do mais, os autores defendem que é possível distinguir o caráter militar das polícias em relação aos exércitos (SOUZA E SAPORI, 2001: 184-5).

⁵⁶ “Um governo civil prevê, corretamente aliás, que se interferir nas ações dos militares, a conseqüência será um golpe, mas se não os incomodar, os militares permanecerão nos quartéis” (PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado no leste europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994:39).

Ao contrário do exército, nas polícias o caráter militar é importante e tem suas conseqüências, mas não é *central*, como no caso do primeiro. Para Jaqueline Muniz, apesar de apresentarem raízes históricas que se entrelaçam, há um forte distanciamento entre o militarismo das duas instituições:

“Constata-se que a disciplina militar que visa a fortalecer a cadeia de comando e controle tem, paradoxalmente, produzido um efeito inverso nas organizações policiais (...). Como, na prática, os policiais supervisores não partilham das atividades policiais de seus subordinados, eles tendem a ser percebidos pela tropa como meros ‘disciplinadores’ que estariam distantes e alheios aos problemas policiais surgidos no dia-a-dia. Nas diversas PMs, as praças costumam referir-se ao oficialato, principalmente aos tenentes e capitães (...) como profissionais que teriam ‘uma vida fácil’ porque ‘não tiram polícia’ e, por conseguinte, só saberiam ‘aplicar o regulamento’.” (MUNIZ, 1999: 124)

Na pesquisa realizada para SENASP (BEATO et al, 2005), falas nos grupos focais que revelaram esse contraste entre praças e oficiais foram constantes entre membros de todas as corporações estudadas:

“Existe, na verdade, duas polícias. A do oficial e a do praça. Quem tá lá em cima não tá nem aí não. Só quer saber de dar ordem. Já foi pior, na época do regime militar a gente não podia nem para dar informação para uma moça que pedisse informação na rua, porque se passava um capitão falava que a gente tava vagabundando em serviço e dava disciplina. Era até exagerado demais. No nosso treinamento a gente tinha até que aprender a rastejar. Hoje não é tão rígido assim, mas na essência é a mesma coisa. Eles não entende de policiamento e quer que a gente faz as coisa do jeito que eles querem, do jeito errado.” (soldado entrevistado da PMES – pesquisa SENASP)

Essa separação entre praças e oficiais leva a uma questão extremamente relevante, tratando-se de traços da cultura policial. Na linguagem da dramaturgia social, eles atuam com outras fachadas e para públicos distintos. Ou seja, mesmo podendo-se falar em uma cultura policial de modo geral⁵⁷, como se tem feito até agora neste trabalho, existem, obviamente, diferenças significativas entre as corporações ao redor do mundo⁵⁸. E, além disso, dentro de uma mesma organização encontraremos diferentes perfis de policiais, ou, relativizando a concepção de Skolnick, diferentes tipos de personalidade ocupacional. A distinção entre praças e oficiais é apenas uma primeira e básica classificação que serve para decompor e entender melhor a cultura policial.

2.7. Cultura policial e dramaturgia social: a ideologia do profissionalismo como estratégia representacional

Como exposto na introdução, a dramaturgia social é a referência teórica orientadora das interpretações empregadas nesta tese. Os policiais apresentam diferentes perfis porque existe uma liberdade relativa quanto à sua reflexividade e atuação como atores que utilizam as mesmas fachadas diante de platéias (as

⁵⁷ “Independentemente das características organizacionais das polícias nos diversos contextos sociais em que se fazem presentes ou de seu caráter civil ou militar, há algo em comum na experiência ou atividade policial que acaba por favorecer a emergência de uma forma peculiar de conceber seu trabalho, sua relação com a sociedade e com a população criminosa. Nesse sentido, a cultura policial ultrapassa todas as fronteiras nacionais, constituindo uma identidade profissional internacional do *ser policial*. O substrato dessa cultura elementar do policial seria o compartilhamento de traços inerentes ao trabalho de combate ao crime, quais sejam, a presença constante do perigo, o mandato do uso da autoridade e da força coercitiva” (SOUZA & SAPORI, 2001: 184). Esses foram os fatores que se buscou explorar nesta seção da presente tese, que trata dessa cultura policial geral. A próxima seção buscará certas expressões particulares de cultura policial, pautadas no indivíduo. Ou seja, uma análise voltada a atitudes mais específicas portadas pelos policiais.

⁵⁸ Porém, um amplo estudo comparativo foge totalmente ao escopo desta tese.

comunidades que atendem) com determinadas expectativas em relação às suas performances. Não são indivíduos simplesmente “moldados” por um sistema ou estrutura em moldes culturais predeterminados, como tão defendido no primeiro capítulo. Antes, o policial é o agente que coloca em movimento a representação de seu papel.

Talvez Peter Manning tenha a obra mais significativa sobre a cultura policial dentro da perspectiva da dramaturgia social. No seu livro *Police work –The social organization of policing* (MANNING, 1977), fala sobre o simbolismo em torno do trabalho policial e da metáfora dramática que se aplica ao exercício do controle social. Em outro texto, *Policing contingencies* (MANNING, 2003), analisa, dentre outros fatores simbólicos, o papel que a mídia tem na construção de um ambiente de significados dentro do qual o policial se vê, ou pelo menos reage à forma que acredita ser visto pelas pessoas. A mídia faz parte, portanto, dessa grande dinâmica que acaba por influenciar a cultura policial:

“Police images (...) are framed also as drama, as fully scripted undertakings. Drama (...) is a scripted, planned, edited, stylized, designed presentation intended to produce an anticipated emotional effect on an audience.” (MANNING, 2003: 89)

O “drama” do trabalho policial incide sobre as tarefas que, dentro da interpretação dos próprios policiais, sejam compatíveis com as expectativas da população em relação à sua *performance*. Mas, como são geralmente muito criticados, acabam construindo estratégias próprias a instituições totais, fechando-se em seu próprio mundo de significados, justificado pela suposta ignorância dos que são “de fora” em relação ao trabalho policial.

Essa análise de Manning é totalmente baseada no conceito de “*frame*”, trabalhado por Erving Goffman, autor que instaurou a análise dramaturgica, ou teatral, na sociologia. Suas idéias foram utilizadas para estruturar a perspectiva adotada nesta tese para estudo da cultura organizacional de polícia⁵⁹. A idéia goffmaniana de “organização da experiência” vai além, e é complementar à concepção de “tecnologia” portada pela vertente micro sociológica do novo institucionalismo, de orientação neo-weberiana ⁶⁰.

“A atividade (individual ou organizacional) geralmente tem sua origem em algum estímulo do meio ambiente, como, por exemplo, a encomenda de um freguês ou um sinal de alarma de incêndio. As reações aos estímulos são variadas. Admitindo-se as hipóteses extremas, em uma delas o estímulo evocará certa reação – por vezes muito minuciosa – a qual já terá sido produzida em ocasião anterior e aprendida como sendo adequada a essa espécie de estímulo.” (MARCH & SIMON, SD: 196)

Atividades de solução de problemas são orientadas no sentido de providências que tornem a reação completa, envolvendo uma procura destinada a entrever as conseqüências da ação. Ou seja, é claro que a *performance* policial, assim como acontece com qualquer atividade organizacional, não é pautada apenas nas aparências, mas em resultados concretos, racionais, que atestem alguma transformação empiricamente apontável no ambiente, palco da ação de policiamento. Com todas as conseqüências práticas envolvidas, criminosos representam perigo real, pessoas são presas de verdade, situações de crise devem ser gerenciadas e resolvidas da melhor maneira possível, etc. Porém, todo esse processo tem ser interpretado pelos agentes envolvidos de forma a dar manutenção de sentido às atividades desenvolvidas.

⁵⁹ Ver capítulo 1, seção 1.4.

⁶⁰ Perspectiva que também foi discutida no capítulo 1, seção 1.4.

Para Goffman, tais interpretações não são totalmente subjetivas e se dão de acordo com esquemas estruturados em rotinas, compondo as “*frames*” de significado das atividades:

“(...) these frameworks are not merely a matter of mind but correspond in some sense to the way in which an aspect of the activity itself is organized – especially activity directly involving social agents. Organizational premises are involved, and these are something cognition somehow arrives at, not something cognition creates or generates. Given their understanding of what it is that is going on, individuals fit their actions to this understanding and ordinarily find that the ongoing world supports this fitting. These organizational premises – sustained both in the mind and in activity – I call the frame of activity.” (GOFFMAN, 1974: 247)

Assim, a análise da dramaturgia social se afasta do subjetivismo e voluntarismo da perspectiva interacionista simbólica convencional. As “*frames*” (molduras) são um aspecto intersubjetivo da ação institucionalizada, pautada por regras compartilhadas que, *conjuntamente* com a estrutura tecnológica instaurada na organização, alinha a ação conjunta dos atores e determina os *outputs* organizacionais. Nessa combinação:

“(...) technical environments exercise output controls over organizations. *Institutional* environments ‘are characterized by the elaboration of rules and requirements to which individual organizations must conform if they are to receive support and legitimacy from the environment’.” (SCOTT, 1995: 46, citando SCOTT & MEYER, 1983: 140)

As estratégias de representação de sua missão por parte dos policiais envolvem, portanto, aspectos contraditórios e tensos das situações com as quais se deparam. Como exposto na fala de um soldado:

“Eu sou educado e trato bem qualquer um. Isso faz parte do meu trabalho. Agora, se o sujeito dá uma de engraçadinho e começa a ‘folgar’, mando logo ele calar a boca e mostro quem é a autoridade, para ele prestar atenção com quem está falando.”
(Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Essa manutenção das aparências é fundamental, pois, em grande parte, até mesmo o sucesso do policial como mediador de conflitos depende do nível de respeito e, por que não, medo, que consegue ostentar nos encontros sociais ordinários. Essa é, dentro da linguagem da dramaturgia social, a fachada dentro da qual encontra sustentação para sua performance (GOFFMAN, 1985).

Para Manning a retórica do profissionalismo (“existem coisas que só um policial sabe fazer”) é a mais importante estratégia empregada pelos policiais para defender seu mandato e construir sua auto-estima e reconhecimento⁶¹. A solidariedade ou fechamento social dos policiais é construído de acordo com esse pilar, projetado para defesa de sua autonomia organizacional⁶². Trata-se, portanto, de uma característica central dentro da cultura policial:

⁶¹ Isso não quer dizer que os policiais não estejam sendo sinceros ou que sejam desonestos no desempenho de seu papel: “(...) encontramos o ator que pode estar inteiramente compenetrado de seu próprio número. Pode estar sinceramente convencido de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade. Quando seu público está convencido deste modo a respeito do espetáculo que o ator encena (...) então, pelo menos no momento, somente o sociólogo ou uma pessoa socialmente descontente terão dúvidas sobre a ‘realidade’ do que é representado” (GOFFMAN, 1992: 25).

⁶² Está formada, desse modo, aquilo que Goffman denomina de “equipe de representação” (GOFFMAN, 1992).

“The police drive to proclaim themselves professionals arises from their desire to control both the public and their own organization. Externally, professionalism functions to define the nature of the client, to maintain social distance with the clientele, and to define the purposes, the conventions, and the motivations of the practitioners; internally, it functions to unify the diverse interests and elements that exist within any occupational or organizational group”. (MANNING, 1977: 129)

Em entrevista com o comandante do CPC, Comando de Policiamento da Capital, ficaram enfatizados, a todo o momento, elementos como a capacidade de gerenciar e mensurar resultados, com a utilização dos mais sofisticados pacotes estatísticos para análise de crime e o emprego de moderna tecnologia administrativa no gerenciamento do seu pessoal ⁶³.

Jerome Skolnick também observou que as outras características da cultura policial devem ser interpretadas à luz da constante “pressão” por mostrar eficiência (SKOLNICK, 1966: 44), somada ao sentimento de que a população é ingrata, adicionando o cinismo à lista de atitudes próprias dessa cultura ocupacional:

“An officer looks for evidence of criminality in everyday situations, doubts appearances and verbal statements , views people cynically, and uses incongruity (...) in a sharpened way”. (MANNING, 1977: 117)

O policial com experiência de rua, em oposição ao que trabalha em serviço de escritório, deve ter uma perspicácia que foge ao senso comum, identificando as contradições em relatos e comportamentos dos outros. Além disso, ele deve dominar todo o jargão próprio de sua atividade, repleto de siglas e gírias incompreensíveis para

⁶³ Entrevista realizada para pesquisa SENASP (cit).

o leigo. É interessante o relato de Lúcio Barros, que em seu trabalho de campo em etnografia realizada dentro de quartel da Polícia Militar era várias vezes abordado como um “AFIR”, nome dado a um símbolo utilizado na troca de informações entre os policiais e o comando, mas que é utilizado com um sentido paralelo por eles, significando “doido”⁶⁴. No glossário de sua tese consta uma lista com nada mais, nada menos, que noventa e uma definições de siglas utilizadas no cotidiano operacional dos policiais militares. Um jargão tão pesado contribui para aumentar a distância com relação ao “paisano”, reforçando ritualmente a solidariedade interna da organização. Por exemplo, enquanto que para maioria das pessoas “CFC” pode significar um gás capaz de danificar a camada de ozônio, na linguagem do quartel quer dizer “Curso de Formação de Cabos”. Da mesma forma, “CPU” não é uma parte do microcomputador, mas o termo para designar “Coordenador de Policiamento da Unidade” (BARROS, 2005: 8-11). Conhecer essa linguagem é um dos elementos da competência expressiva que deve ser dominada por aqueles que pretendem se socializar na cultura policial.

2.8. Socialização na cultura policial

Até então se tem falado da existência de uma cultura policial e das suas características. Se tal ponto de vista é defendido neste trabalho, um pressuposto fundamental está em jogo: mudanças significativas devem ocorrer no indivíduo *após* ingressar na polícia. Deve haver uma divisão, mais ou menos clara, demarcando o *antes* e o *depois* da carreira.

Neste ponto são necessárias algumas observações elementares sobre o conceito de socialização, para que não pareça tão vago e, portanto, impassível de análise objetiva. Peter Berger e Thomas Luckmann definem duas fases de socialização:

⁶⁴ No caso, os policiais militares consideravam o pesquisador “doido” devido ao fato de ter interesse em estudar a cultura organizacional da polícia militar (BARROS, 2005: 16).

a) primária, que se dá dentro do ambiente familiar, quando a criança apreende os primeiros sinais e símbolos significativos e começa a adquirir a capacidade de se situar e expressar socialmente; e b) secundária, estágio no qual o indivíduo passa a ser o principal agente da própria socialização, buscando conscientemente uma posição e um papel definido a desempenhar na sociedade. A transição entre as duas fases se dá quando a criança começa a alargar seu universo de experiências, agrupando-se em novas coletividades, como classes e colegas de escolas, ciclos de amizade, etc. (BERGER & LUCKMANN, 1973: 173–241). Obviamente existem nuances nas transições entre esses graus de socialização, porém, o que interessa aqui é o fato da escolha de uma atividade profissional situar-se na socialização secundária. Isso significa que a opção por se tornar policial se dá em fase decisiva de auto-afirmação do sujeito. Não se faz aqui nenhuma afirmação de complexa conotação psicológica. Apenas se destaca que, em uma sociedade com organização capitalista, a inserção do indivíduo no mercado de trabalho é um dos principais indicativos de seu *status*. Basicamente, portanto, assumir uma nova posição profissional lhe acarreta conseqüências na maneira de ver a si próprio e aos outros, afetando sua representação do *self*⁶⁵.

Uma questão que é levantada na literatura, e que pode interferir na consistência do pressuposto adotado, diz respeito à idéia de que traços de personalidade anteriores influenciam a escolha por ser policial (BENNETT, 1984, SOUZA, 2002). Essa questão é relevante, pois sustentar que o conceito de cultura policial seja válido como um conceito organizacional, mesmo que pautado em termos individualísticos, envolve descartar a hipótese de que um grupo de policiais seja apenas um conjunto de pessoas com traços de personalidade tendentes ao militarismo e ao uso da força. Se fosse assim, no limite nem se poderia falar em uma socialização na organização policial, pois tal seria apenas fruto de valores, crenças e

⁶⁵ Conceito discutido no capítulo 1, seção 1.3.

preferências prévias, agrupadas aritmeticamente quando tantos indivíduos com tendências parecidas acabam se encontrando no mesmo ambiente.

A hipótese de Richard Bennett a respeito desse problema repousa na afirmação de que as diferenças atitudinais dos policiais em relação aos outros cidadãos se devem ao seu tipo específico de ocupação. (BENNETT, 1980, 1984 e 2004). Essa idéia na verdade permeia todo presente trabalho e sustenta a percepção de que as características do ofício, somadas ao processo pelo qual pessoas são selecionadas do público geral e treinadas, leva à transformação de indivíduos médios em profissionais experientes, capazes de expressar todas os traços de cultura policial expostos nas seções 2.6 e 2.7.

Na linguagem da dramaturgia social, tão cara à perspectiva aqui adotada, a profissão é um dos principais elementos para composição do *self*, pois informa as expectativas a serem cumpridas em *scripts* bem definidos em arranjos institucionais. De acordo com essa abordagem, convencer os outros de que se “merece” ou se está “bem situado” no papel preenchido é problema crucial para o sujeito, pois depende dessa aceitação tácita de sua performance para se auto-afirmar e ser capaz de alcançar os objetivos pretendidos. É por isso que se pode afirmar que a socialização na cultura policial começa até mesmo antes de se ir para as ruas. Assim como acontece com estudantes de medicina se tornam “doutores” no âmbito familiar, exibindo diagnósticos realizados a todo fôlego para todos que se apresentem como disponíveis para permitir que testem seus novos conhecimentos, recém aprovados em concursos e admitidos na polícia buscam logo afirmar sua “vocação”:

“(...) applicants for an occupational role begin to anticipate demands and expectations for their future occupation and begin to view themselves as role encumbants. The impetus for this is the individual’s reference group(s) whose perspective constitutes a

frame for reference, a filter through which the individual meaningfully organizes and explains experience (...). (BENNETT, 1984: 48)

Nessa fase antecipatória, existem na verdade dois tipos de grupo de referência. O primeiro tipo refere-se aos grupos que emitem opiniões sobre a polícia: a mídia, amigos, a família. O segundo, aos que são realmente familiarizados com a atividade policial: conhecidos que desempenhem a atividade policial, ou ainda uma ocupação muito próxima à mesma:

“These groups transmit information to the applicant such as perceived status, future role expectations, and self-conceptions as well as attitudes and values which enhance acceptance of policing as an occupation”. (BENNETT, 1984: 48)

Essas observações representam objeção relevante à hipótese de que os traços de uma suposta “cultura policial” sejam apenas reflexo de uma soma de personalidades que já buscaram a profissão por ter características que se destacam entre a população em geral. Defende-se que essa cultura é uma construção, baseada na ação conjunta⁶⁶ de indivíduos que se preocupam em manter a impressão de um papel definido pelo uso da autoridade, o que acaba por constituir uma moldura de significados institucionalizados (GOFFMAN, 1974).

Esse tipo de antecipação pode ser tomado como um primeiro estágio de socialização do policial, de forma que a educação formal na academia de polícia se constitui, portanto, como um segundo estágio (BENNETT, 1984: 48).

Quais as características da formação de um policial para outros tipos de educação formal técnica? Uma dissertação de mestrado em administração pública

⁶⁶ A “*joint action*” do interacionismo simbólico (Blumer, 1969).

defendida na Fundação João Pinheiro dedicou-se exatamente a esse tema. Marcos Antônio Santos chega à conclusão de que as especificidades do ensino militar da Polícia Militar de Minas Gerais em relação à educação profissional de nível técnico do Ministério da Educação permitem relacionar as características da formação básica dos policiais à cultura rígida e hierárquica militar. Isso é reforçado pela legislação, federal e estadual, que tem perpetuado a tradição das polícias ostensivas como forças auxiliares e reserva do exército, propiciando, assim, semelhanças na estrutura de socialização das polícias militares com as forças armadas. Ou seja, uma forte disciplina é o eixo fundamental da formação do recruta, forçando-o a submeter-se aos *scripts* pré-definidos das interações intra-organizacionais⁶⁷ e aos objetivos oficiais da instituição, começando a formar um novo *habitus*⁶⁸, que em hipótese alguma seria obtido de forma espontânea.

Até agora se discorreu sobre a *forma* na qual se dá a educação na academia de polícia militar, e os efeitos da mesma. Com relação aos *conteúdos* estudados no Curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais, que forma o soldado.

Resta ainda observar que o conhecimento prático, fornecido pelos policiais com mais tempo de carreira, é o fator que completa a socialização na cultura policial. Como enfatizado por Jaqueline Muniz, há uma singularidade no saber policial de rua. Só o convívio do novato com as experiências práticas, ao lado dos colegas já “tarimbados”, permite realmente assumir, de forma segura, a sua nova identidade, agora oposta ao do “paisano”:

⁶⁷ O autor não deixou de ter estranhamento frente à seguinte situação. Nos intervalos das aulas ministradas no Curso de Gestão Estratégica de Segurança Pública, na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, as idas à cantina eram coroadas por um incontável número de continências prestadas pelos alunos do CFO, Curso de Formação de Oficiais. Pensando se tratar de um oficial superior e, provavelmente, temendo possíveis punições caso não prestassem continência, exibiam caprichados movimentos em reconhecimento à presença do autor dessa tese que, por sinal, se sentia bastante constrangido em meio a tal circunstância.

⁶⁸ Conceito discutido no capítulo 1, seção 1.4.

“De fato, esse parece ser um tipo de conhecimento que, nascido da trivialidade da vida ordinária e da irredutibilidade do acaso e da incerteza, se presta a toda sorte de encantamentos e fabulações. Sua obviedade desafia, seu pragmatismo seduz, sua crueza assusta, seu sentimentalismo surpreende e sua nostalgia comove. O contato com uma espécie de ‘conhecer’ saído da urgência dos fatos, que se confunde mesmo com o fazer e o agir, nos faz pensar que os policiais que patrulham as ruas de nossas cidades sabem de coisas que não sabemos ou que não queremos perceber. Seu conhecimento é constituído aqui na esquina, dia após dia convivendo, de uma forma explícita e sem mediação, com a dimensão volátil, cômica, dissimulada, humilhante, violenta, confusa, vulnerável, trágica e freqüentemente patética daquilo que chamamos de humano.” (MUNIZ, 1995: 156–7)

3. AS FONTES DE DADOS

“Com tempo e esforço, os dados podem ser reunidos. Mas, os dados falam por si mesmos? Algumas pessoas argumentam que sim, mas infelizmente, com frequência, os fatos falam tantas línguas que a confusão de vozes resultante só se torna compreensível após a sua simplificação e redução a proporções controláveis.”

Herbert M. Blalock Jr, *Introdução à pesquisa social*

3.1. *Survey* com policiais militares em Belo Horizonte

A primeira fonte de dados utilizada nesta tese é resultado de um questionário aplicado no ano dois mil a uma amostra representativa dos policiais militares atuantes na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa realizada fez parte do projeto “A Organização Policial e o Combate a Criminalidade Violenta”, que foi realizada em conjunto por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Fundação João Pinheiro.

O levantamento quantitativo junto aos policiais militares, do tipo *survey*, foi uma das etapas da pesquisa. Nesse levantamento buscou-se conhecer a opinião dos policiais sobre a forma como a polícia se organiza, os meios oferecidos para que o trabalho do policial transcorra de forma eficiente, dentre outras questões relacionadas ao trabalho policial. Cabe ressaltar que se trata de um marco nos estudos empíricos sobre organizações policiais no Brasil. Os policiais militares compareceram ao campus da UFMG para preencherem os questionários, o que só foi possível dada a proximidade e diálogo que, naquele momento, o alto comando da polícia militar mantinha com a universidade. À época, a Polícia Militar em Belo

Horizonte era organizada nos 1º, 5º, 13º, 16º e 22º Batalhões, Batalhão de Choque, Batalhão de Missões Especiais, Comando de Policiamento da Capital (CPC), Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), Batalhão de Trânsito e Companhia de Polícia de Guarda. A população amostrada constituiu-se de todos os policiais militares dessas unidades, excetuando-se os do Batalhão de Trânsito e da Companhia de Polícia da Guarda. Na listagem utilizada constavam informações sobre o batalhão, companhia e setor onde cada policial estava lotado, bem como sua patente. Todas essas informações foram consideradas na definição da amostra⁶⁹. O conjunto dos policiais da cidade foi dividido em dois grupos: 322 oficiais e 6011 praças. Para definir o tamanho da amostra em cada grupo, considerou-se o erro amostral máximo de 2,9% em um intervalo de confiança de 95% na estimação de uma proporção pela aproximação gaussiana. Com base nesses cálculos, os pesquisadores acabaram decidindo, por questão de praticidade, fazer um censo no grupo dos oficiais e coletar mil entrevistas entre os praças⁷⁰.

Tratou-se de um questionário bem amplo⁷¹. A primeira bateria de perguntas foi dedicada às variáveis sócio-demográficas, como gênero, idade, estado civil e religião. Então foram realizadas perguntas que focalizaram a relação entre as vidas privada e profissional do entrevistado, que respondeu questões sobre as motivações que levaram-no a querer se tornar policial militar, se possuía mais policiais na família, como os familiares avaliam sua profissão, entre outras. Na terceira parte do questionário foram levantadas as atitudes do policial em relação à instituição na qual atua. Foram coletados dados a respeito dos incentivos e decepções profissionais, bem como sobre as características mais valorizadas para o exercício da atividade de policiamento. Foi pedido aos policiais que avaliassem o sistema formal de ensino na

⁶⁹ Durante a aplicação do questionário, constatou-se que houve mudanças nas patentes, bem como no local de trabalho de alguns policiais.

⁷⁰ Ver tabela com numero de entrevistados por unidade da PM nos anexos.

⁷¹ O questionário está reproduzido integralmente nos anexos da tese.

academia de polícia militar, comparando-o com o aprendizado “nas ruas”. As dificuldades para o exercício do trabalho policial, assim como a relação desse trabalho com os agentes potencialmente “colaboradores” e “dificultadores” do mesmo entre a sociedade civil também foram tema da pesquisa. O instrumento de coleta das informações consistiu em questionário auto-aplicado com cento e duas questões, sem contar que várias perguntas eram subdivididas em vários itens, dependendo do grau de detalhe que era passível de ser alcançado em cada assunto abordado.

Algumas variáveis levantadas no *survey* são utilizadas no próximo capítulo para demonstrar os diferentes perfis ou *personalidades ocupacionais* dos policiais militares, a sua articulação de com outras variáveis referentes ao contexto organizacional e ao contexto externo à organização.

É importante esclarecer que, na análise, o fato dos dados quantitativos não serem utilizados de forma conjugada com os dados qualitativos não representa uma postura epistemológica de oposição entre a natureza dos dois tipos de informação. Muito pelo contrário, acredita-se que o recurso da interpretação e empatia é instrumento imprescindível, pelo menos como primeiro passo, para análise de qualquer conjunto de dados apresentados ao sociólogo. Ou seja, mesmo analisar dados quantitativos é, de certa forma, “interpretar”. Como afirmado por Schutz:

“The man in the natural attitude (...) understands the world by interpreting his own experience of it, whether these experiences be of inanimate things (...) or of his fellow human beings. And so our initial concept of the understanding of the other self is simply the concept ‘our explication of our lived experiences of our fellow human beings as such’.” (SCHUTZ, 1967: 108)

A imaginação e o “colocar-se no lugar do outro” são artifícios cognitivos presentes na apreciação das falas registradas através de entrevistas semi-estruturadas ou grupos focais, assim como nos resultados de *surveys*.

No caso específico desta tese, os dados aparecem desacompanhados de um maior exercício de articulação meramente por terem sido coletados em momentos muito distintos e com propósitos pouco intercambiáveis. Os dados qualitativos, oriundos de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, foram levantados visando detectar especificamente certas atitudes dos policiais quanto à implementação do policiamento comunitário e são interpretados como tais no quinto capítulo da tese.

3.2. Entrevistas sobre o policiamento comunitário

No ano de dois mil e quatro a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a SENASP, publicou edital, em forma de concurso, para financiamento de pesquisas aplicadas de justiça criminal e segurança pública. Um dos projetos premiados foi o “Estudo da estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória”, do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, o CRISP. A pesquisa, realizada no ano de dois mil e cinco, consistiu no levantamento de dados para um diagnóstico a respeito da forma como o policiamento comunitário contribuiria para definição da missão das polícias, seus principais métodos e arranjos institucionais (BEATO et al, 2005). A segunda fonte de dados utilizada nesta tese consiste nas transcrições de entrevistas realizadas com policiais militares de Belo Horizonte por ocasião desse estudo.

A pesquisa utilizou entrevistas semi-estruturadas e grupos focais como instrumentos de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas individualmente

com oficiais das corporações, principalmente que se encontravam em posições de comando de unidades diretamente envolvidas diretamente com atividades de polícia comunitária. O objetivo dessas entrevistas foi captar informações sobre mudanças no desenho organizacional e nas formas gerenciais de alocação de pessoas e avaliação de resultados dentro das polícias militares. Já os grupos focais foram realizados com soldados, cabos e sargentos⁷², visando registrar suas percepções sobre as mudanças em seu trabalho, suas opiniões sobre a população e como avaliavam possíveis avanços, problemas e desafios com a implementação do policiamento em moldes comunitários⁷³.

⁷² A participação de sargentos nos grupos focais foi evitada ao máximo, uma vez que sua presença nas discussões poderia constranger em alguma medida a liberdade na fala dos soldados e dos cabos.

⁷³ Como os grupos focais representam uma das modalidades das técnicas de entrevista, se utilizará apenas o termo “entrevista” nas citações, especificando-se sempre a patente do policial militar entrevistado.

4.CULTURA POLICIAL E ATITUDES DE POLICIAIS MILITARES EM BELO HORIZONTE: ANÁLISE DE ALGUMAS CONEXÕES CAUSAIS

“Cop culture has developed as a patterned set of understandings which help to cope with and adjust to the pressures and tensions which confront the police. Successive generations are socialized into it, *but not as passive or manipulated learners*. The culture survives because of its ‘elective affinity’, its psychological fit, with the demands of the rank-and-file cop condition.”

Robert Reiner, *The politics of the police*

4.1. Personalidades ocupacionais de polícia

Dois autores são referências centrais quando se fala em estilos de policiais: James Q. Wilson e Egon Bittner. O primeiro expõe três tipos de policial, de acordo com a respectiva forma de atuação: o “*legalistic*”, o “*watchman*”, e o “*service*”. Para ele, esses diferentes perfis são consequência da orientação sustentada pela organização da qual fazem parte, que é reforçada a partir dos níveis superiores de hierarquia (WILSON, 1973).

O “*watchman*” (o patrulheiro) centra-se na estratégia de manter a ordem ostentando sua presença contínua nas áreas suspeitas:

“To the extent the administrator can influence the discretion of his men, he does so by allowing them to ignore many common minor violations (...) to use the law more as a means of maintaining order than of regulating conduct, and to judge the requirements of order differently depending on the character of the group in which the infraction occurs”. (WILSON, 1973: 140).⁷⁴

O problema central não é a violação da lei em si, mas o efeito que isso pode ter sobre a ordem. Esse é o problema que se deve saber avaliar para uma atuação policial adequada.

O “*legalistic*” (legalista) esforça-se nas atividades de manutenção da lei. A ênfase está em buscar tratar todas as intervenções como situações em que a lei pode vir a ser aplicada. É claro que isso nem sempre é possível, uma vez que o Código Penal, como qualquer outro código legal, não permite enquadrar as situações observadas com a diretriz normativa, e sua respectiva sanção, em todos as ocorrências. Ou seja, nem sempre a operacionalização da norma é simples, pois seria impossível prever na lei todas as possíveis situações reais às quais a mesma se aplicaria. No entanto, o que conta é que o policial deva ter esse objetivo, essa orientação.

O “*service*” (prestador de serviços) encara sua atividade como um atendimento voltado para serviços como controle no trânsito de veículos, não permitir que adolescentes perturbem a vizinhança, etc. Ou seja, intervenções com caráter bem mais ameno que prisões ou troca de tiros. Esse estilo seria cultivado geralmente em bairros de classe média nos quais a comunidade é bem organizada, onde a necessidade de

⁷⁴ Esse estilo de policiamento nos lembra a declaração feita por um policial, contada pelo professor Antônio Luiz Paixão e citada na nota de rodapé 47.

atendimento ocorrências mais sérias é muito baixa⁷⁵. Nessas localidades, os moradores seriam capazes de negociar com os policiais uma definição de ordem que não demanda intervenções de um tipo legalista, permitindo uma atuação mais informal e próxima à população.

O segundo autor citado como referência básica, Egon Bittner, discorre sobre dois diferentes, mas não necessariamente excludentes estilos de policial: o “*law officer*” e o “*peace officer*” (BITTNER, 1990).

O “*law officer*” (policial em nome lei) consiste no seguinte modelo de percepção do policial quanto à sua função na atividade: deve combater a criminalidade, agindo de forma repressiva em relação a comportamentos desviantes, fazendo uso da lei e autoridade que lhe é conferida para manter a ordem⁷⁶.

O “*peace officer*” (policial apaziguador), como o próprio nome sugere, enfatiza que o principal aspecto da atividade policial é uma manutenção tranqüila da ordem. O trabalho envolve agir de forma preventiva, evitando conflitos e apaziguando ânimos nas situações de tensão que venha a enfrentar.

A exploração dos dados sobre atitudes profissionais dos policiais militares, disponibilizados pelo *survey* realizado na pesquisa “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta”, levou a resultados muito próximos aos dois modelos preconizados por Bittner.

⁷⁵ Nesse caso, é claro que a referência empírica do modelo se dá em uma realidade que não a brasileira. Porém, mesmo em relação à realidade norte-americana, Jihong Zhao e Kimberly Hassell realizaram um experimento com ampla amostra de agências policiais municipais, que teve por resultado pouco suporte à teoria de que as condições de cultura e organização política local tenham algum efeito sobre o estilo de policiamento adotado (ZAHO & HASSEL, 2005).

⁷⁶ Trata-se, claro, de mais um tipo ideal. As tensões entre “seguir a lei” e “manter a ordem” já foram discutidas na seção 2.2 do capítulo 2 (ver, a esse respeito, PAIXÃO, 1982, e o próprio BITTNER, 1970).

Realizou-se uma análise fatorial com as respostas dadas a uma bateria de onze perguntas sobre quais seriam as qualidades importantes para se ser um bom policial⁷⁷, apresentadas na tabela a seguir:

⁷⁷ Acredita-se que a análise fatorial é um método eficiente para descobrir padrões predominantes em um conjunto de variáveis. Por exemplo, pressupondo que um policial tenha respondido de forma positiva a uma pergunta sobre sua opinião a respeito da comunidade em que trabalha, terá maior probabilidade de responder de forma positiva às outras questões do gênero. É claro que uma associação perfeita não é esperada, já que cada pergunta tem seus aspectos peculiares para cada indivíduo. Mas pode-se determinar até que ponto as repetições envolvem medidas das mesmas coisas. O processo de análise, baseado no texto “Factor analysis” (HAIR et all, 1995), será comentado passo a passo.

Tabela 3 – Atitudes ocupacionais de policiais militares atuantes no município de Belo Horizonte: O perfil profissional

Variável	nada importante	pouco importante	média importância	importante	muito importante	Total
Respeitar a lei	3 (0,3%)	3 (0,3%)	16 (1,8%)	258 (29,0%)	610 (68,5%)	809 (100%)
Ser imparcial, justo, sabendo ver os dois lados	5 (0,6%)	3 (0,3%)	15 (1,7%)	172 (19,3%)	696 (78,1%)	891 (100%)
Saber conviver com situações de tensão, movimentos de protesto e contestação	3 (0,3%)	9 (1,0%)	23 (2,6%)	261 (29,3%)	594 (66,7%)	890 (100%)
Ter habilidade para trabalhar com pessoas	7 (0,8%)	4 (0,4%)	31 (3,5%)	279 (31,2%)	573 (64,1%)	894 (100%)
Ser esperto, alerta, fazer bons julgamentos e apto para tomar decisões	5 (0,6%)	9 (1,0%)	48 (5,4%)	279 (31,2%)	553 (61,9%)	894 (100%)
Ser disciplinado	4 (0,5%)	9 (1,0%)	64 (7,2%)	360 (40,5%)	451 (50,8%)	888 (100%)
Ser capaz de agüentar muitas coisas	19 (2,1%)	27 (3,0%)	170 (19,1%)	347 (38,9%)	329 (36,9%)	892 (100%)
Ser corajoso e bravo	57 (6,4%)	125 (14,1%)	243 (27,4%)	312 (35,2%)	149 (16,8%)	886 (100%)
Usar a força física e ser enérgico	91 (10,3%)	182 (20,5%)	296 (33,4%)	255 (28,8%)	62 (7,0%)	886 (100%)
Ter boas condições físicas	25 (2,8%)	49 (5,5%)	12 (1,38%)	378 (42,8%)	309 (35,0%)	883 (100%)
Capacidade de solucionar problemas colocados pelas pessoas e comunidade	5 (0,6%)	4 (0,4%)	67 (7,5%)	330 (37%)	485 (54,4%)	891 (100%)

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Há diferentes possibilidades de análise dos dados acima. Por um lado, poder-se-ia estudar cada uma dessas onze variáveis de forma isolada. No entanto, assim a

análise estaria limitada a resultados muito específicos, vedando a possibilidade de conclusões mais convincentes a respeito dos diferentes tipos de orientação dos policiais em relação à própria atividade. Por outro lado, a hipótese de que esse conjunto de variáveis se enquadre em uma escala unidimensional não passa de uma hipótese vaga. Isso significa que trabalhar com um modelo aritmético, com a soma simples dos valores de certas variáveis acima no intuito de construir uma espécie de índice, seria uma opção subjetiva e aleatória.

Busca-se na verdade o que as variáveis acima podem dizer sobre *padrões* de atitudes. Para isso é necessário que as variáveis estejam relacionadas.

Tabela 4 – Correlações entre as variáveis do perfil profissional

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Habilidade para trabalhar com pessoas		0,37	0,21	0,26	0,27	0,17	0,23	0,14	0,14	0,05	0,1
2. Alguém que respeite a lei.	0,37		0,38	0,35	0,34	0,27	0,33	0,16	0,13	-0,03	0,09
3. Alguém que seja imparcial, justo, que sabe ver os dois lados.	0,21	0,38		0,3	0,28	0,23	0,17	0,07	0,13	-0,01	0,12
4. Que saiba conviver com situações de tensão, movimentos de contestação.	0,26	0,35	0,3		0,36	0,32	0,21	0,23	0,16	0,05	0,18
5. Capaz de solucionar problemas colocados pelas pessoas e comunidade.	0,27	0,34	0,28	0,36		0,45	0,31	0,3	0,2	0,1	0,12
6. Que seja esperto, alerta, faça bons julgamentos, apto para tomar decisões.	0,17	0,27	0,23	0,32	0,45		0,22	0,27	0,25	0,16	0,15
7. Alguém que seja disciplinado.	0,23	0,33	0,17	0,21	0,31	0,22		0,32	0,18	0,11	0,19
8. Alguém que seja capaz de agüentar muitas coisas.	0,14	0,16	0,07	0,23	0,3	0,27	0,32		0,36	0,19	0,16
9. Alguém que seja corajoso e bravo.	0,14	0,13	0,13	0,16	0,2	0,25	0,18	0,36		0,42	0,19
10. Alguém que use a força física, que seja enérgico.	0,05	-0,03	-0,01	0,05	0,1	0,16	0,11	0,19	0,42		0,25
11. Alguém que tenha boas condições físicas.	0,1	0,09	0,12	0,18	0,12	0,15	0,19	0,16	0,19	0,25	

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

A partir da tabela acima se pode avaliar em que medida a análise fatorial é adequada para os dados em questão. Somente a variável “Alguém que use a força física” não possui correlações estatisticamente significativas com todas as outras variáveis (Os quatro coeficientes sem negrito na décima coluna são os únicos que não

apresentam significância no nível 5%). Assim, tem-se um conjunto de dados para o qual a análise fatorial é promissora, permitindo a redução e maior objetivação dos dados.

O próximo passo é obter fatores que expliquem tais correlações a partir das combinações empíricas descritas na matriz acima. Para isso o SPSS (*Statistical Package for Social Scientists*), gera determinadas variáveis artificiais, denominadas de *componentes principais*. Ao invés de comparar todos esses coeficientes de correlação para descobrir padrões, o computador fornece uma tabela na qual estão estimados os valores que explicam, com mais eficiência, a maior quantidade de variância entre os dados.

Abaixo se pode observar que são apenas três os fatores que resumem os dados, originalmente descritos em onze variáveis:

Tabela 5 – Resultado final da análise fatorial com dados do perfil profissional (Matriz de componentes principais)

	1	2	3
1. Habilidade para trab.c/pessoas	0,44	0,05	0,07
2. Alguém que respeite a lei.	0,56	-0,03	0,03
3. Alguém que seja imparcial, justo, que sabe ver os dois lados.	0,44	-0,02	0,08
4. Que saiba conviver com situações de tensão, movimentos de contestação.	0,56	0,06	0,14
5. Que seja capaz de solucionar problemas colocados pelas pessoas e comunidade.	0,68	0,07	0,03
6. Que seja esperto, alerta, faça bons julgamentos, apto para tomar decisões.	0,56	0,18	0,06
7. Alguém que seja disciplinado.	0,56	0,1	0,12
8. Alguém que seja capaz de agüentar muitas coisas.	0,61	0,38	-0,08
9. Alguém que seja corajoso e bravo.	0,32	0,82	-0,1
10. Alguém que use a força física, que seja enérgico.	-0,16	0,82	0,34
11. Alguém que tenha boas condições físicas.	0,25	0,11	0,91

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Os valores distribuídos nas colunas demonstram como os fatores, gerados por estimativas de cargas comuns entre as variáveis, explicam cada variável particular.

São coeficientes que variam de 0 a 1, sendo que aqueles acima de 0,4 foram considerados altos, estando portanto em negrito. Por exemplo, a variável “Alguém que seja disciplinado” é explicada em alto grau pelo fator “1”, já que o índice para esse fator é 0,56. Outra variável que se inclui nesse mesmo fator, podendo ser definida como um outro aspecto do mesmo fenômeno, é “Habilidade para trabalhar com pessoas”, com coeficiente igual a 0,44.

Um método para dar nomes aos fatores é adotar o significado da variável com maior coeficiente para um fator e então ver se esse significado pode ser aceito como um padrão para as demais variáveis componentes do mesmo fator. Quando se analisa o fator “1”, tem-se “Capacidade para resolver problemas colocados pelas pessoas e comunidade” com coeficiente 0,68, o que demonstra alta adequação da variável ao fator. “Capacidade de agüentar muitas coisas” encaixa-se dentro do mesmo fator com coeficiente igual a 0,61. O que há de comum entre esses dois aspectos valorizados pelos policiais? O que levou a maioria dos entrevistados que responderam de forma positiva à pergunta sobre a importância da capacidade de resolver problemas colocados pelas pessoas e comunidade, respondesse também de forma positiva à questão se o policial precisa ter muita paciência como característica importante de sua atividade? Uma resposta adequada é a existência de um grupo de policiais, ou de uma tendência entre eles, que define a *capacidade de interação* como um componente importante de seu trabalho. Dessa forma se chega a uma interpretação válida para o primeiro padrão recorrente nas respostas dos policiais. Trata-se da descoberta de um primeiro perfil de policial, mais moderado e reflexivo, semelhante ao descrito por Bittner e nomeado de “*peace officer*”.

1º Padrão de perfil profissional: o “peace officer”

O fator “2”, conforme também pode ser observado na tabela 5, engloba 2 variáveis: “Ser corajoso e bravo”, com medida de associação ao fator igual a 0,82; e “Alguém que use a força física, que seja enérgico”, com associação também no valor de 0,82. Essas variáveis estão associadas a uma *visão prioritária dos policiais em relação ao uso da força*, no sentido de vê-la como instrumento fundamental do trabalho policial, provavelmente entendido como uma guerra contra o crime. Daí se conclui em relação ao segundo modelo de perfil profissional encontrado refere-se a uma visão da atividade policial próxima ao estilo “*law officer*”.

2º Padrão de perfil profissional: o “law officer”

O fator “3” é composto por apenas uma variável: “Ter boas condições físicas”. Nesse caso a variável confunde-se com o fator, sendo o coeficiente bem próximo de 1 (ou seja, 0,91). Trata-se, portanto, de uma *variância singular*. Revela-se justamente neste ponto uma importante qualidade da análise fatorial, que permite definir *a priori* as variáveis relevantes para serem explicadas, uma vez que apresentam padrões estruturados. O fato de não fazer parte de nenhum padrão correlacionado leva a acreditar que, muito provavelmente, o fator por trás dessa resposta sejam muito genérico. Ou seja, trata-se de um “chavão”. É grande a chance dos policiais responderem de forma afirmativa que boas condições físicas sejam “necessárias” sem uma consideração mais sistemática. Tal opinião não reflete, ou não se relaciona, a nenhuma experiência pessoal ou profissional mais específica do policial que a exprime.

Concluindo, foram identificados apenas dois grupos de percepções ou atitudes relevantes dos policiais em relação ao perfil profissional projetado, que acabam por

dar suporte à tipologia defendida por Egon Bittner: 1) o “*peace officer*” e 2) o “*law officer*”.

É importante a observação de que, como advertido por Jaqueline Muniz, não se está reforçando com essa conclusão a falsa antinomia “polícia–força *versus* polícia–serviço”. A análise realizada apenas constata que existe diversidade na cultura ocupacional dentro de uma mesma organização policial e que atua no mesmo município. A distinção se dá entre os estilos ou orientação ocupacional dos policiais, não entre policiais que não usam a força e policiais que a utilizam, já que dispor do recurso da força é condição imprescindível da autoridade policial, como inclusive foi estabelecido na definição de polícia dada na primeira seção do presente capítulo.

“É porque o policial está legalmente autorizado a usar a força para respaldar a sua autoridade que ele é acionado e pode intervir nos conflitos, abrindo possibilidades para sua resolução que vão, desde a negociação até a imposição de alternativas pacíficas de obediência àqueles indivíduos que se mostram recalcitrantes”. (MUNIZ, 1999: 213)

É através da ação policial que a máxima hobbesiana se realiza na prática, fazendo que, em última instância e por cálculo racional, os indivíduos deixem de exercer seu direito natural de utilizar a própria força para resolução dos conflitos com os quais venham a se envolver.

4.2. Variáveis relacionadas à cultura de polícia: características individuais e da inserção ocupacional

Tem-se defendido a tese de que as atitudes dos indivíduos dentro de uma organização não são dados simplesmente subjetivos, sendo dotadas de certa

estabilidade e, como mapas cognitivos, também de certa coerência, relacionada à “*frame*” de sentidos construídos na experiência conjunta dos “*selves*” em mesmo ambiente institucional.

A partir da análise fatorial de um conjunto de atitudes que apresentaram com relação à atividade policial, foi possível identificar dois estilos distintos de policiais. O “*Peace officer*” e o “*law officer*” representam identidades ocupacionais. A manutenção de tais identidades, por intermédio das estratégias de cada “*self*”, é importante fator na elaboração da cultura organizacional e nos ajuda a compreendê-la de forma dinâmica, como processo.

Tais perfis podem ser vistos com “exemplares empíricos” da diversidade da cultura policial no nível individual. Cabe agora aprofundar a análise, realizando uma investigação sobre as variáveis que têm influência sobre tais diferenças e sobre quais as conseqüências das mesmas, dentro das possibilidades dos dados disponíveis.

Cabe verificar o efeito da estrutura organizacional sobre essas atitudes. Como são as respectivas visões de oficiais e praças? A experiência de exercer patrulhamento a pé promove conceitos próprios sobre a atividade policial, se comparados às atividades de escritório?

Características individuais extra-organizacionais também devem ser levadas em conta. O modo de uma policial feminina perceber a atividade envolve um olhar diferente do olhar masculino? Ter ou não mais policiais na família pode influenciar o estilo adotado pelo policial? ⁷⁸

⁷⁸ Discutiu-se anteriormente como esse fator pode antecipar a socialização do novato na cultura policial, caso o novato já tenha outros policiais na família ao ingressar na corporação (capítulo 2, seção 2.8). Mesmo que ainda não tivesse parentes policiais antes do concurso público (esse dado não está disponível), ainda assim a variável é importante: De qualquer forma, a imersão na cultura policial se prolonga, invadindo a esfera privada, do convívio familiar. A suspeita da relevância dessa variável aumentou quando se constatou que mais da metade dos policiais militares respondentes têm outros policiais na família (54,3%). Um índice alto e que chamou a atenção.

Tabela 6 – Variáveis individuais e de inserção ocupacional, potencialmente explicativas do perfil policial

Variáveis	Não	Sim	Total
Oficial	748	186	934
	80,09%	19,91%	100%
Patrulhamento a pé	581	232	813
	71,46%	28,54%	100%
Patrulhamento motorizado ou montado	445	368	813
	54,74%	45,26%	100%
Atividade de escritório	600	213	813
	73,8%	26,2%	100%
Cursos de formação são importantes	216	700	916
	23,58%	76,42%	100%
Mulher	884	49	933
	94,75%	5,25%	100%
Tem mais policiais na família	428	509	937
	45,68%	54,32%	100%

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

As variáveis acima são tomadas como independentes em relação aos perfis profissionais. Enfim, é razoável supor que a posição e a atividade do policial dentro da organização, assim como a aceitação que teve em relação à educação técnica recebida, terão impacto sobre suas atitudes ocupacionais. As mulheres podem ter uma visão própria a respeito de seu papel dentro da polícia. Aqueles que tem mais policiais na família provavelmente estão expostos a um tempo ainda maior de imersão na cultura policial, uma vez que a mesma está incutida em sua vida privada. Essas variáveis independentes podem ser agrupadas de modo que sejam pensadas em duas dimensões:

- (1) *Inserção ocupacional* (se oficiais ou praças; se atuam em atividades de escritório, de policiamento motorizado ou a pé; o grau de adesão ao treinamento recebido).

(2) *Características individuais* (se homem ou mulher; se existem mais policiais na família).

Os fatores que determinaram os perfis foram transformados em variáveis binárias. Tomou-se o último quartil da distribuição de frequência do *score* fatorial como 1, e o restante como 0. Ou seja, essa variável discrimina os 25% de casos com maior soma de características dentro de um determinado perfil, o que o torna bem mais definido comparativamente. Isso faz com que o valor de referência da variável dependente seja não apresentar aquele perfil, o que também ocorre de forma relativa (75% dos casos).

Testes de qui-quadrado⁷⁹ revelaram que, levando-se em consideração o nível de significância de 1%, possuem associação com o perfil do tipo “*peace officer*”:

- 33,9% dos oficiais, contra 22,5% dos praças (V de Cramer = 0,11);
- 28,2% dos que concordam totalmente que os cursos de formação na Academia de Polícia são importantes, contra 13,6% dos que não pensam assim (V de Cramer = 0,14).

Ainda considerando o perfil “*peace officer*”, com associação estatisticamente significativa ao nível de 5%, tem-se:

- 19,7% dos policiais que fazem patrulha a pé, contra 27,9% dos que trabalham em outro tipo de atividade (V de Cramer = 0,09).

Já com o perfil do tipo “*law officer*”, considerando-se o nível de confiança de 1%, as seguintes possuem associação estatisticamente significativa:

⁷⁹ O teste de qui-quadrado é uma das várias técnicas estatísticas usadas para testar se um resultado encontrado na amostra é simplesmente uma ocorrência aleatória, ou reflete algo real que ocorre na população. Três textos metodológicos serviram de base para as análises efetuadas no decorrer do presente capítulo: BABBIE, 1999, BARBETTA, 2006 e BLALOCK JR, 1973.

- 8,5% das mulheres, em oposição a 26,1% dos homens (V de Cramer = 0,09).

Ainda dentro do mesmo perfil, mas com significância estatística de 5%:

- 28,6% dos que fazem patrulhamento motorizado, em contrapartida a 21,3% dos que exercem outra função (V de Cramer = 0,09);
- 16,7% dos policiais que atuam em atividades de escritório, contra 25,6% dos que estão em outras atividades (V de Cramer = 0,07);
- 27,8% dos que possuem mais policiais na família, contra 21,7% daqueles que não possuem (V de Cramer = 0,07).

Sintetizando os resultados, ser oficial, dar muita importância à educação formal na Academia de Polícia e *não* realizar patrulhamento a pé são características associadas à adoção de uma cultura de “*peace officer*”. Por outro lado, o perfil ocupacional do tipo “*law officer*”, que prioriza a capacidade uso da força, está ligado a ser do sexo masculino, fazer patrulhamento motorizado ou outra atividade que não seja de escritório e possuir mais policiais na família.

Como observação importante, note-se que, caso o policial com personalidade ocupacional do tipo “*peace officer*” seja considerado como detentor de maior afinidade com a estratégia de policiamento comunitário, visto que essa estratégia exige uma predisposição de aproximação e diálogo com a população, então um problema está estabelecido. É justamente o praça, que atua de forma mais direta com as comunidades, o agente mais resistente a adotar uma postura convergente com a filosofia de policiamento comunitário. Esses dados serão retomados na seção 3.4, dada a necessidade de averiguar possíveis relações espúrias.

4.3. Personalidade ocupacional, influência e prestígio na organização

Dentre os dois perfis, o “*peace officer*” e o “*law officer*”, qual teria mais espaço ou influência dentro da organização? Qual estaria mais satisfeito com as regras de promoção e se veria em melhores condições de ser promovido? A análise agora terá por alvo as opiniões dos policiais militares a respeito do reconhecimento profissional que recebem na organização. Isso será mensurado através das suas percepções sobre o relacionamento com superiores, assim como sobre suas chances de promoção.

Tabela 7 – Variáveis de prestígio e chance de ascensão profissional

Variável	Raramente ou nunca	Ocasionalmente	A metade das vezes	A maioria das vezes	Quase todas as vezes	Total
Superiores acataram sugestões	193 (34,6%)	177 (31,7%)	61 (10,9%)	97 (17,4%)	30 (5,4%)	558 (100%)
Variável	Muito ruins	Ruins	Razoáveis	Boas	Muito boas	Total
Chances de promoção	177 (19,1%)	228 (24,5%)	328 (35,3%)	149 (16,0%)	47 (5,1%)	929 (100%)
Variável	Totalmente insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Totalmente satisfeito	Total	
Satisfação com superiores	119 (12,9%)	471 (51,1%)	323 (35,0%)	9 (1,0%)	922 (100%)	
Variável	Não	Sim	Total			
Prestígio com os oficiais	621 (66,1%)	318 (33,9%)	939 (100%)			
Superiores deveriam mudar para dar mais apoio	115 (12,2%)	824 (87,8%)	939 (100%)			
Regras de promoção devem melhorar para melhorar trabalho policial	717 (77,7%)	206 (22,3%)	923 (100%)			

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Como efetuado com as variáveis de perfil profissional, se utilizará a análise fatorial para condensar os dados em um número reduzido de categorias. A seguir, a *tabela 8* apresenta as correlações entre as variáveis da tabela acima.

Tabela 8 – Correlações entre as variáveis de prestígio e chance de ascensão profissional

Variável	1	2	3	4	5	6
1. Satisfação com superiores		0,20	-0,23	0,26	0,15	0,06
2. Prestígio com os oficiais	0,20		0,02	0,28	0,00	-0,01
3. Superiores deveriam mudar para dar mais apoio	-0,23	0,02		-0,23	-0,09	0,03
4. Superiores acataram sugestões	0,26	0,28	-0,23		0,16	-0,03
5. Chances de promoção	0,15	0,00	-0,09	0,16		-0,18
6. Regras de promoção devem melhorar para melhorar trabalho policial	0,06	-0,01	0,03	-0,03	-0,18	

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Todos os coeficientes em negrito são estatisticamente significativos (nível de significância de 5%), e representam a maioria (60%) das correlações existentes entre as variáveis. Essa informação permite que a análise fatorial seja efetuada de forma adequada.

Os fatores que expressam as interações entre as variáveis foram gerados no *SPSS*, fornecendo a seguinte tabela com os valores que explicam, da forma mais eficiente possível, a maior parte de variância existente entre os dados. As seis variáveis iniciais foram condensadas em duas dimensões, o que representa uma redução de quase 70% nos dados. As cargas fatoriais com valor acima de 0,4 foram consideradas altas e foram colocadas em negrito. Por efeito de arredondamento, o valor de -0,39, aplicado para “Regras de promoção devem melhorar para melhorar trabalho policial”, que consta na segunda coluna, também será considerado como indicativo de que a

mesma contribui para composição do segundo fator gerado, permanecendo em negrito.

Tabela 9 – Resultado da análise fatorial com dados sobre o prestígio e chance de ascensão profissional dos policiais (Matriz de componentes principais)

Variável	1	2
1. Satisfação com superiores	0,41	0,11
2. Prestígio com os oficiais	0,43	-0,02
3. Superiores deveriam mudar para dar mais apoio	-0,34	-0,02
4. Superiores acataram sugestões	0,99	0,03
5. Chances de promoção	0,13	0,99
6. Regras de promoção devem melhorar para melhorar trabalho policial	0,00	-0,39

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

A primeira coluna apresenta quatro variáveis que compõem um fator. Em ordem decrescente dos valores que indicam carga fatorial: “Superiores acataram sugestões” (0,99), “Prestígio com os oficiais” (0,43), “Satisfação com os superiores” (0,41) e, apresentando um coeficiente negativo, “Superiores deveriam mudar para dar mais apoio” (-0,34). Tomando a primeira variável, percebe-se que essas variáveis têm em comum indicar policiais que conseguem ter influência junto aos superiores (por conseguinte, certa capacidade de influência organizacional). Dessa forma, pode-se nomear esse primeiro fator simplesmente como “Influência”, que traduz certo prestígio e reconhecido recebido pelos policiais.

1º Padrão de reconhecimento profissional: influência

O fator “2”, composto positivamente por “Chance de promoção” (0,99) e negativamente por “Regras de promoção devem melhorar para melhorar trabalho policial” (-0,39), aponta para policiais que percebem estar em boas condições de terem ascensão dentro da organização. Ou seja, conclui-se, ao contrário do que poderia ser bastante razoável de se esperar a princípio, ter bom relacionamento e ser influente junto aos superiores não aparece de forma conjunta à possibilidade de promoção, pelo menos na forma em que é avaliada pelos próprios policiais.

2º Padrão de reconhecimento profissional: promoção

Uma vez identificados esses padrões, cabe voltar à indagação realizada no início do desta seção. Assim como anteriormente dois grupos de variáveis foram analisados como *causais* em relação ao perfil ou personalidade ocupacional, quais sejam, (1) *inserção organizacional* e (2) *características individuais*, agora deve-se determinar qual a relação entre se ser um policial do tipo “*peace officer*” ou “*law officer*” e o *reconhecimento profissional* (o terceiro grupo de variáveis que irá compor o modelo compreensivo na seção 4.5).

Como resultado do teste de qui-quadrado, com nível de confiança de 5%, tem-se que:

- 32,6% entre os “*peace officers*” também se enquadram entre os que são influentes, em oposição ao 22,7% dos que não são detentores desse perfil profissional (V de Cramer = 0,12).

De forma interessante, o estilo de manifestação da cultura ocupacional de polícia em nível individual mostrou ter um efeito quanto às percepções sobre reconhecimento profissional. No caso dos “*peace officers*”, tal reconhecimento é estabelecido por meio de diálogo com superiores, que costumam ouvir e acatar suas

sugestões. No entanto, essa capacidade de influência organizacional não se traduz em maiores perspectivas de promoção.

4.4. Cultura policial e a visão sobre o suporte dado pelo público

As quinze variáveis a seguir contribuirão para estudo de uma das questões mais fundamentais de interesse neste trabalho. Como a cultura policial influencia as atitudes em relação ao público externo? Estratégias interativas de policiamento vem sendo aplicadas pela polícia militar em Belo Horizonte, apesar que de uma forma pontual, desde 1993 (BEATO et all, 2005 e BEATO,2006). O direcionamento para tais estratégias supõe atitudes positivas por parte dos policiais quanto às possibilidades de cooperação por parte da população.

Em 1999, o modelo de “polícia de resultados” foi adotado oficialmente, visando a elaboração e implementação de políticas mais amplas de policiamento preventivo, que devem contar com a parceria entre a polícia e as comunidades. Os dados que vem sendo utilizados neste trabalho foram coletados em um momento crucial de todo esse processo, justamente no seu início, refletindo a “matéria prima” organizacional disponível para implementação do policiamento comunitário.

Hipoteticamente, o modelo “*peace officer*” representa um estilo policial mais compatível com o policiamento comunitário, enquanto o “*law officer*” é mais comprometido, a princípio, com todas as características de fechamento da cultura tradicional da instituição policial, discutidas no capítulo anterior.

Não se deve ignorar a possível crítica de que se poderia estar correlacionando fatores que, na verdade, fazem parte da mesma dimensão. Por exemplo, ter uma visão positiva sobre direitos humanos não significaria, automaticamente, ter uma atitude

como policial mais reflexiva e voltada para trabalhar junto aos cidadãos? A objeção à crítica é que foram mensuradas duas dimensões distintas. Ao caracterizar os diferentes perfis de policiais, utilizou-se variáveis voltadas para autoconcepções mantidas pelos respondentes a respeito de qualidades que considera como importantes de serem mantidas para cumprir o seu papel enquanto policial militar (*tabela 3*). Já para mensurar as percepções quanto ao apoio recebido pela população em geral e organizações que representam os cidadãos (associações de bairro, movimentos de direitos humanos, associações de bairro), se trabalhou com variáveis de atitudes voltadas para interpretação de fatos objetivos (*tabela 10*): tais grupos contribuem, ou não, com a atividade policial?

Os dados da próxima tabela serão utilizados, através do uso da técnica de análise fatorial, para compor as variáveis do quarto grupo de variáveis que constará no modelo completo (seção 4.5): o das *percepções sobre o apoio dado pelo público*.

Tabela 10 – Variáveis de percepção sobre apoio dado pelo público

Variável	Discorda totalmente	Discorda parcialmente	Não concorda/discorda	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Total
A polícia sente que a população está contra ela	115 (12,5%)	201 (21,8%)	198 (21,5%)	293 (31,7%)	116 (12,6%)	923 (100%)
Movimentos de D. Humanos atrapalham o trabalho da polícia e o controle do crime	24 (2,6%)	16 (1,7%)	40 (4,3%)	246 (26,7%)	594 (64,6%)	920 (100%)
Variável	Não	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total	
Desrespeito pela ordem, polícia e lei como fator importante que deixou o trabalho mais perigoso	448 (50,1%)	130 (14,5%)	198 (22,1%)	118 (13,2%)	894 (100%)	
Variável	Nunca	Às vezes	Freqüentemente	Total		
As pessoas cooperam com a polícia fornecendo informações	52 (5,6%)	831 (90,1%)	39 (4,2%)	922 (100%)		
Variável	Outra resposta	Sim	Total			
As pessoas cooperam freqüentemente com a polícia fornecendo informações úteis	883 (95,8%)	39 (4,2%)	922 (100%)			
Atualmente há menos respeito da opinião pública pela polícia que nos últimos anos	705 (39,1%)	220 (60,9%)	925 (100%)			
Atualmente a opinião pública não apóia a polícia	877 (94,8%)	48 (5,2%)	925 (100%)			
Comportamento do público piorou pq demonstram menos respeito pela polícia	790 (94,8%)	137 (5,2%)	927 (100%)			
Comportamento do público melhorou pq reconhecem o trabalho da polícia	811 (88,5%)	105 (11,5%)	916 (100%)			
Público entende o que é ser um policial	812 (89,7%)	93 (10,3%)	905 (100%)			
Público tem a idéia de que a polícia é desonesta e corrupta	835 (89,7%)	96 (10,3%)	931 (100%)			
Público tem a idéia de que a polícia é um mal necessário e incômodo	617 (66,3%)	314 (33,7%)	931 (100%)			
Público tem a idéia de que a polícia é desumana, violenta e cruel	807 (86,7%)	124 (13,3%)	931 (100%)			
Falta de simpatia pelo policial como importante motivo que dificulta a compreensão do público	745 (80,6%)	179 (19,4%)	924 (100%)			
Associações de bairro cooperam com o trabalho da polícia	358 (39,1%)	557 (60,9%)	915 (100%)			

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Como o leitor já está familiarizado com a aplicação da análise fatorial no contexto desta investigação, procede-se à apresentação da matriz de correlações.

Tabela 11 – Correlações: percepção sobre apoio dado pelo público

Variável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. As pessoas cooperam freqüentemente com a polícia fornecendo informações úteis	1,00	0,03	0,00	-0,05	-0,04	0,03	0,10	0,00	0,00	-0,04	-0,04	0,02	0,68	-0,10	-0,13
2. Associações de bairro cooperam com o trabalho da polícia	0,03	1,00	-0,02	-0,02	0,00	0,08	0,12	-0,06	0,02	-0,04	0,02	0,06	0,12	-0,22	-0,07
3. Atualmente há menos respeito da opinião pública pela polícia que nos últimos anos	0,00	-0,02	1,00	-0,13	0,15	0,03	-0,03	0,01	-0,01	-0,01	0,04	0,00	0,02	0,05	0,03
4. Atualmente a opinião pública não apóia a polícia	-0,05	-0,02	-0,13	1,00	0,04	0,06	-0,01	0,07	-0,01	0,08	0,00	0,04	-0,02	0,04	0,01
5. Comportamento do público piorou pq demonstram menos respeito pela polícia	-0,04	0,00	0,15	0,04	1,00	0,08	-0,08	0,02	0,01	0,03	0,07	-0,02	0,00	0,09	0,06
6. Comportamento do público melhorou pq reconhecem o trabalho da polícia	0,03	0,08	0,03	0,06	0,08	1,00	0,01	-0,07	0,03	0,02	0,01	-0,06	0,08	-0,05	0,01
7. Público entende o que é ser um policial	0,10	0,12	-0,03	-0,01	-0,08	0,01	1,00	-0,02	-0,05	-0,10	-0,06	-0,06	0,09	-0,20	-0,13
8. Público tem a idéia de que a polícia é desonesta e corrupta	0,00	-0,06	0,01	0,07	0,02	-0,07	-0,02	1,00	-0,24	-0,13	0,02	0,00	-0,04	0,08	0,01
9. Público tem a idéia de que a polícia é um mal necessário e incômodo	0,00	0,02	-0,01	-0,01	0,01	0,03	-0,05	-0,24	1,00	-0,28	0,03	0,04	0,03	-0,01	-0,02
10. Público tem a idéia de que a polícia é desumana, violenta e cruel	-0,04	-0,04	-0,01	0,08	0,03	0,02	-0,10	-0,13	-0,28	1,00	-0,03	0,01	-0,05	0,11	0,03
11. Falta de simpatia pelo policial como importante motivo que dificulta a compreensão do público	-0,04	0,02	0,04	0,00	0,07	0,01	-0,06	0,02	0,03	-0,03	1,00	0,09	-0,04	0,07	-0,01
12. Desrespeito pela ordem, polícia e lei como fator importante que deixou o trabalho mais perigoso	0,02	0,06	0,00	0,04	-0,02	-0,06	-0,06	0,00	0,04	0,01	0,09	1,00	0,09	-0,04	-0,06
13. As pessoas cooperam com a polícia fornecendo informações	0,68	0,12	0,02	-0,02	0,00	0,08	0,09	-0,04	0,03	-0,05	-0,04	0,09	1,00	-0,13	-0,11
14. A polícia sente que a população está contra ela	-0,10	-0,22	0,05	0,04	0,09	-0,05	-0,20	0,08	-0,01	0,11	0,07	-0,04	-0,13	1,00	0,26
15. Movimentos de D. Humanos atrapalham o trabalho da polícia e o controle do crime	-0,13	-0,07	0,03	0,01	0,06	0,01	-0,13	0,01	-0,02	0,03	-0,01	-0,06	-0,11	0,26	1,00

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Foram detectadas trinta e três relações entre as variáveis, levando-se em consideração o nível de significância de 5%. Isso equivale a 31,5% de todas as combinações possíveis e nenhuma variável deixa de apresentar no mínimo duas associações estatisticamente significativas com os as demais do modelo. Essas condições permitem proceder adiante com a análise fatorial.

Tabela 12 – Resultado da análise fatorial com dados de percepção sobre apoio dado pelo público (Matriz de componentes principais)

Variável	1	2	3
1. As pessoas cooperam freqüentemente com a policia fornecendo informações úteis	-0,13	0,01	-0,06
2. Associações de bairro cooperam com o trabalho da policia	-0,13	0,06	-0,24
3. Atualmente há menos respeito da opinião publica pela policia que nos últimos anos	0,07	-0,01	0,05
4. Atualmente a opinião pública não apóia a policia	0,00	0,02	0,05
5. Comportamento do público piorou pq demonstram menos respeito pela policia	0,07	-0,02	0,06
6. Comportamento do público melhorou pq reconhecem o trabalho da policia	-0,01	-0,04	-0,04
7. Público entende o que é ser um policial	-0,13	-0,08	-0,15
8. Público tem a idéia de que a policia é desonesta e corrupta	0,01	0,00	0,06
9. Público tem a idéia de que a policia é um mal necessário e incômodo	-0,01	0,05	0,00
10. Público tem a idéia de que a policia é desumana, violenta e cruel	0,03	0,01	0,10
11. Falta de simpatia pelo policial como importante motivo que dificulta a compreensão do publico	0,00	0,11	0,09
12. Desrespeito pela ordem, policia e lei como fator importante que deixou o trabalho mais perigoso	-0,06	1,00	-0,03
13. As pessoas cooperam com a policia fornecendo informações	-0,13	0,10	-0,11
14. A policia sente que a população está contra ela	0,40	0,00	0,92
15. Movimentos de D. Humanos atrapalham o trabalho da policia e o controle do crime	0,99	0,01	-0,15

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Analisando os resultados da análise fatorial, percebemos que apenas três variáveis receberam *scores* fatoriais relevantes. No primeiro fator, “Movimento de direitos humanos atrapalham o trabalho da policia e o controle do crime” (0,99); no segundo fator, “Desrespeito pela ordem, policia e lei com fator importante que deixou o trabalho mais perigoso” (1,00); e “A policia sente que a população está contra ela” no terceiro fator (0,99).

Esse tipo de resultado impõe um procedimento diferente do adotado a partir das outras análises fatoriais realizadas. *Scores* solitários e tão altos, próximos ou iguais a 1, indicam que apenas as três variáveis tem um alto poder explicativo em relação à variância total encontrada nos dados. Nesse caso, a análise fatorial indica que essas variáveis podem ser utilizadas como *proxies* das dimensões acima indicadas, quais sejam:

1º Padrão de percepção do apoio público: direitos humanos atrapalham

2º Padrão de percepção do apoio público: desrespeito

3º Padrão de percepção do apoio público: população contra a polícia

Note-se que, apesar de também terem sido feitas algumas perguntas de caráter positivo sobre o apoio público, os padrões encontrados indicam apenas o peso das percepções negativas sobre o mesmo. Isso reforça a feição mais geral da cultura policial, explorada no capítulo 2, seção 2.6: o seu caráter de *fechamento*, demarcando o mundo significativo do “nós”, de dentro da organização, com o mundo profano dos “de fora”.

Foi constatado que as personalidades ocupacionais dos policiais militares influenciam dois dos três tipos de percepção acima. Detectou-se que os “*law officers*” tendem mais a concordar com a opinião de que os movimentos de direitos humanos têm dificultado o trabalho de combate ao crime. De acordo com o teste de qui-quadrado, a relação é estatisticamente significativa (no nível de significância de 5%). A mesma pode ser analisada na *tabela 13*.

Tabela 13 – Os “*law officers*” e a opinião sobre se os movimentos de direitos humanos têm atrapalhado o trabalho da polícia no controle do crime

Variável	Discorda totalmente	Discorda parcialmente	Não concorda/ discorda	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Total
não “ <i>law officer</i> ”	20	11	30	184	384	629
	(3,2%)	(1,7%)	(4,8%)	(29,3%)	(61,0%)	(100%)
“ <i>law officer</i> ”	2	3	7	48	153	213
	(0,9%)	(1,4%)	(3,3%)	(22,5%)	(71,8%)	(100%)

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

De forma geral, a maioria dos respondentes disseram concordar totalmente com a afirmação de que os movimentos de direitos humanos são um empecilho ao trabalho policial (64,6% – ver *tabela 10*). A máxima “esse negócio de direitos humanos só existe para bandidos” é constante na fala dos policiais militares. No entanto, entre aqueles com o perfil de “*law officer*”, a porcentagem é maior, alcançando 71,8%, contra 61% daqueles que não possuem esse perfil.

Outra percepção negativa dos policiais sobre o tipo do suporte do público à sua atividade que também sofre certa influência da personalidade ocupacional é o sentimento de que a população é contra a polícia. Nesse caso, o efeito de “*law officer*” e “*peace officer*” são contrários, sendo ambos estatisticamente significativos a 5%. Revelando a direção das diferentes posturas assumidas em relação à população, a *tabela 14* mostra uma tendência mais forte entre os “*law officers*” de enxergarem a população como uma opositora. Quase a metade deles, 48,8%, concorda parcial ou totalmente com a afirmação de que a polícia sente que a população está contra ela. Isso ocorre em 37,7% das vezes entre os “*peace officers*”, conforme pode ser visto na *tabela 15*.

Tabela 14 – Perfil dos policiais e o sentimento de que a população está contra a polícia. O caso dos “*law officers*”

Variável	Discorda totalmente	Discorda parcialmente	Não concorda/discorda	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Total
Não “<i>law officer</i>”	78	153	124	198	80	633
	(12,3%)	(24,2%)	(19,6%)	(38,3%)	(12,6%)	(100%)
“<i>law officer</i>”	19	36	54	75	29	213
	(8,9%)	(16,9%)	(25,4%)	(35,2%)	(13,6%)	(100%)

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Tabela 15 – Perfil dos policiais e o sentimento de que a população está contra a polícia. O caso dos “*peace officers*”

Variável	Discorda totalmente	Discorda parcialmente	Não concorda/discorda	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Total
não “<i>peace officer</i>”	62	132	138	217	85	634
	(9,8%)	(20,8%)	(21,8%)	(34,2%)	(13,4%)	(100%)
“<i>peace officer</i>”	35	57	40	56	24	212
	(16,5%)	(26,9%)	(18,9%)	(26,4%)	(11,3%)	(100%)

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Para as tabelas acima foi utilizado o gama como medida de associação entre as variáveis. Na primeira, considerando “*law officer*” como variável independente obteve-se um coeficiente positivo de 0,12. Na segunda, esse coeficiente foi negativo, de -0,18, para “*peace officer*” como variável independente em relação à opinião de que a população está contra a polícia. Assim como aconteceu quando se avaliou a postura frente aos movimentos de direitos humanos, os policiais com personalidade ocupacional do tipo “*peace officer*” mostraram uma atitude menos desfavorável em relação aos “paisanos”.

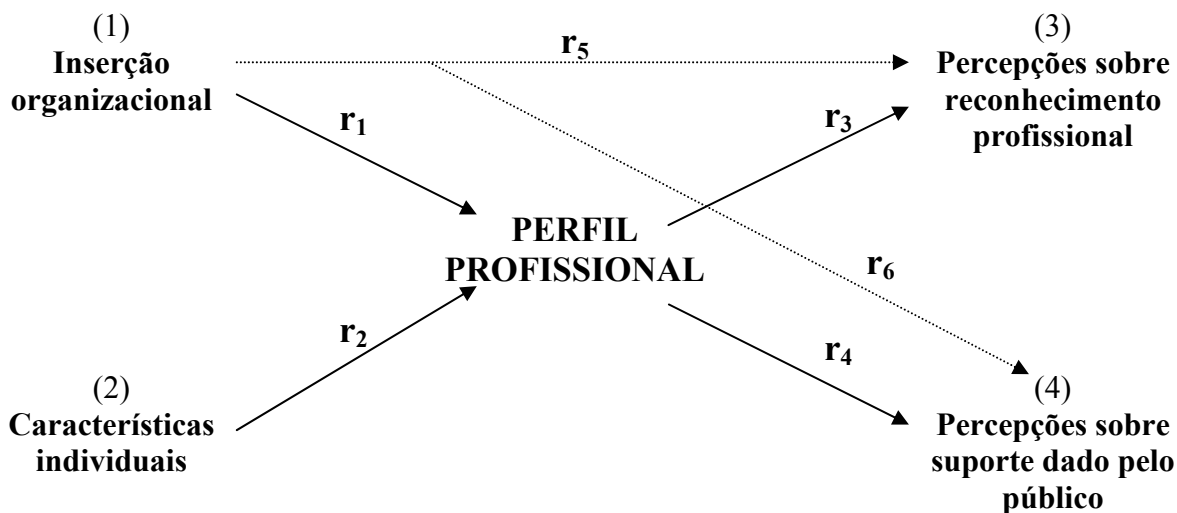
4.5. Um modelo compreensivo para análise de perfis e atitudes dos policiais

O termo “compreensivo” é utilizado para qualificar o modelo analítico representado pelo diagrama a seguir por dois motivos. Primeiro, pelo seu caráter de amplitude, com capacidade de abarcar todas as variáveis utilizadas até aqui, permitindo que, de uma forma sintética, as suas relações sejam pensadas dentro de uma cadeia de conseqüências. Além disso, é aplicável a outros contextos, uma vez que variáveis originadas em outros *surveys* atitudinais, aplicados a policiais militares, podem ser simplesmente “encaixadas” dentro das dimensões pré-estabelecidas⁸⁰. Segundo, e principalmente, por que exige os recursos de uma sociologia compreensiva para sua interpretação (WEBER, 1994). A expressão “análise causal” só pode ser empregada aqui dessa forma. Por exemplo, por que se especula que ser um policial militar dentro de um determinado perfil implica uma atitude diferenciada quanto aos julgamentos direcionados aos civis? Isso se dá pelo recurso empático da compreensão. Apenas se imaginando no lugar do policial é que o analista pode tentar indicar elementos causais nessa relação.

Note-se que não se trata de uma análise de trajetória, nem se trabalhou com modelos multivariados de regressão. O que está em jogo não é o grau de capacidade das variáveis contidas em cada uma dessas dimensões de explicar, como um todo, a distribuição das variáveis contidas na dimensão que sofre sua influência. O que se pretende com o modelo é simplesmente organizar as variáveis de forma compreensível, demonstrando conexões causais plausíveis e passíveis de serem testadas de forma bi-variada.

⁸⁰ Isso depende, é claro, não somente da disponibilização de dados, mas também do eventual interesse que algum pesquisador venha a ter por utilizá-lo.

Figura 2: Diagrama para análise dos perfis e atitudes dos policiais



Ao todo, trinta e nove variáveis alimentam o modelo. Após a aplicação da técnica de análise fatorial, esse número inicial foi reduzido para quatorze variáveis. Ao serem verificadas as associações entre as mesmas, tendo em vista o desenho de análise acima, foi possível estabelecer dezesseis *relações explicativas*. Essas relações estão distribuídas entre os diferentes nexos de causalidade representados no diagrama acima pela letra “r”.

Nexos causais do tipo r_1 : Um perfil do tipo “*peace officer*” está associado a ter um cargo de oficial. A razão de chance de ter esse perfil é 77% maior entre oficiais que entre praças⁸¹. Isso talvez seja um reflexo do descompasso, já demonstrado através de trechos de entrevistas, entre os níveis mais altos da hierarquia e a base organizacional. Os praças parecem desenvolver sua própria cultura, com traços distintos dos oficiais. A razão de chance de um policial que realiza sua ronda a pé se enquadrar no perfil

⁸¹ Razão de chance extraída de regressão logística.

“*peace officer*” é 42% menor se comparado a um policial que exerce atividades de escritório. Ou seja, quem tem contato mais próximo com o público nas ruas não se orienta por ele e não vê a aproximação como desejável, apesar de representar a face mais visível da polícia frente à sociedade. Entrevistados que consideram os cursos de formação profissional como fundamentais para melhorar a atuação como policial têm razão de chance 60% maior de serem do tipo “*peace officer*” que os demais. Mas, é bom observar que são justamente os oficiais que recebem um investimento bem maior em cursos de formação. Já o perfil “*law officer*” é mais comum entre aqueles que realizam patrulhamento motorizado, se comparados com todos os outros, com razão de chance 49% maior; e menos comum entre os policiais militares que exercem atividades de escritório: razão de chance 42% menor que os demais.

Nexos causais do tipo r_2 : Um perfil do tipo “*law officer*” é menos forte entre as mulheres, com razão de chance 74% menor que a dos homens. Os que possuem outros policiais na família apresentam razão de chance 39% maior de terem uma personalidade ocupacional do tipo “*law officer*”.

Nexos causais do tipo r_3 : Um policial militar de perfil “*peace officer*” tem razão de chance 65% maior quanto a ter também um perfil de alta influência percebida sobre os superiores.

Nexos causais do tipo r_4 : Um policial militar “*law officer*” tem razão de chance 69% maior de ver com maus olhos os movimentos de direitos humanos, acreditando que estes prejudicam o trabalho da polícia de combate ao crime. Os “*peace officers*” têm razão de chance 33% menor que os outros policiais de acharem que a população esteja contra a polícia.

A questão mais crucial colocada pelo modelo é que r_5 e r_6 se referem a conexões possivelmente relevantes, que podem apresentar algumas associações que coloquem em xeque a tese de que o perfil ou personalidade ocupacional seja fator

determinante do reconhecimento profissional ou das atitudes em relação ao público. Em outras palavras, o que é realmente relevante, a *cultura organizacional*, assim como manifesta em diferentes estilos de personalidade ocupacional dos policiais, ou na verdade a sua *inserção organizacional*? Se a segunda hipótese for verdadeira, cai por terra toda a idéia central desta tese. Qual seja, a de que a cultura é, quanto à sua formação e conseqüências, uma variável digna de observação criteriosa dentro da organização, não podendo ser tomada como mera expressão da sua estrutura. Se fosse assim, ela não teria nenhum poder de explicar outras variáveis dentro da dinâmica organizacional.

Ocupar a posição de oficial, por exemplo, poderia ser o fator determinante tanto do policial militar dizer que acha importante “ter habilidade para trabalhar com pessoas”, se enquadrando em um perfil do tipo “*peace officer*”, quanto também de dizer que acha o relacionamento da polícia militar com a população razoável. A primeira atitude seria proveniente de sua formação gerencial e a segunda do seu distanciamento com relação ao público, pelo menos se comparado ao soldado que faz patrulhamento a pé e está em contato mais intenso com a população, vivendo de forma cotidiana as dificuldades dessa relação. A percepção sobre ser reconhecido pelos superiores também poderia seguir a mesma lógica, sendo determinada pela posição ou atividade exercida dentro da corporação, mantendo uma associação apenas secundária com a questão cultural do estilo de personalidade ocupacional.

Nexos causais do tipo r_5 : Foram constadas duas relações diretas significativas entre inserção organizacional e percepções sobre reconhecimento profissional. Primeiramente, a razão de chance dos oficiais verem suas chances de promoção como altas é 76% maior que entre os praças. Em segundo lugar, exercer atividade de patrulhamento a pé está negativamente associado à percepção de ter as próprias opiniões acatadas pelos superiores. A razão de chance é 80% menor do que para os

que exercem outras atividades. Essa relação direta impõe a necessidade de realizar um teste para conferir se a inferência de que o perfil ocupacional tem influência sobre a percepção de reconhecimento profissional é correta. Analisando novamente a relação entre o perfil “*peace officer*” e a percepção de influência, mas agora controlando pela variável referente à atividade, a mesma desaparece quando considerada entre os que exercem patrulhamento a pé. Em outras palavras, entre eles o tipo de perfil não faz a menor diferença na percepção da sua baixa influência organizacional. Essa percepção é determinada, na verdade, pelo próprio fato de trabalharem nas ruas sem viaturas. No entanto, o resultado desse teste só reforçou o peso da variável personalidade ocupacional quanto ao seu em peso em relação à influência. Considerando-se apenas os outros policiais que não exercem o policiamento a pé, a razão de chance do “*peace officer*” ser influente aumenta. Passa a ser 95% maior do que entre os que não tem esse perfil.

Nexos causais do tipo r_6 : Foram encontradas quatro formas de influência da inserção organizacional sobre as atitudes em relação ao apoio público dado à polícia militar. A razão de chance de um oficial considerar que os movimentos de direitos humanos atrapalham a polícia é 51% menor que entre os praças, acontecendo o mesmo quando se trata da opinião de que a população está contra a polícia. Os militares que exercem o patrulhamento a pé tendem mais à opinião de que a população está contra a polícia. A razão de chance é 66% maior do que entre os que exercem outras atividades. Controlando a relação entre o perfil do tipo “*peace officer*” e a opinião se a população está contra a polícia, tanto pela patente quanto pela atividade (se realiza policiamento a pé ou não), tem-se por resultado que essa relação *deixa de existir*. Ou seja, nesse caso o perfil profissional não se mostra realmente relevante, pois é a proximidade do militar com a população que o leva ao sentimento de que a população se opõe à polícia. O efeito de valorizar os cursos de formação profissional sobre a opinião de que a população se opõe à polícia é negativo: razão de

chance 25% maior. Essa relação também se torna nula quando controlada pela patente. É espúria, já que os oficiais dão mais valor aos cursos de formação ao mesmo tempo em que não tendem tanto a considerar que a população está contra os policiais. Assim, a única forma que o tipo de personalidade ocupacional afeta a percepção de apoio dado pelo público é a atitude negativa do “*law officer*” em relação aos movimentos de direitos humanos, vendo-os como prejudiciais ao desempenho do trabalho policial. Essa análise será retomada na conclusão.

5. O POLICIAL MILITAR COMO AGENTE IMPLEMENTADOR DA SEGURANÇA PÚBLICA: CULTURA POLICIAL E A ESTRATÉGIA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

“Se contrastados com os cidadãos comuns, os policiais militares não são nem tão exóticos assim e nem tão despercebidos. Talvez, ao seu modo, eles sejam diversos e se queiram em boa medida equivalentes. Em suas irônicas, críticas e próprias palavras, os chamados PMs anunciam a seguinte advertência para os ‘civis’ que os observam, solicitam os seus serviços e os vigiam: ‘não somos Ets, também saímos dessa sociedade que está aí’.”

Jaqueline Muniz, *Ser policial é sobretudo uma razão de ser*

5.1. A complexidade das políticas públicas

A princípio as políticas públicas de qualquer natureza, sejam de segurança pública ou de meio ambiente, de distribuição de renda ou de geração de energia, podem parecer meros resultados de competição quanto à distribuição de bens, materiais ou simbólicos, que são gerenciados pelo estado.

Nada mais simplista que tal visão. O estado não é mero administrador e locador de bens. Um dos principais poderes estatais é a capacidade de impor, de forma sutil, as categorias de pensamento que utilizamos. Conceitos culturais, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídos como naturais pela ação do estado. Ele não dá, simplesmente, resposta aos problemas coletivos, mas é

agente ativo na história dos mesmos, integrando-os a uma complexa rede de relações, através da qual podem adquirir o *status* de universais. Enquanto tais, *aparentemente* “neutros”, fruto das contradições e pressões geradas pela própria vida social (Bourdieu, 1996: 91–124).

Bourdieu está chamando a atenção para o elemento, algumas vezes esquecido, tipicamente “político” do estado. Problemas públicos, como a segurança pública, não são neutros. Envolvem disputas quanto à sua definição e o modo de serem tratados. O momento de introdução de novas políticas, principalmente em áreas às quais a opinião pública é sensível, dá oportunidade de observação das inconsistências, incoerências e, às vezes, até mesmo fragilidades da própria ação governamental.

A capacidade de impor novos modelos às organizações nas quais as pessoas vivem depende da eficácia do capital simbólico e social mantido pelo estado, que pode variar entre seus vários setores. Dentro das visões a respeito da definição de um problema, e das várias outras sobre como solucioná-lo, o estado busca a capacidade de dar a palavra final, atribuindo-lhe o valor moral “correto” e distribuindo as responsabilidades quanto à sua solução:

“Governmental officials and agencies operate to define public issues, develop and organize demands upon themselves, and control and move public attitudes and expectations.” (GUSFIELD, 1981: 15)

Assim, quando dirigentes dos governos decretam novos princípios para as políticas públicas, estão buscando incorporar uma mudança cultural na sociedade. Novamente se afirma que seria leviano imaginar que todo esse processo se dá sem conflito. A visão oficial da realidade social é questionada por aqueles que não se conformam ou que perdem com ela. “Perda” aqui, pode ser entendida aqui não apenas

como econômica, mas também como moral ou simbólica. Por exemplo, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado, um certo modelo de família saiu perdendo moralmente. A legitimidade de vários atos dos pais em relação aos filhos (como as palmadas) passa a ser questionada e se abre a possibilidade de intervenção de um agente externo (o conselho tutelar) em situações anteriormente consideradas totalmente de caráter privado. Os defensores do antigo Código de Menores perdem simbolicamente, já que o conjunto de cadeias causais que utilizavam para definir e justificar modalidades de intervenção passa a ser tratado como ultrapassado pela lei.

“The structure of public problems is then an arena of conflict in which a set of groups and institutions, often including governmental agencies, compete and struggle over ownership and disownership, the acceptance of causal theories, and the fixation of I.”
(GUSFIELD, 1981: 15)

As conseqüências dessas observações em relação ao problema aqui analisado é que não se pode supor que as estratégias de policiamento comunitário, assim como a “polícia voltada para solução de problemas” ou ainda “interativa”, sejam simples respostas ao problema da criminalidade. Os efeitos do policiamento sobre taxas de criminalidade são questionáveis, não, obviamente, por que não existam, mas por quê o fenômeno criminoso é muito complexo, dependendo de uma série de fatores que escapam ao escopo da ação policial. Além disso, no capítulo 2, seção 2.2, se descartou o modelo de organização policial como perfeitamente adaptada ao ambiente, em um sistema do tipo *input-output*.

A nova definição que vem sendo dada ao papel da polícia nas sociedades democráticas contemporâneas se deriva, por um lado, de uma crise de legitimidade pela qual passa essa instituição, e por outro de um investimento de outras instâncias

da burocracia estatal no sentido de se apoderarem da questão da segurança pública. A “propriedade” de um problema público implica, entre outras coisas, adquirir poder e capacidade de canalizar recursos estatais (GUSFIELD, 1981).

A política de policiamento comunitário deve ser entendida como geradora de disputas entre diferentes agências da burocracia estatal⁸², já que tal política pode ser vista, por parte da organização policial, como ingerência externa sobre os “assuntos de polícia”. Isso sem contar os conflitos internos gerados nas próprias polícias. Para alguns policiais os mais “antigos” constituem-se como os focos de resistência à mudança, outros se consideram orgulhosamente da área “operacional”, em oposição à modalidade mais *light* de polícia comunitária, assim como vista e desvalorizada por muitos policiais.

Assim, as organizações policiais vêm-se em meio a um processo de transição, em que existe uma crise de legitimidade quanto a um modelo anterior, reativo de polícia, desgastado por suas limitações, mas que também não foi substituído por outro que se mostre realmente convincente ou satisfatório. Questão ligada, por sua vez, à ineficiência ou falta de capital simbólico do próprio estado.

Jean-Claude Monet (MONET,2001:275-310), ao falar dessa crise de legitimidade a partir do ponto de vista interno à cultura policial, aponta elementos interessantes:

- Policiais geralmente são pessimistas quanto às evoluções do mundo e céticos sobre a capacidade das autoridades para definir valores que possam basear a ação dos policiais na legitimidade.
- No passado era concebível encontrar, entre os policiais, uma visão clara sobre as partes “sadias” da população, distintas das classes “perigosas” mantidas nos subúrbios. Nesse contexto, os policiais tinham o

⁸² Como a que teve por resultado a queda de um secretário nacional de segurança pública, caso citado na nota de rodapé número 48.

sentimento de funcionar em perfeito acordo com as grandes instituições públicas e privadas de controle social que, da família à justiça, garantiriam a conformidade dos costumes e dos comportamentos com as regras e valores honrados no corpo social.

Hoje, no entanto, os policiais têm a impressão de que essas instituições não cumprem mais seu papel e que eles estão cada vez mais expostos na linha de frente, num contexto de degradação das estruturas tradicionais de autoridade. A tabela abaixo é um exemplo representativo dessa visão, demonstrando a visão dos policiais militares atuantes em Belo Horizonte a respeito de como os jovens mudaram nos últimos anos:

Tabela 16 – Aspectos nos quais os jovens mudaram de acordo com a opinião dos policiais

Variável	n.	(%)
São mais cooperativos	2	0,22
Não mudaram	44	4,75%
Eles pensam que entendem as leis	25	2,70
Sabem que, c/ mudança das leis, polícia teve função limitada	176	19,01
São mais agressivos, mais rebeldes	144	15,55
As gangues juvenis são um problema	22	2,38
Não têm mais respeito (pelos pais, pelas leis, pela polícia)	399	43,09
Eles não têm medo de nada e nem de ninguém	24	2,59
Hoje há mais delinquência	75	8,10
Outras	15	1,62
Total	926	100,00

Fonte: Pesquisa UFMG/FJP, 2000 (elaborada pelo autor)

Note-se que mais de 90% das respostas têm uma conotação pessimista, de que lidar com os jovens se tornou mais difícil, seja por um suposto “afrouxamento” da lei ou pela simples “falta de respeito” apresentada por essa parcela da sociedade.

O sentimento geral entre os policiais é que polícia, além de ter que lidar com os problemas árduos que a sociedade não consegue gerir, como a educação de seus jovens, tem que conviver com o desprestígio da profissão, remetendo ao processo de deslegitimação que afeta em cheio a polícia. Nesse contexto, seria de se esperar uma forte adesão, por parte dos policiais nas ruas, às aspirações dos “*policy makers*” nos altos escalões do sistema de defesa social?

O Plano Nacional de Segurança pública brasileiro define o modelo de policiamento comunitário, que aproxima o policial do cidadão, como estratégia fundamental para reestruturação das organizações policiais. No entanto, é bastante questionável que essa visão seja compartilhada, com entusiasmo, pelos agentes implementadores de linha. Isso configura um problema já clássico na literatura sobre políticas públicas, qual seja, do descompasso entre diretrizes formuladas nos níveis centrais da burocracia pública, e sua tradução no decorrer de uma cadeia organizacional que alcance, enfim, à população como um serviço público (MAZMANIAN & SABATIER, 1983). A tradução já é imperfeita mesmo para produção de bens menos complexos que a segurança (PRESSMAN & WILDAVSKY, 1973).

5.2. Notas sobre atitudes de policiais militares em relação à implementação do policiamento comunitário na cidade de Belo Horizonte

Realizar uma avaliação da implementação do policiamento comunitário pela Polícia Militar de Minas Gerais ultrapassa, em muito, o escopo deste trabalho. O que se pretende é contextualizar algumas falas dos policiais militares que ilustrem suas atitudes em relação às mudanças. Como salientado na seção anterior, trata-se de um controverso processo em andamento, que envolve uma série de conflitos quanto à

definição do significado da atividade policial e do seu *status* em meio a outras instâncias de controle social e agências de segurança pública.

O objetivo dessa seção é delinear algumas observações sobre a forma pela qual os policiais têm reagido ao contexto de tentativas de reforma. Teoricamente, uma mudança de definição situacional por parte dos policiais está em jogo. A implementação do policiamento comunitário só se tornaria uma realidade efetiva na medida em que modificassem a forma de ver a população e as representações sobre seu papel na sociedade.

Os dados que vem sendo utilizados neste trabalho foram coletados em momentos privilegiados. Os questionários do *survey* foram aplicados quando o policiamento comunitário começava a dar seus primeiros passos em Belo Horizonte. Já o material proveniente de entrevistas é fruto de um levantamento realizado em 2005, quando o discurso dessa estratégia de policiamento já estava oficialmente incorporado de uma forma mais incisiva.

No entanto, cabe observar que a possibilidade de comparação entre as duas fontes é extremamente limitada. A primeira é composta por dados quantitativos, coletados por questionário fechado. A segunda por gravações de entrevistas em moldes de grupos focais, nos quais a intervenção do pesquisador é mínima e que há interação entre os pesquisados.

Com relação ao policiamento comunitário, os resultados quantitativos coletados na pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro e UFMG apresentam dados que reforçam a tese de fechamento da cultura policial, em termos de uma separação clara entre o “nós” e “eles” do ponto de vista dos policiais militares. Esse distanciamento se reflete em atitudes negativas em relação às percepções do apoio recebido pela população⁸³. Além disso, fica patente a falta de adequação do policial de rua a um

⁸³ Ver a *Tabela 9*.

perfil ocupacional mais comunicativo e orientado para atividades preventivas, denominado por Bittner de “*peace officer*”⁸⁴. Os depoimentos coletados na pesquisa realizada para SENASP demonstram o desconforto do policial frente às situações nas quais seu trabalho é incompreendido pelo público, vendo-se como alvo de preconceitos e estigmas⁸⁵.

O modelo de polícia comunitária vem sendo assumido em várias partes do mundo. Segundo seus princípios, a função policial baseia-se na resolução de problemas da comunidade, que se desloca para a centralidade da missão policial. A inclusão deste aspecto implicaria em importantes alterações na cultura tradicional de polícia. Seriam necessárias uma maior abertura e aproximação com a sociedade, uma vez que, com mais contato com a comunidade local (composta de pessoas, lugares e problemas), o policial teria melhores condições de desempenhar seu papel de forma mais eficaz⁸⁶.

Ao invés de limitar-se a atuar sobre incidentes de uma forma isolada, o policiamento comunitário orienta as atividades dos policiais para diagnósticos situacionais mais detalhados, de longo prazo, possibilitando melhor alocação de recursos para o combate ao crime e manutenção da ordem (BAYLEY & SKOLNICK, 2002, BRODEUR, 2002). Entre outros elementos, o policiamento comunitário supõe uma orientação que ficou conhecida como voltada para “solução de problemas” (GOLDSTEIN, 2000).⁸⁷

⁸⁴ Ver capítulo 4, seção 4.2.

⁸⁵ Ver capítulo 2, seção 2.5.

⁸⁶ A maior “proximidade com a comunidade” é, claro, uma faca de dois gumes, não podendo ser tomada totalmente como pressuposto de melhor policiamento. Na sua introdução ao tema “Estado, polícia e comunidade”, Orlando Pinto de Miranda cita os esquemas de suborno organizado pelos próprios policiais em postos de polícia comunitária (MIRANDA, 2006: 14).

⁸⁷ O governo brasileiro, a partir da promessa de reforma que vem erigindo desde o período da conhecida Reforma Bresser, tem buscado passar uma nova imagem de eficiência e responsividade frente às demandas sociais. Como exemplo dessa postura, no estado de Minas Gerais, desde seu primeiro mandato, o governador atualmente reeleito Aécio Neves tem como uma de suas principais bandeiras políticas o

Segundo Cláudio Beato, para serem bem sucedidas as experiências de policiamento comunitário requerem amplos processos de reforma na estrutura da organização policial (BEATO, 2006, ver também LEITE, 2002). Não se nega de forma nenhuma tal asserção. No entanto, deve ser observado que o presente trabalho se concentra apenas nos elementos da cultura policial, assim como expressos nas atitudes dos policiais em relação à sua atividade.

Os resultados das entrevistas não deixaram dúvida de que a percepção de que “algo está mudando” na prática policial, apesar de algumas vezes os policiais militares terem bastante dificuldade de expressar exatamente o conteúdo de tal mudança.

“E com o decorrer do tempo, a polícia viu que a necessidade da polícia não era fisicamente, era mental, era coisa, que vem da cabeça, o QI, né! Hoje nós estamos tendo uma qualidade da polícia melhor, porque, antigamente nós trabalhávamos era com a força física, hoje nós trabalhamos com que, com a cabeça.” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Os policiais relataram repetidas vezes que existe certo contraste entre o policiamento que se faz hoje e o realizado pelo policial “antigo”. Porém, nem mesmo um curso de formação já voltado para a filosofia de policiamento comunitário demarca, de forma clara, as implicações práticas das mudanças. Pelo contrário, foi enfatizado o caráter muito “teórico” do curso, reforçando a questão da importância e singularidade do “saber de rua”:

discurso sobre o “choque de gestão”. A polícia militar, como um dos órgãos mais visíveis do estado, seria um dos alvos de tais mudanças. Isso significa que, em termos ideais de uma reforma do serviço público, uma imagem de modernização deveria ser incorporada e repassada ao público pelo policial.

“A própria Polícia Militar, ela não quer a gente que está formando se misture com os policiais mais antigos, porque alguns não gostam do policiamento comunitário, e a gente que é duma nova geração, da era do computador, pra gente é fácil, mas pra policiais que está aí há quinze anos é difícil adaptar... a gente sente essa falta, porque lá no curso lá, tudo é muito fácil, os comandos que você dá as pessoas respeitam e tal, ocorre da maneira boa de se acontecer, mas a gente sabe que na rua é totalmente diferente, é o grau de tensão. Então a gente foi prejudicado por essa situação, mas a gente entende o pensamento lá de cima, mas a gente acha que talvez poderia ser feito de uma outra forma” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Essa dependência de socialização com os mais experientes demonstra um pouco da recalcitrância da cultura policial em relação a mudanças. A pesquisa revelou inclusive algumas críticas dos policiais ao policiamento comunitário. Uma delas reflete o distanciamento, já explorado na análise dos dados quantitativos, entre oficiais e praças. Nessa crítica o policiamento comunitário seria visto como “moda dos oficiais”, que não funcionaria muito. Outros chegaram a dizer que se trata de uma estratégia de relações públicas, voltada para melhorar a visão deteriorada que a população tem da polícia.

O distanciamento e descontentamento dos praças em relação aos oficiais é uma constante que acompanha a organização policial militar. Parece que a implementação do policiamento comunitário padece, em parte, do pecado de querer “colocar vinho novo em odres velhos”.

Mas também ocorreram progressos. Quem participou da fase em que a polícia comunitária estava começando a ser implementada na corporação geralmente se ressentiu do conflito identitário provocado por uma distorção do processo. Nos bairros de classe média ou de concentração de comércio a população se organizava para

comprar equipamentos para polícia. Isso levava alguns cidadãos a tratar os policiais como empregados privados:

“Era um absurdo. Desse jeitinho que tô te falando: chegou a dona na cia reclamando que a viatura ‘do bairro’ não estava lá. Quê que ela tava fazendo em outro lugar. Eles tinham pago pra ela ficar no bairro.” (Cabo entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Isso ofendia profundamente os militares, pois feria um dos seus princípios básicos de atuação e identidade. Em seus encontros com o público o policial busca emitir mensagens que reforcem o valor de determinadas regras. Para isso, ele trabalha dentro de uma “*frame*” que orienta os significados das interações. Ela define, por exemplo, que ninguém deve falar mais alto que o policial, ou desrespeitá-lo de qualquer outra forma; que ele diz quando as pessoas devem ser “liberadas” de uma abordagem; fornece o senso comum de que o policial é o orientador técnico sobre procedimentos cabíveis no caso de ocorrência de um crime, etc.

Concluindo, dentro da perspectiva da dramaturgia social, a pergunta crucial em relação à implementação do policiamento comunitário passa a ser a seguinte: o que muda no *script*? Como um “policial comunitário” aborda as pessoas? Qual significado deve dar a uma situação de interação informal com o público: passaria, ou não, a fazer parte de uma “estratégia interativa” de trabalho policial?

Adotar a perspectiva do policiamento como “efeito dramático”, assim como definido por Peter Manning, leva a entender a atividade de controle social como uma metáfora teatral, que depende muito, portanto, da manutenção das aparências:

“The dramatic analogy enables one to uncover the potential that social control activities manifest as ceremonies that symbolize order, renew boundaries, and provide limits of acceptable social conduct.” (MANNING, 1977: 23)

Existem muitas dificuldades envolvidas na empreitada de tentar modificar a cultura policial. Um investimento que não seja muito amplo, envolvendo toda a corporação e afetando as suas características de fechamento e autoproteção, dificilmente terá grandes impactos sobre a conduta efetiva do policial.

Muitos policiais também expressaram nas entrevistas um sentimento de que a polícia comunitária tem apresentado bons resultados, como no depoimento que se segue:

“Desde que eu comecei a trabalhar com policiamento comunitário, eu faço policiamento comunitário em uma escola, estou muito satisfeito com meu trabalho. A gente desenvolve um bom trabalho junto às escolas.” (soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

No entanto, nesse e em outros depoimentos, constatou-se que os exemplos dados de atuação efetiva em moldes comunitários tende a aparecer vinculada a uma tecnologia específica: uma viatura especializada para os fins de polícia comunitária, a tarefa de desenvolver uma atividade educativa em um aglomerado, participar de um projeto social, etc. Existem programas definidos como próprios de polícia comunitária, como o “Juventude e polícia” ou o PROERD ⁸⁸.

⁸⁸ Trata-se de programas implementados pela Polícia Militar de Minas Gerais principalmente junto às escolas. Ambos trabalham com a estratégia de aproximar a polícia dos adolescentes e jovens, sendo o primeiro voltado para diminuir taxas de delinquência infanto-juvenil e o segundo para combate ao uso de drogas (PROERD: Programa de Erradicação das Drogas).

Apesar das declarações, entre os pesquisados, de que o policiamento comunitário representaria uma “filosofia geral” de atuação na corporação, a sua verdadeira incorporação na cultura organizacional parece se dar apenas entre policiais que têm a oportunidade de lhe dar sentido pela experiência. Assim, ser um policial voltado para a atuação em moldes comunitários não se configura como um novo estilo ocupacional, criado a partir das transformações organizacionais, como poderia eventualmente poderia ser pensado. Antes, refere-se a práticas que se adequam, em maior ou menos grau, a algum dos perfis ocupacionais pré-existentes. No caso do “*law officer*”, as práticas de policiamento comunitário serão vistas provavelmente como secundárias em relação à missão policial, que deve ser encarada com coragem e disposição para utilização da força. Já no caso do “*peace officer*”, a disposição para ouvir e ter capacidade de tomar decisões que colaborem na solução de problemas colocados membros das comunidades é que são tomadas como fatores importantes, revelando afinidade com a estratégia de policiamento comunitário.

CONCLUSÃO

“An understanding of how police officers see the world and their role in it – ‘police culture’ – is crucial to an analysis of what they do, and their broad political function.”

Robert Reiner, *The politics of the police*

Pesquisas sobre a cultura organizacional de polícia fatalmente vão se enquadrar em pelo menos uma das duas seguintes perspectivas: Ou conceituá-la como fenômeno ocupacional que engloba todos os integrantes do grupo, ou com foco sobre as diferenças entre os policiais dentro de uma mesma corporação (PAOLINE III, 2004). Ao invés de tratar as duas concepções como conflitantes, neste trabalho se vê as duas abordagens como complementares.

A partir de alguns desenvolvimentos da literatura sobre o assunto, buscou-se realizar uma análise da cultura organizacional de polícia de forma receptível aos dois tipos de enfoque. Por um lado, a cultura policial é dotada de certas crenças e atitudes amplamente compartilhadas entre várias organizações policiais ao redor do mundo. Como indicado por Skolnick, acredita-se que aspectos praticamente universais do trabalho policial, como o perigo, o uso da autoridade e a pressão por aparentar eficiência, levam a traços comuns de cultura policial (SKOLNICK, 1966). Esses traços foram delineados na seção 2.6 do capítulo 2. Elementos como uma visão negativa com

relação ao público, a convivência com pouco prestígio popular, certo fechamento institucional somado a uma forte solidariedade interna, a centralidade de uma missão, não são características exclusivas da Polícia Militar de Minas Gerais. Pelo contrário, contribuem para formação de um *habitus* quase universal de polícia. Por outro lado, estacionar a análise nesses fatores gerais levaria a uma concepção simplista, massificada, da cultura policial. Mesmo policiais dentro de uma mesma corporação apresentam diferenças significativas, que não se devem simplesmente ao acaso ou à pura subjetividade. Apostou-se em um esquema teórico capaz de contemplar as variações por um prisma de causalidade. Para isso, buscou-se afastar de uma perspectiva estrutural ou funcional em prol de uma perspectiva individualística, interacionista. É claro que a cultura, em qualquer nível que seja analisada, possui elementos antecedentes que lhe afetam, assim como conseqüências interpretáveis à luz das disposições que gera. No entanto, se evitou utilizar a expressão “sistema cultural”. O referencial teórico utilizado é baseado na perspectiva do individualismo-metodológico, configurando uma sociologia da ação. Ou seja, falar da cultura apenas em nível abstrato dos “valores” e “conceitos culturais” não contemplaria uma reflexão sobre o caráter cognitivo dos agentes, suas verdadeiras percepções e estratégias de adaptação aos contextos de interação colocados pela atividade ocupacional.

Ao contrário da idéia que um estudo sobre o tema cultural poderia sugerir, o presente trabalho também não consistiu em uma pesquisa com traços etnográficos. O objetivo não foi, em momento algum, trabalhar minuciosamente corolários da cultura policial em seus ricos detalhes (Se bem que uma análise *situacional* mais aprofundada o exigiria).

Em vez de uma pesquisa com caráter descritivo, a meta perseguida foi tentar entender atitudes dos policiais militares como variáveis interligadas, dentro de uma rede de conexões plausíveis e compreensíveis. O modelo representado pela *figura 2* é

uma hipótese de como indivíduos podem construir perfis que os situam dentro de uma organização. Não se trata de um sistema fechado que impõe conformação dos agentes à sua lógica interna. Pelo contrário, o pressuposto básico foi ancorado na preocupação de ver os dados de forma coerente com a sua verdadeira fonte: a subjetividade dos policiais militares. Mas se trata de uma subjetividade organizada pela experiência. Esse entendimento remete aos conceitos de “*self*”, a capacidade reflexiva dos atores de fazerem-se objeto de sua própria ação, de modo que possam atuar nos diversos contextos de interação (GOFFMAN, 1985), e de *habitus*, a competência simbólica que leva os indivíduos a assumirem posturas construídas socialmente como se fossem comportamentos naturais.

Como o objeto de análise se circunscreveu a uma única instituição e territorialidade, a Polícia Militar de Minas Gerais em Belo Horizonte, houve a possibilidade de mensurar efeitos da experiência comum, geradora dos padrões atitudinais encontrados: Duas personalidades ocupacionais de polícia (o “*law officer*” e o “*peace officer*”); dois perfis de reconhecimento profissional (o influente e o com chances de promoção); e três formas dominantes de ver o público a partir do tipo de “apoio” dado à polícia (direitos humanos são um problema, a população não respeita as leis e a polícia, a população é contra a polícia).

Os dois perfis ocupacionais são padrões de orientação dos *selves* institucionalizados, que envolvem não só a auto-imagem construída pelos policiais, mas também orientam as expectativas que os colegas podem ter em relação a eles. Além disso, ostentar um ou outro desses diferentes estilos ocupacionais indica, provavelmente, as pretensões de definição da situação emitida pelos policiais em suas interações cotidianas com a população. Em outras palavras, um “*law officer*” buscará emitir a impressão de força e autoridade, demonstrando sua competência para resolver eventuais situações em que a violência de algum oponente deva ser contida. Já

o “*peace officer*” buscará uma postura que passe a imagem de uma pessoa inteligente, que deve ser respeitada pela capacidade de analisar cada caso que aborda, ouvindo as partes para emitir decisões fundamentadas.

Cabe observar que não existiu a pretensão de que de afirmar que os dois tipos de personalidade ocupacional encerram todas as predisposições dos atores em relação ao desempenho dos papéis a desempenhar. A lista de funções a serem assumidas por um policial militar acaba se tornando tão complexa quanto o que sugere a seguinte afirmação: Chama-se a polícia para quase todo tipo de problema que, na verdade, não se sabe a quem recorrer.

Entre as classes mais baixas, os policiais militares acabam prestando uma série de serviços bem diversos de sua missão, assim como entendida pelos próprios policiais:

“Porque nós fazemos parte do sistema de defesa social (...) a polícia militar faz parte do sistema de defesa social do Estado, mas na verdade nós, policiais militares, fazemos às vezes de muitos outros órgãos que fazem parte do sistema e não atuam onde deveria atuar (...).” (Soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

De qualquer forma, o “*law officer*” é um policial militar que destaca as qualidades de coragem e emprego da força física como os elementos necessários ao desempenho de seu papel⁸⁹. Ser destemido é a característica que o afasta dos outros cidadãos que não são policiais e que o define como uma pessoa competente naquilo que faz. Esse perfil tem afinidade com a visão de que o objetivo da organização policial é a “guerra contra o crime”, sendo mais comum entre os militares que realizam patrulhamento motorizado. Esse dado reforça a crítica ao “modelo profissional” de

⁸⁹ Ver a *tabela 5* (resultado de análise fatorial).

polícia (LEITE, 2002). O investimento em viaturas, executando rondas e realizando intervenções a partir das chamadas de emergência, parece favorecer certo distanciamento entre os policiais e a população, já que o “*law officer*” não atenta para o diálogo como um instrumento de trabalho preventivo, o que possibilitaria uma postura de aproximação com as comunidades nas quais realiza seu serviço de patrulhamento.

A existência de mais policiais na família reforça esse tipo de perfil ocupacional. Como já explorado na tese, o distanciamento entre o “nós”, da corporação, e o “eles”, os “civis” ou “paisanos”, é um dos aspectos centrais da cultura policial⁹⁰. Fazer parte de famílias das quais participam outros policiais parece favorecer esse fechamento. Uma interpretação possível é que o compartilhar os acontecimentos, histórias e assuntos próprios do meio policial no ambiente doméstico, alimenta o sentimento de pertença a esse grupo específico, fortalecendo uma identidade que dispensa mais facilmente a necessidade de outras referências coletivas.

O perfil “*law officer*” é raro entre aqueles que exercem atividades de escritório e entre as policiais femininas. Trata-se de policiais que não consideram o uso da força como principal habilidade profissional. Ou seja, as identidades dos policiais, e a forma que manifestam traços da cultura policial, estão ancoradas em suas experiências reais, a partir de uma síntese entre as características do indivíduo e de sua inserção na polícia.

O “*peace officer*” encara que a predisposição para uso da força como um fator que não é tão importante para o desempenho de sua atividade. Pelo contrário, ser capaz de solucionar problemas colocados pelas pessoas e pelas comunidades, ter paciência e capacidade de tomar decisões, sabendo lidar com situações de tensão, são

⁹⁰ Capítulo 2, seção 2.6.

as qualidades que valoriza para o bom desempenho de seu trabalho⁹¹. Esse perfil é mais comum entre os oficiais do que entre os praças. Trata-se de policiais com um nível diferenciado de preparação, que freqüentam um maior número de cursos de aperfeiçoamento e atualização. Apresentar um estilo mais reflexivo seria algo previsível, ainda mais que os desafios práticos colocados ao seu desempenho não incluem tantas situações em que essa postura seja colocada em xeque. É exatamente o contrário do que acontece com o praça que atua em maior contato com o público nas ruas. Os dados demonstram que é bem menos provável encontrar um “*peace officer*” entre os policiais militares que executam patrulhamento a pé, se comparados aos que estão em suas atividades de escritório, oficiais ou não.

Os dois tipos de personalidade ocupacional de polícia são diferentes manifestações em nível individual do que se tem denominado de cultura policial. Apostou-se, ainda, na sua capacidade de orientar a percepção dos policiais em relação a diferentes questões, internas e externas à organização. Nesse sentido, outra descoberta empírica foi a relação entre possuir o estilo de “*peace officer*” e ter não só a capacidade de realizar sugestões ao superiores, como também de ser ouvido. Essa capacidade de influência talvez possa ser explicada pelo fato do “*peace officer*” estar mais inserido dentro do que seria o ideal organizacional. Há vários anos o discurso da prática preventiva e da aproximação com a população tem sido adotado pela Polícia Militar de Minas Gerais. Isso leva à seguinte hipótese: Além de ser alguém, por definição, mais comunicativo, o “*peace officer*” encontra vazão para expor suas idéias uma vez que encontrará provável respaldo nos objetivos oficiais da corporação. Mas uma vez, lembre-se que se está falando do nível discursivo. Saber exatamente em que medida essa influência chega a causar mudanças organizacionais significativas corresponderia a outro problema de pesquisa. No entanto, por inferência teoria, dentro da perspectiva da dramaturgia social, supõe-se que a maneira pela qual o agente vê a

⁹¹ Ver a *tabela 4* (resultado de análise fatorial).

si mesmo vis-à-vis as interações cotidianas acarreta forte direcionamento do comportamento. Uma vez declarado que os oficiais realmente acataram as sugestões dadas, entende-se que esse compartilhamento de significados possibilita a emergência e sustentação de novos *scripts* para atuação, o que não aconteceria se não houvesse nenhum retorno por parte dos oficiais, comportando-se com uma platéia inerte e desinteressada frente às indicações dadas pelos praças.

Além de ter influência sobre como o policial militar se vê dentro da organização, o seu respectivo perfil ocupacional também interfere nas representações direcionadas ao cliente dos serviços prestados por ele: o público em geral. O “*peace officer*”, confirmando sua tendência de menor distanciamento, afirma mais raramente que a população esteja contra a polícia. Ao mostrar maior predisposição ao diálogo, ele sobrepõe, com menor grau de dificuldade, as barreiras colocadas pelas características da polícia como “instituição total”⁹². Uma dessas barreiras diz respeito ao fato que, nas instituições totais, a forma que o indivíduo é visto pelos outros participantes do próprio grupo tem mais peso que a forma como é percebido pelos de fora. As opiniões correntes de que o público não entende o que é ser um policial, uma vez que apresenta uma visão distorcida e caricata⁹³, reforçam a atenção do militar para a audiência que é digna de crédito: seus próprios colegas.

Após todas essas constatações empíricas, voltou-se no último capítulo para algumas reflexões sobre uma realidade que escapa ao contexto no qual foram coletados os dados quantitativos utilizados nesta tese: a implementação do programa de policiamento comunitário. Para isso se problematizou, em primeiro plano, a complexidade envolvida em processos nos quais órgãos do estado buscam redirecionar suas funções. De forma meio contraditória, o policiamento comunitário é uma resposta à crise de constante perda de legitimidade da instituição policial nos

⁹² Trata-se de um tipo-ideal, delineado entre as páginas 78 e 82.

⁹³ Ver a *tabela 9*.

regimes democráticos, vista como constrangedora das liberdades individuais⁹⁴, ao mesmo tempo em que não dá conta de sua missão oficialmente estabelecida: conter o crime⁹⁵. No entanto, o policiamento comunitário em si não demonstrou, até o momento, ser capaz de, pelo menos, manter baixos os níveis de medo ou violência subjetiva em meio à população (BEATO, 2006, MIRANDA, 2006).

Definir a interatividade como estratégia da organização policial despertou a crítica, entre populares e os próprios policiais, de que se perderia ao abandonar a ênfase no trabalho repressivo. Pelo menos dentro do universo dos policiais militares, indícios de mudança em relação a essa opinião foram constatados. Apesar de ser visto muitas vezes como uma modalidade mais “leve” de atuação, em oposição a ser do “operacional”, o policiamento comunitário vem sendo adotado, pelo menos no nível do discurso, como uma filosofia compartilhada de maneira geral pelos membros da corporação.

As atitudes dos policiais militares frente às mudanças organizacionais são diversas. Contrastes entre praças e oficiais ressurgem, na medida em que entre os níveis mais baixos da hierarquia o policiamento comunitário é visto algumas vezes como uma mudança imposta por indivíduos que, apesar de ocuparem posições de autoridade, não teriam um conhecimento prático de como as coisas funcionam no cotidiano das ruas. No entanto, isso não quer dizer que nada de novo esteja acontecendo. Informações geradas por grupos focais mostram que as reformas pelas quais passa a Polícia Militar de Minas Gerais têm gerado até novas atitudes entre os policiais. No entanto, o que se questiona é se tais atitudes seriam capazes de formar um novo tipo de personalidade ocupacional entre os policiais. Mesmo que tenham a capacidade de se autodefinirem como atuantes dentro da filosofia de policiamento

⁹⁴ Movimentos de Direitos Humanos geralmente vêem a polícia como um dos seus principais antagonistas.

⁹⁵ Intervenções do Exército nas ruas e favelas do Rio de Janeiro são bem ilustrativas desse ponto.

comunitário, pouco se sabe, ainda, sobre o que isso significa quanto ao processo de rotinização de sua conduta. Apenas atividades pontuais, consideradas próprias de polícia comunitária, parecem fornecer novos e claros *scripts* para ação, em oposição a uma vaga noção de que a participação do público possa ter algum tipo de relevância ou contribuição para o planejamento das atividades de policiamento.

De acordo com o ponto de vista dos próprios policiais, a sociedade ou os membros da comunidade tem sua participação nos assuntos de segurança geralmente limitados à denúncia de situações específicas⁹⁶. Tal limitação é compatível com o modelo reativo tradicional, e não com diagnóstico de situações capazes de gerar a ocorrência de crimes, condição para atuações preventivas (LEITE, 2002). Isso exigiria um grau de abertura maior do que o apresentado na fala a seguir:

“Às vezes (a participação da sociedade) atrapalha, porque, às vezes, a própria sociedade acha que conhecendo mais polícia, por exemplo, o policial atuando numa área ele vem querendo mudar, mudar ali o seu foco, aí fala: – não cê não tem que fazer isso, cê tem que fazer isso. Aí eu acho que já extrapolou o papel dele.” (soldado entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Esse ponto de vista ainda foi reforçado por alguns dos oficiais entrevistados, como mostra o trecho seguinte:

“Então acho que o ambiente hoje é desfavorável para a participação da comunidade na solução desses grandes problemas que a gente tem. A comunidade participa

⁹⁶ Essa visão gerou sérios problemas no momento de implantação dos CONSEPs, Conselhos Comunitário de Segurança Pública. Os mesmo foram vistos como espaço de se realizar denúncias contra criminosos, o que desvirtuou o propósito de debate amplo dos problemas de segurança da comunidade, para o qual foi originalmente planejado.

discutindo... alegando alguns problemas específicos dos bairros, sim. Mas é uma participação muito restrita.” (Coronel entrevistado da PMMG – pesquisa SENASP)

Esse tipo de postura dos policiais faz com que as reivindicações em prol de uma “democratização” das polícias passem a fazer algum sentido, pois seria uma condição para prestar serviços mais responsivos aos anseios da sociedade, além de possibilitar algum grau de *accountability* por parte da organização policial⁹⁷. Por sua vez, a população, além de todos os infundados estereótipos e estigmas que ostenta em direção à polícia, tem abertas as oportunidades de perceber em seus eventuais encontros com policiais que esse distanciamento é real, uma vez que o sentimento de orgulho por estar centrado na esotérica missão de manutenção da ordem dificilmente será deixado de lado por eles, sendo um dos componentes de sua identidade⁹⁸.

A questão da ordem social permite discutir o simbolismo que envolve a vida humana a partir de um enfoque privilegiado. Tem-se, por um lado, aquilo que permite a existência das organizações, ou seja, a crença de que estados sociais futuros são previsíveis e projetáveis, permitindo a associação de indivíduos em projetos comuns, seja econômicos, recreativos, políticos, etc. Por outro lado, tem-se o meio pelo qual esses mesmos indivíduos vivem internamente essa ordem: símbolos compartilhados, culturais, que, para além da linguagem falada e escrita, possibilitam a troca de experiências e objetivos socialmente construídos, por mais contraditórios que possam parecer. Suas matérias-primas são atitudes, crenças e também sentimentos. Nesses termos, talvez a ambigüidade da identidade policial, como figura ora respeitada e desejável, ora odiada, é a mesma apresentada pelo estado, dado o que ele representa. Demonstra, assim, as próprias contradições daquilo que chamamos de ordem social,

⁹⁷ Para uma discussão sobre *accountability* aplicada à polícia, ver BEATO (1999b).

⁹⁸ Ver páginas 88–90 e a nota de pé 51.

sempre tão criticada, mas sem a qual não entenderíamos como a convivência seria possível.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, J. C. "O novo movimento teórico". *RBCS*, n. 4, vol. 2, Junho/1987
- . *Twenty lectures: sociological theory since world war II*. New York: Columbia University Press, 1987
- ARCHER, M. *Culture and agency: the place of culture in social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988
- BABBIE, Earl. "Estatística social" e "Técnicas multivariadas avançadas" In: *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ufmg, 1999
- BARBETTA, Pedro A. "Análise de dados categorizados" In: *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ufsc, 2006
- BARROS, Lúcio. "Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial". Universidade Federal de Minas Gerais (Tese de doutorado do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Departamento de Ciência Política), 2005
- BAYLEY, David. "Criando uma teoria de policiamento" In: *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2001
- BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. "Perspectivas da inovação da polícia" In: ----- . *Nova polícia*. São Paulo: Edusp, 2001
- BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. "Possíveis obstáculos ao policiamento comunitário" In: ----- . *Policiamento comunitário*. São Paulo: Edusp, 2002
- BEATO F., Cláudio C. & PAIXÃO, Antônio L. "Crimes, vítimas e policiais". *Revista de sociologia da USP*. Vol.9, n.1, 1997
- BEATO F., Cláudio et all. "Estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória". Relatório de pesquisa do Concurso de Pesquisas Aplicadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da

Justiça.(http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/est_org_pol_claudio.htm), 2005⁹⁹)

BEATO F., Cláudio. “Ação e estratégia das organizações policiais. Paper apresentado no III Seminário Brasileiro sobre Polícia e Sociedade Democrática. Fundação Ford/Centro de Interaci del Desarrollo/Viva Rio/Museu da República, Rio de Janeiro, 1999^a

----- . “Informação e desempenho policial”. *Teoria e sociedade*. N. 7, Jun/2001

----- . “Políticas públicas de segurança: eficiência, equidade e accountability”In: MELO, M. (org.) *Reforma do estado e mudança institucional no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999b

----- . “Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário” (site www.crisp.ufmg.br, acessado em outubro de 2006)

BEHN, R. D. “O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática”. *Revista do Interac público*, n.4, 1998

BENNETT, Richard R. “Becoming blue: a longitudinal study of police recruit occupational socialization”. *Journal of police science and administration*, vol.12, n.1, 1984, pp.47–58

----- . & MORABITO, Melissa S. “Determinants of constables perceptions of community support in three developing nations”. *Police quarterly*. Vol.6, N.10, 2004, pp.1–32

----- . & CORRIGAN, R. “Police occupational solidarity: probing a determinant in the deterioration of police/citizen relations”. *Journal of criminal justice*. Vol.8, 1980, pp.111–122

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973

BITTNER, Egon. *The functions of the police in modern society*. Washington: National Institute of Mental Health, 1970

----- . *Aspects of police work*. Boston: Northeastern University Press, 1990

BLALOCK JR, H. M. “Explicação e teoria”In: *Introdução à pesquisa social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973

BLUMER, H. *Symbolic interactionism: Perspective and method*. New Jersey: Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1969

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993

BOUDON, R. (org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979

⁹⁹ Como participou da elaboração e execução da pesquisa, o autor dispõe de dados que não estão publicados no relatório final. Há autorização da SENASP para utilização das informações.

- BOURDIEU, P. *La distincion*. Madrid: Taurus, 1988.
- . *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand, 1989
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996
- . & PASSERON, J. “La elección de los elegidos” In: *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona: Labor, 1969
- . & WACQUANT, L. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992
- . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade – o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907–1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997
- CERQUEIRA, Carlos M. N. *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. São Paulo: Freitas Bastos (Coleção Polícia Amanhã), 1999
- CORREIA, Mark et. alli. “Public perceptions of of state police: an analysis of individual–level and contextual variables”. *Journal of criminal justice*. Vol.24, 1996, pp.17–28
- COSTA, Arthur & MEDEIROS, Mateus A. “A desmilitarização das polícias: policiais, soldados e democracia”. *Teoria e sociedade*. N.11, Vol.1, Jan/2003
- COSTA, Arthur. *Entre a lei e a ordem – Violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004
- COTTA, Francis A. *Breve história da polícia militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006
- CRANK, John. *Understanding police culture*. Cincinnati: Anderson Publishing Co., 1998
- CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático*. Brasília: UNB, 1981
- DIMMAGIO, P. & POWELL, W. “Introduction” e “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality” In: -----.(orgs.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991
- DURKHEIM, É. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1989
- DURKHEIM, É. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970
- ELSTER, J. “Intentional explanation” In: *Explaining technical change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

- EMSLEY, Clive. "The birth and development of the police" In: In: NEWBURN, Tim (org.). *Handbook of policing*. Portland: Willan Publishing, 2003
- ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio & MEIRELES, Amauri. *Entendendo a nossa insegurança*. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003
- ETZIONI, Amitai. *A comparative analysis of complex organizations*. New York: The Free Press, 1961
- FIGUEIREDO, M. & FIGUEIREDO, A. "Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referências teóricas". *Análise e conjuntura*. N.1, vol.3, 1986
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- GEUSS, R. "Teoria crítica" In: *Teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas: Papirus, 1981
- GIDDENS, A. *As novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996
- *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989
- "Erving as a systematic social theorist" In: *Social theory and modern sociology*. Standford: Standford University Press, 1987
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985
- *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Harvard: Harvard University Press, 1974
- *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987
- *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988
- GOLDSTEIN, Herman. "Toward community-oriented policing: potential, basic requirements, and threshold questions" In: ALPERT, Geoffrey P.(org.). *Community policing contemporary readings*. Illions: Waveland Press, 2000
- GONOS, H. " 'Situation' versus 'frame': The 'interactionist' and the 'strutucturalist' analyzes of everyday life". *American Sociological Review*, 1977, vol.42, nº 6, (dezembro), pp. 854–867
- GUSFIELD, J. *The culture of public problems*. Chicago: University of Chicago Press, 1981 pp.1–23
- HABERMAS, J. "Técnica e ciência enquanto 'ideologia'" In: *Habermas*. São Paulo: Abril (Coleção *Os Pensadores*), 1985

- HAGGET, Maria F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992
- HAIR, Joseph et all. "Factor analysis" In: *Multivariate data analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, 1995
- HANSEN, Donald. *An invitation to critical sociology: involvement, criticism, exploration*. New York: The Free Press/McMillan, 1976
- IANNI, Elizabeth R. & IANNI, Francis. "Street cops and management cops: The two cultures of policing" In: PUNCH, M. (org.) *Control in the police organization*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton, 1990
- IZQUIERDO, Santiago V. "Culturas institucionais e direitos humanos: uma contribuição da antropologia" In: Zaverucha, Jorge et alli. *Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana, 2002
- KANT DE LIMA, Roberto. " 'Cultura policial' em uma perspectiva compara: Brasil e EUA". Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (Texto apresentado em seminário sobre segurança social e formação policial na UERJ), 1997
- LEMERT, E. "Estructura social, control social y desviación" In: *Anomia e conducta desviada*. Buenos Aires: Paidós, SD
- LEITE, Karina Rabelo. "Mudanças organizacionais na implementação do policiamento comunitário". Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de mestrado do Departamento de Sociologia e Antropologia), 2002
- LEMGRUBER, Julita (org.) *A instituição policial*. Revista OAB/Rio de Janeiro, n.22, julho/1985
- LIMA JÚNIOR, Augusto. "Crônica militar" (mimeo), Belo Horizonte, 1969
- MAINES, D. R. "Mith, text, and □nteracionista complicity in the neglect of Blumer's macrosociology". *Symbolic interaction*, Vol. 11, n. 1, 1988, pp. 43-57.
- MANNING, Peter. *Police work: the social organization of policing*. Cambridge: MIT Press, 1977
- . *Police contingencies*. Chicago: University of Chicago Press, 2003
- MARCH, James & CYERT, R. M. "The behavioral theory of the firm: a behavioral science-economics amalgam" In: *The new perspectives in organization research*. New York: John Wiley, SD
- MARCH, James & COHEN, Michael & OLSEN, Johan. "A garbage can model of organizational choice". *Administrative Science Quarterly*, Vol. 17, n.1, Mar/1972 pp. 1-25
- MARCH, James & OLSEN, Johan. *Democratic governance*. New York: The Free Press, 1995

- MARCH, James & OLSEN, Johan. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*. New York: The Free Press, 1989
- MARCH, James & SIMON, Herbert. *Teoria das organizações*. São Paulo: FGV, SD
- MARCINEIRO, Nazareno & PACHECO, Giovanni. *Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis: Insular, 2005
- MAZMANIAN, D. & SABATIER, P. *Implementation and public policy*. Illinois: Foresman and Company, 1983
- MEAD, H. *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934
- MELO, M. “Governance e reforma do Estado”. *Revista do Serviço Público*. Vol.120, n.1, 1996
- MERTON, R. *A ambivalência sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- *Social theory and social structure*. New York: Free Press, 1968
- MEYER, John & ROWAN, Brian. “Institucionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony”. *American Journal of Sociology*. Vol.83, n.2, set/1977 pp 340–363
- MINAYO, Maria C. “Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do estado do Rio de Janeiro”. Relatório de pesquisa do Concurso de Pesquisas Aplicadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
(http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/proj_aprov/est_comp_sob_maria.pdf), 2005
- MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas – Segurança pública e polícia civil em São Paulo (1983 – 1990)*. Porto Alegre: Corag (Coleção Estado e Sociedade), 1992
- MIRANDA, Orlando. “Programas de policiamento comunitário e programas de capacitação voltados para as comunidades”. Relatório de pesquisa do Concurso de Pesquisas Aplicadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
(http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/proj_aprov/prog_pol_comunit_orlando.pdf), 2005
- MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001
- MONJARDET, D. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: Edusp, 2003
- MOORE, Mark H. “Problem solving and community policing”In: ALPERT, Geoffrey P.(org.). *Community policing contemporary readings*. Illinois: Waveland Press, 2000
- MOTTA, Fernando C. P. “Cultura nacional e cultura organizacional”In: DAVEL, Eduardo et. Alli. *“Recursos” humanos e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 1996

- MOULIN, Luiz F. *Polícia interativa*. Vitória: Formar, 2003
- MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser – Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999
- NAWBY, R. I. “Models of policing”In: NEWBURN, Tim (org.). *Handbook of policing*. Oregon: Willan Publishing, 2003
- OLIVEIRA, Adriano. “Um estudo etnográfico da instituição polícia militar”In: NEVES, Paulo S. et alli. *Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos*. Recife: Bagaço, 2002
- PAIXÃO, Antônio L. “A organização policial numa área metropolitana” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.25, n.1, 1982, pp.63–85
- . “Crime, controle social e a consolidação da democracia – As metáforas da cidadania”In: REIS, F. W. & O’DONNEL, G. (orgs.). *A democracia no Brasil – Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988
- . “A política da polícia” (mimeo), 1993
- . “Ação, organização e instituição: problemas de teoria”. *Teoria e sociedade*, n.1, 1997 pp.87–104
- PAOLINE III, Eugene. “An examination of officers’ occupational attitudes”. *Police Quartely*, Vol.7, n.2, Jun/2004 pp.205–236
- PARSONS, T. & SHILS, E. *Hacia uma teoria general de la acción*. Buenos Aires: Kapelusz, 1968
- PARSONS, T. “Estrutura social e meios simbólicos de troca”In: BLAU, P. (org.). *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977
- PEREIRA, L. B. “Da administração pública burocrática à gerencial”. *Revista do Serviço Público*. Vol.120, n.1, 1996
- PERROW, Charles. “The neo-weberian model: decision making, conflict and technology”In: ----- . *Complex organizations: a critical essay*. New York: McGraw-Hill, 1986
- PRESSMAN, Jeffrey & WILDAVSKY, Aaron. *Implementation*. Berkley: University of California Press, 1973
- PRZEWORSKI, A. “Marxismo e escolha racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.3, 1988
- PFEFFER, Jeffrey. “Incentives in organizations: the importance of social relations”In: WILLIAMSON, Oliver E. (org.). *Organization theory*. New York: Oxford University Press, 1995

- PRATES, Antônio A. P. "Organização e instituição no novo institucionalismo", *Teoria e sociedade*, n.5, jun/2000 pp.123-146
- RAWLINGS, Philip. "Policing before the police". In: NEWBURN, Tim (org.). *Handbook of policing*. Portland: Willan Publishing, 2003
- REINER, Robert. *The politics of the police*. Toronto: University of Toronto Press, 1992
- REISS, Albert. "Policing everyday life" In: *The police and the public*. London: Yale University Press, 1971
- & BORDUA, David. "Environment and organization: a perspective on the police" In: KATZ, E. & DANET, B. (orgs). *Bureaucracy and the public*. New York: Basic Books, 1973
- REX, John. *Problemas fundamentais da teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- SANTOS, Marcos A. "A formação do policial militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico". Fundação João Pinheiro/ Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Administração Pública da Escola de Governo), 2000
- SAPORI Luís F. & SOUZA, Silas B. "Violência policial e cultura militar: aspectos teóricos e empíricos". *Teoria e sociedade*. N. 7, Jun/2001
- SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of social world*. Northwestern University Press, 1967
- . *Fenomenologia e relações sociais* (organizado por WAGNER, H.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- SCOTT, Richard. "Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists" In: WILLIAMSON, O. (org.). *Organizational theory - from Barnard to the present and beyond*. New York: Oxford University Press, 1995
- SCOTT, R. & MEYER, J. "The organization of social sectors". In: *Organizational environments - ritual and rationality*. Beverly Hills: Sage Publications, 1983
- SELZNICK, Philippe. *A liderança na administração - uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: FGV, 1972
- SHORT JR., J. "Pandillaje y anomie" In: *Anomia e conduta desviada*. Buenos Aires: Paidós, SD.
- SILVA NETO, Severo. "Ideologia e cultura organizacional da polícia militar - Diagnóstico e viabilidade". Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais/ Fundação João Pinheiro (Monografia apresentada no Curso Superior de Polícia), 1995
- . "Cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais: Uma visão diagnóstica". *O alferes*, Vol.13, n.45, abril-junho/1997 pp.13-69

- SIMON, H. *Administrative behavior*. New York: Free Press, 1976
- SINGELMANN, P. "Exchange as symbolic interaction: Convergences between two theoretical perspectives". *American Sociological Review*, vol. 37, nº 4, agosto/1972, pp. 414-424
- SKOLNICK, Jerome. *Justice without trial*. New York: Wiley, 1966
- _____ & FYFE, James. *Above the law – Police and the excessive use of force*. New York: The Free Press, 1993
- SMITH, Douglas A. "The myth of social class and criminality: An empirical assessment of the empirical evidence". *American sociological review*. Vol.43, Out/1978, pp.643-656.
- SOUZA, Elenice. "Polícia comunitária em Belo Horizonte: avaliação e perspectivas de um programa de segurança pública". Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia), 1999
- _____. "Organização policial e os desafios da democracia". *Teoria e sociedade*. N. 7, Jun/2001^a
- SOUZA, Eliene L. "A carreira policial militar – uma abordagem dos fatores determinantes da escolha". Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação apresentada no curso de mestrado em psicologia), 2002
- SOUZA, Rosânia R. "Os processos de construção de identidade no trabalho do policial militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte". Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação apresentada no curso de mestrado em psicologia), 2001b
- STINCHCOMBE, A. "A structural analysis of sociology" (xerox), SD
- STOCHIERO, Danny E. "A segurança jurídica do policial em intervenções de suicídio". Academia de Polícia Militar/Fundação João Pinheiro (Monografia apresentada no curso de especialização em gestão estratégica de segurança pública), 2006
- TEIXEIRA JÚNIOR, Edvaldo Piccinini. "Abordagem policial: a legalidade da busca pessoal e suas conseqüências". Academia de Polícia Militar/Fundação João Pinheiro (Monografia apresentada no curso de especialização em segurança pública), 2001
- THELEN, K. & STEINMO, S. "Historical institutionalism in comparative politics" In: *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analyses*. Cambridge University Press, 1992
- TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs). *Policimento moderno*. São Paulo: Edusp, 2003
- TYLER, Tom. "Public trust and confidence in legal authorities: what do majority and minority groups want from law and legal institutions?". *Behavioral sciences and the law*. Vol.19, 2001, pp.215-235

- WEAVER, R. K. & ROCKMAN, B. A "Assessing the effects of institutions" In: *Do institutions matter? Government capabilities in the USA and abroad*. Washington: The Brookings Institution, 1993
- WEBER, M. "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais" In: COHN, G. (org.). *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982
- "Burocracia" In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1992
- "Conceitos sociológicos fundamentais" In: *Teoria e sociedade*. Brasília: UNB, 1994.
- WEICK, Karl. "Components of a revised concept of organization" In: *The social psychology of organizing*. Menlo Park: Addison-Wesley, SD
- WHITE, Mervin, MENKE, Ben. "On assessing the mood of the public toward the police: some conceptual issues". *Journal of Criminal Justice*, vol.10, 1982, pp.211-230
- WILSON, James. *Varieties of police behavior*. New York: Harvard University Press, 1973
- ZAMBLE, Edward & ANNESLEY, Phyllis. "Some determinants of public attitudes toward the police". *Journal of police science and administration*. Vol.15, 1987, pp.285-290
- ZHAO, J. & HASSELL, K. "Policing styles and organizational priorities: retesting Wilson's theory of local political culture". *Police Quarterly*, Vol.8, n.4, Dez/2005 pp.411-430

ANEXOS

Questionário utilizado no *survey* com policiais militares em Belo Horizonte ¹⁰⁰

QUESTIONÁRIO

A Organização Policial e o Combate a Criminalidade Violenta

A Universidade Federal de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro estão elaborando um estudo sobre o combate à criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a organização da Polícia Militar. Por isso, é muito importante sabermos o que o(a) Senhor(a) pensa a respeito dessas questões e, sobretudo, é essencial conhecermos sua opinião sobre a forma como a Polícia se organiza, quais os meios que ela oferece para que o trabalho que o(a) Senhor(a) desenvolve transcorra de forma eficiente. Enfim, gostaríamos de saber como o senhor se sente como um(a) policial.

1- Batalhão e Companhia:

- CPC
- Tático-Móvel (de qualquer batalhão/companhia)
- Batalhão de Choque → 1^a, 2^a, 3^a, 4^a ou 5^a Companhia
 ALMX, EM, GAB CMT, S ARMT TIRO, S COM, S MNT TRNP, SAS, SECT, SOFI ou SOU
- BME → GRAER ou GATE
 ALMX, EM, GAB CMT, S ARMT TIRO, SAS, SECT ou SOFI
- RCAT → Todos os esquadrões
 ALMX, EM, GAB CMT, S ARMT TIRO, S COM, S MNT TRNP, SAS, SAS/VET, SECT, SOFI ou BCORNET
- 1^o, 5^o, 13^o, 16^o ou 22^o Batalhão → ALMX, EM, GAB CMT, S ARMT TIRO, S COM, S MNT TRNP, SAS, SECT, SECT AJ, SOFI, SOU, P-5 ou CMDO
- 1^o Batalhão → 2^a, 3^a ou 4^a Companhia
 5^a Companhia
 6^a Companhia Especial
- 5^o Batalhão → 8^a Companhia
 10^o Companhia
 9^a, 11^a ou 12^a Companhia
- 13^o Batalhão → 14^a Companhia
 15^a, 16^a, 17^a ou 18^a Companhia

¹⁰⁰ Fundação João Pinheiro e Universidade Federal de Minas Gerais, "A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta", 2000.

() 16º Batalhão → () 21ª Companhia
() 20ª, 22ª, 23ª ou 24ª Companhia

() 22º Batalhão → () 124ª, 125ª ou 128ª Companhia
() 126ª ou 127ª Companhia

2- Patente:

(1) Coronel (4) Capitão
(2) Tenente Coronel (5) 1º Tenente
(3) Major (6) 2º Tenente

3 - Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

4 - Idade: _____

5 - Que idade o Sr. tinha quando ingressou na polícia? _____

6 - Em que ano foi isso? _____

7 - Qual o seu nível de renda? R\$ _____

8 - Além de ser policial, o Sr. tem outro emprego, algum bico?

(1) Sim (2) Não

9 - O Sr. tem alguma religião? (Marque apenas uma opção)

- (1) Não tenho religião (sou ateu ou agnóstico)
- (2) Católico não praticante
- (3) Católico praticante
- (4) Metodista
- (5) Batista
- (6) Luterano
- (7) Presbiteriano
- (8) Adventista
- (9) Espírita
- (10) Exército da salvação
- (11) Testemunha de Jeová
- (12) Assembléia de Deus
- (13) Santos dos últimos dias
- (14) Igreja universal
- Outra (especificar) _____

10 - Nos últimos 5 anos, que tipo de atividade o(a) Senhor(a) mais desempenhou? (Marque apenas uma opção)

- 1-() Patrulhamento a pé
- 2-() Patrulhamento motorizado
- 3-() Patrulhamento montado
- 4-() Atividade de escritório (telefonista, secretário, administração geral)
- 5-() Estado-Maior, ajudância de ordens
- 6-() Atividade de comando
- 7-() Outras

11 - O(a) Sr(a). pode nos dizer por quê decidiu tornar-se um(a) policial militar ? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Por ser um trabalho orientado para as pessoas
 - 2-() Pelo desafio do trabalho
 - 3-() Pelo interesse no cumprimento da lei
 - 4-() Pelo interesse na prevenção do crime
 - 5-() Tenho amigos e familiares na polícia
 - 6-() Por razões econômicas (salário, benefícios adicionais)
 - 7-() Por razões de segurança (aposentadoria segura, emprego estável)
 - 8-() Pelo prestígio e respeito
 - 9-() Nada em particular
- Outra (Qual?) _____

12 - Em sua família existem outros policiais?

- 1-() Sim
- 2-() Não

13 - Se algum jovem lhe perguntar a respeito da vida, e se esse jovem estiver inseguro sobre que profissão escolher, o(a) Sr(a). o aconselharia a entrar para a Polícia ?

- 1-() Sim
- 2-() Não

Por quê ? _____

14 - E um filho seu ? O(a) Sr(a). o encaminharia para se tornar um policial?

- 1-() Sim
- 2-() Não

Por quê ? _____

15 - De tudo que um policial tem que fazer, quais coisas mais lhe agradam? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() A carreira
- 2-() Satisfação por trabalhar com pessoas
- 3-() Salário e os benefícios adicionais
- 4-() Estabilidade do emprego

- 5-() Prestígio e o respeito da profissão
- 6-() Trabalho de rua
- 7-() Trabalho variado
- 8-() Nada em particular
- Outro (especificar) _____

16 – Agora, de tudo que um policial tem que fazer, o que menos lhe agrada? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta 2ª Resposta 3ª Resposta

- 1-() Conduzir presos
- 2-() Trabalho assistencial
- 3-() Não poder exercer direitos (sindicalizar-se, fazer greve como qualquer outro servidor)
- 4-() Trabalho arriscado
- 5-() Salário e os benefícios adicionais
- 6-() Sistema de promoção
- 7-() Regulamento disciplinar
- 8-() Falta de apoio por parte dos superiores
- 9-() Influência política
- 10-() Burocracia e trabalho de escritório
- 11-() Possibilidade de punir um inocente
- 12-() Restrições ao comportamento na minha vida privada
- 13-() Restrições ao trabalho da polícia (nossas mãos estão atadas, as leis, a polícia civil e o trabalho da justiça restringem)
- Outro (especificar) _____

17 – O(a) Sr(a). mudou sua opinião sobre o trabalho policial desde que entrou para a Polícia Militar? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta 2ª Resposta 3ª Resposta

- 1-() Não mudei minha opinião (Vá para a Questão 18)
- 2-() É menos emocionante
- 3-() Público tem pouco respeito pela polícia
- 4-() Muita pressão por parte da comunidade
- 5-() Não há apoio dos superiores
- 6-() Não se consegue trabalhar devido às leis (direitos humanos, acusação de tortura, de lesão corporal, etc.)
- 7-() Muita burocracia
- 8-() Salário é ruim
- 9-() Moral da tropa é baixo
- 10-() Trabalho da polícia é muito mais difícil e complexo do que eu pensava
- Outro (especificar) _____

18 – Desde que o(a) Sr(a). entrou para a Polícia, alguma vez já pensou em sair e ir exercer outra profissão?

- 1-() Sim
- 2-() Não (Vá para a questão 19)

18(a) - Qual a principal razão que levou o(a) Sr(a). a pensar em sair?
(Marque apenas uma opção)

- 1- () Horário de trabalho
 - 2- () Melhorar o salário
 - 3- () Falta de respeito do público pelo trabalho da polícia
 - 4- () Perda de interesse pelo trabalho policial
 - 5- () Falta de apoio dos superiores
 - 6- () Muita demora para ser promovido
 - 7- () Objeção da(o) esposa(o) ou da família ao trabalho da polícia
- Outra (especificar) _____

18(b) - Qual a principal razão que levou o(a) Sr(a). a permanecer?
(Marque apenas uma opção)

- 1- () Sentimento de responsabilidade
 - 2- () Risco financeiro
 - 3- () Para não arriscar a segurança do futuro
 - 4- () Os outros aspectos do trabalho
 - 5- () Medo de mudar
 - 6- () Resolveu considerar melhor
 - 7- () Não conseguiu o emprego que desejava
 - 8- () Problema de qualificação para outro emprego
 - 9- () Idade
 - 10- () Razões pessoais
- Outra (especificar) _____

19 - Nem todas as pessoas servem para trabalhar na polícia, os policiais têm que ter qualidades especiais. Em sua opinião, qual a importância dos seguintes perfis para desenvolver as tarefas de um policial?

19(a) Alguém que tenha habilidade para trabalhar com as pessoas.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(b) Alguém que respeite a lei.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(c) Alguém que seja imparcial, justo, que sabe ver os dois lados.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(d) Alguém que saiba conviver com situações de tensão, movimentos de protesto e de contestação.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante

		a		
1	2	3	4	5

19(e) Alguém que seja capaz de solucionar problemas colocados pelas pessoas e pela comunidade.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(f) Alguém que seja esperto, alerta, que faça bons julgamentos, alguém que seja apto para tomar decisões.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(g) Alguém que seja disciplinado.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(h) Alguém que seja capaz de agüentar muitas coisas.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(i) Alguém que seja corajoso e bravo.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(j) Alguém que use a força física, que seja enérgico.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

19(l) Alguém que tenha boas condições físicas.

Nada Importante	Pouco Importante	Média Importância	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

20 - Quais são os principais problemas que o(a) Sr(a). encontra para realizar seu trabalho? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Falta de cooperação das pessoas
 - 2-() Falta de respeito (a população trata mal o policial)
 - 3-() Os jovens são muito difíceis
 - 4-() Tem muito bar, muitas pessoas tontas
 - 5-() As condições da pobreza
 - 6-() As organizações de direitos humanos causam problemas
 - 7-() A região tem muita criminalidade
 - 8-() A polícia civil não ajuda
 - 9-() Por causa das leis, ficou muito difícil prender
 - 10-() Não adianta prender, os juízes soltam
 - 11-() Os superiores não cooperam
 - 12-() A polícia tem chefe demais
 - 13-() Falta de equipamentos para o trabalho
 - 14-() Falta equipamentos de segurança
- Outro (especificar) _____

21 - Em uma escala de 1 a 5, assinale seu grau de concordância com cada uma das seguintes frases:

21(a) - É importante participar de cursos e treinamentos para melhorar a atuação do profissional de polícia

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(b) - Para realizar meu serviço na polícia, devo ter uma boa formação profissional.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(c) - Eu acredito que minha profissão, mais que outras, é essencial para a sociedade.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(d) - Quem sabe avaliar o que os policiais fazem são seus colegas.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(e) - Existem procedimentos e formas de se fazer as coisas que somente os policiais conhecem.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(f) - Somente aqueles que tem muita vocação podem ser policiais.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

21(g) - Quem deve decidir como se deve fazer o trabalho de polícia são os policiais.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

22 - As pessoas cooperam com a polícia, fornecendo informações que possam ajudar o trabalho?

1-() Frequentemente 2-() Às vezes 3-() Nunca (Vá para a questão 24)

23 - Qual o principal tipo de informação que as pessoas fornecem?

(Marque apenas uma alternativa)

- 1-() Apenas reclamações, seus próprios problemas
 - 2-() Informações sobre crimes
 - 3-() Informações sobre atividades suspeitas
 - 4-() Informações sobre comércio de drogas
 - 5-() Informações sobre venda de mercadorias roubadas, transações ilegais
 - 6-() Informações sobre o que acontece na vizinhança
 - 7-() Informações sobre problemas da comunidade
 - 8-() Informações de menor importância
- Outro (especificar) _____

24- Por que razão o(a) Sr(a). acha que as pessoas não cooperam, não dão informações? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Medo de retaliação ou repressão
- 2-() Medo, antipatia ou suspeita da polícia
- 3-() Não gostam de se envolver
- 4-() Não gostam de causar problemas aos outros, aos seus vizinhos
- 5-() Não conhecem a polícia suficientemente bem
- 6-() Não confiam que os problemas serão resolvidos
- Outro (especificar) _____

25 - Na opinião do(a) Sr(a)., qual a medida mais importante que poderia ser tomada para reduzir a criminalidade? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Aumentar o efetivo da Polícia
- 2-() Mais treinamento para o policial
- 3-() Mais veículos e equipamentos para a Polícia
- 4-() A Polícia deveria dar mais apoio ao policial de rua
- 5-() Criar pelotões táticos contra a desordem
- 6-() Aumentar o salário dos policiais
- 7-() Criar programas para menores de rua
- 8-() Criar emprego
- 9-() Mais educação para o povo
- 10-() Criar opções de lazer para a comunidade
- 11-() Judiciário mais rigoroso
- 12-() Criar leis mais duras
- 13-() Criar políticas públicas para a população jovem
- Outro (especificar) _____

26 - A Prefeitura coopera com o combate à criminalidade? Na opinião do(a) Sr(a). o trabalho que o governo municipal faz é ótimo, bom ou ruim?

- 1-() Ótimo
- 2-() Bom
- 3() Ruim
- 4-() A Prefeitura não faz nada

(Vá para a questão 28)

27 - O que a Prefeitura tem feito? (Marque apenas uma alternativa)

- 1-() Trabalho em conjunto com a Polícia e as Administrações Regionais
- 2-() Apoio aos projetos da Polícia
- Outro (especificar) _____

28 - E as associações de bairro? Elas cooperam com o trabalho da Polícia?

1-() Sim

2-() Não (Vá para a questão 30)

29 – De que modo elas cooperam ? (Marque apenas uma alternativa)

1-() Ajudam a Polícia no relacionamento com a comunidade

2-() Fazem trabalho para angariar recursos

Outro (especificar) _____

30 – Agora, mudando totalmente de assunto, gostaríamos de saber como a família e os amigos de um policial vêem seu trabalho. Em primeiro lugar, qual o estado civil do(a) Senhor(a)?

1-() Casado(a)

3-() Separado(a)

5-() Solteiro(a)

2-() Amasiado(a)

4-() Divorciado(a)

6-() Viúvo(a)

31 – Quantos filhos o(a) Sr(a). tem ? _____

32 – Na opinião do(a) Sr(a)., o fato de ser um(a) policial dificulta para sua família (esposa(o) e/ou filhos) fazer amigos?

(1) Sim

(2) Não (vá para a questão 34)

(3) Não sei (vá para a questão 34)

88-() Não tenho esposa(o), nem filhos (vá para a questão 35)

33 – Por que é mais difícil para sua família fazer amigos ?

(Marque apenas uma alternativa)

1-() As pessoas comportam-se de forma diferente por eu ser policial

2-() A família fica muito preocupada com o meu trabalho

3-() A avaliação negativa que as pessoas têm dos policiais impede que se faça amigos

Outro (especificar) _____

34 – Sua(seu) esposa(o) reclama pelo fato de o(a) Sr(a). ser um(a) policial ? Às vezes ela(ele) fala ou falou: “Não sei porquê fui casar com um(a) policial ?” (Marque somente uma opção)

Sim → 1-() Teme pela minha segurança

2-() Não gosta de ser deixada(o) sozinha(o)

3-() Fala que meus horários são ruins

4-() Fala que o salário é baixo

5-() Fala que tenho pouco contato com os filhos

Outros(especificar)_____

10- () Não

88- () Não tenho esposa(o)

35 – E seus amigos? São mais militares que civis?

1-() Mais militares

2-() Mais civis

36 – Com que frequência o(a) Sr(a). se encontra com seus amigos militares fora do horário de serviço?

- 1-() Quase todo dia 3-() Duas ou três vezes ao mês
2-() Uma vez por semana 4-() Algumas vezes por ano

37 – Com seus amigos civis, com que frequência o(a) Sr(a). se encontra com eles?

- 1-() Quase todo dia 3-() Duas ou três vezes ao mês
2-() Uma vez por semana 4-() Algumas vezes por ano

38 – Quando o(a) Sr(a). vai a um lugar e as pessoas ficam sabendo que é um(a) policial, com que frequência elas conversam sobre crimes ou o trabalho policial?

- 1-() Frequentemente 3-() Raramente
2-() Às vezes 4-() Nunca (vá para a questão 41)

39 – Essas pessoas fazem perguntas sobre que tipo de assunto policial?

- 1-() Crimes que estão no noticiário
2-() As experiências do(a) Sr(a). como policial
3-() Reclamações contra policiais
4-() Gostam de saber de casos sobre tumultos, corres-corres
5-() Gostam de saber das dificuldades para se prender bandido
Outro (especificar) _____

40 – Essas pessoas costumam criticar o trabalho da Polícia?

- 1-() Sempre 3-() Raramente
2-() Às vezes 4-() Nunca (vá para a questão 42)

41 – Como o(a) Sr(a). se sente quando as pessoas criticam a Polícia?

(Marque apenas uma opção)

- 1-() Não me aborrece de jeito algum
2-() Eles têm o direito de ter essa opinião
3-() Quase nunca levo para o lado pessoal
4-() Não gosto, acho as críticas sempre injustas
5-() Sinto-me insultado
Outro (especificar) _____

42 – Quando o(a) Sr(a). não está trabalhando, acha que deve agir de forma a manter sua reputação como policial militar?

- 1-() Sim 2-() Não (vá para a questão 44)

43 – De que maneira isso afeta sua vida pessoal?

(Marque apenas uma opção)

- 1-() Não gosto, pois restringe minha forma de agir, não me sinto livre
2-() Não gosto, pois restringe os lugares onde posso ir
3-() Não gosto, pois restringe as pessoas com quem ando
4-() Não gosto, pois restringe minha vida social
5-() Estou adaptado, já me acostumei

51 – Em que aspecto o(a) Sr(a). acha que o público se comporta de modo melhor? (Marque somente uma opção)

- 1-() Reconhecem o trabalho da polícia
- 2-() Reconhecem que a criminalidade está aumentando mas que não é por falha da polícia

Outro (especificar) _____

52 – Em que aspecto o(a) Sr(a). acha que o comportamento do público piorou? (Marque somente uma opção)

- 1-() Demonstram menos respeito pela polícia
- 2-() Os jovens comportam-se pior hoje em dia
- 3-() A criminalidade aumentou
- 4-() Atualmente, não há número suficiente de policiais
- 5-() O público está mais indisciplinado
- 6-() Existe hoje uma falência geral da lei e da ordem
- 7-() A polícia e o público vivem muito separados

Outro (especificar) _____

53 – O(a) Sr(a). acha que o público entende o que é ser um policial?

- 1-() Sim
- 2-() Não

54 – Na opinião do(a) Sr(a)., qual a idéia que as pessoas têm do trabalho policial? (Marque somente uma opção)

- 1-() É um trabalho fácil
- 2-() A polícia recebe salários altos
- 3-() A polícia é desonesta e corrupta
- 4-() A polícia serve para prender e multar e não para prevenir o crime
- 5-() A polícia é um mal necessário e incômodo
- 6-() A polícia é vista como violenta, desumana e cruel
- 7-() A polícia é mal-educada
- 8-() A visão que as pessoas têm é simpática e compreensiva

Outro (especificar) _____

55 – Em sua opinião, quais as principais coisas que as pessoas não entendem sobre o trabalho da polícia? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() As pessoas entendem o que a polícia faz (Vá para a questão 57)
- 2-() As pessoas não sabem que a polícia perdeu o poder de agir por causa de mudanças na lei
- 3-() As pessoas não sabem o que a lei permite e o que ela não permite
- 4-() O público não compreende a complexidade do trabalho policial
- 5-() Que o trabalho da polícia não é fácil nem agradável
- 6-() Que o trabalho da polícia é muito perigoso
- 7-() Que a polícia não é desonesta
- 8-() Que a polícia não é violenta, desumana ou cruel

- 9- () Que a polícia também tem que obedecer e viver de acordo com as leis
- 10- () Que a polícia não persegue ou prende alguém por maldade
- Outro (especificar) _____

56 – Na opinião do(a) Sr(a)., o que dificulta a compreensão do público sobre o trabalho que a polícia faz ? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- (1) A imprensa
- (2) Geralmente, estão interessados só no sensacionalismo
- (3) Falta de experiência com o trabalho policial
- (4) Falta de simpatia pelo policial
- (5) Só vêem o lado deles
- (6) Falta de comunicação adequada e eficiente
- (7) Só acreditam nas más notícias sobre o policial
- (8) Falta de apoio das lideranças comunitárias

Outro (especificar) _____

57 – Existem grupos ou organizações que tornam mais difícil para o público compreender o trabalho policial? (Marque somente uma opção)

- 1- () Não
 - 2- () Grupos de esquerda
 - 3- () Grupos de direita
 - 4- () Grupos que lutam pelas minorias
 - 5- () Grupos que defendem os direitos humanos
 - 6- () A imprensa
 - 7- () Associações comunitárias
 - 8- () Gangues de jovens
 - 9- () Grupos minoritários
 - 10- () São pessoas, não grupos
- Outro (especificar) _____

Agora, gostaríamos de saber um pouco sobre como o(a) Sr(a). avalia possíveis mudanças havidas no público em geral. Vamos citar alguns segmentos da sociedade e gostaríamos de saber qual o grau de dificuldade em lidar com eles hoje.

58 – Motoristas

Nenhuma dificuldade	Pouca Dificuldade	Média Dificuldade	Alguma Dificuldade	Muita Dificuldade
1	2	3	4	5

59 – Em que aspecto os motoristas mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
- 2- () A maioria está mais atenta à lei
- 3- () As pessoas discutem menos no trânsito
- 4- () Mais carros, o trânsito mudou muito
- 5- () Motorista reclama muito
- 6- () Eles pensam que podem fazer tudo
- Outro (especificar) _____

60 – Jovens e adolescentes

Nenhuma dificuldade	Pouca Dificuldade	Média Dificuldade	Alguma Dificuldade	Muita Dificuldade
1	2	3	4	5

61 – Em que aspecto os jovens mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
- 2- () Sabem que, com a mudança das leis, a polícia teve sua função limitada
- 3- () São mais agressivos, mais rebeldes
- 4- () As gangues juvenis são um problema
- 5- () Não têm mais respeito (pelos pais, pelas leis, pela polícia)
- 6- () Eles pensam que entendem as leis
- 7- () Eles não têm medo de nada e nem de ninguém
- 8- () Hoje há mais delinquência
- 9- () São mais cooperativos
- Outro (especificar) _____

62 – Profissionais liberais (como médicos, advogados, professores)

Nenhuma dificuldade	Pouca Dificuldade	Média Dificuldade	Alguma Dificuldade	Muita Dificuldade
1	2	3	4	5

63 – Em que aspecto os profissionais liberais mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
- 2- () São mais cooperativos
- 3- () Esses profissionais apoiam mais a polícia
- 4- () Eles entendem melhor quando a gente explica
- 5- () Muito difícil de lidar, acham que sabem tudo
- 6- () Têm muita falta de respeito pela autoridade
- Outro (especificar) _____

64 – Trabalhadores

Nenhuma	Pouca Dificuldade	Média Dificuldade	Alguma	Muita
---------	-------------------	-------------------	--------	-------

dificuldade	e	e	Dificuldade	Dificuldade
1	2	3	4	5

65 – Em que aspecto os trabalhadores mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
- 2- () São pessoas ponderadas e responsáveis
- 3- () São acostumados ao trabalho duro, à rotina diária
- 4- () São cheios de ressentimento
- 5- () São relutantes com a polícia
- 6- () Eles acham que conhecem as leis e os direitos
- Outro (especificar) _____

66 – Pobres

Nenhuma dificuldade	Pouca Dificultad e	Média Dificultad e	Alguma Dificuldade	Muita Dificuldade
1	2	3	4	5

67 – Em que aspecto os pobres mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
- 2- () São hostis
- 3- () Não são cooperativos
- 4- () Sempre usam argumentos de direito humano
- 5- () Os grupos de direitos humanos tornam difícil lidar com eles
- 6- () Sentem-se com direito a tratamento especial
- 7- () Mostram menos respeito pela polícia e pela lei
- 8- () São pessoas menos responsáveis
- 9- () São menos provocativos
- 10- () São mais cooperativos
- 11- () Têm respeito pela polícia e pela lei
- 12- () São mais responsáveis
- Outro (especificar) _____

68 – Ricos

Nenhuma dificuldade	Pouca Dificultad e	Média Dificultad e	Alguma Dificuldade	Muita Dificuldade
1	2	3	4	5

69 – Em que aspecto os ricos mudaram?

(Marque somente uma opção)

- 1- () Não mudaram
 - 2- () Não são cooperativos
 - 3- () São provocativos
 - 4- () Sempre falam que vão chamar alguma autoridade
 - 5- () Sentem-se com direito a tratamento especial
 - 6- () Não têm respeito pela polícia ou pela lei
 - 7- () São mais cooperativos
 - 8- () Respeitam a polícia e a lei
 - 9- () São mais responsáveis
 - 10- () Facilitam as coisas
- Outro (especificar) _____

70 – Em uma escala de 1 a 5, assinale seu grau de concordância com cada uma das seguintes frases:

70(a) Atualmente, a polícia faz menos uso da força.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

70(b) Atualmente, a polícia está mais cuidadosa ao deter ou prender cidadãos.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

70(c) Atualmente, a polícia está menos rígida ao aplicar as leis.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

70(d) Atualmente, a polícia está mais polida e cortês ao se relacionar com a comunidade.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

70(e) Atualmente, a polícia tem mais contato com o público e com as associações.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

70(f) Atualmente, a polícia tem mais profissionalismo para exercer o cargo.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

70(g) Atualmente, a polícia sente que a população está contra ela

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

71 – O(a) Sr(a). acha que, em geral, o público ajuda tanto quanto pode quando vê policiais em dificuldades e precisando de ajuda?

- 1-() Sim (vá para a questão 73)
- 2-() Não
- 3-() Não sei (vá para a questão 73)

72 – Em sua opinião, por que o público não ajuda?

(Marque somente uma opção)

- 1-() Não querem se envolver, tem medo
- 2-() As pessoas não se importam com as coisas, acham que não é assunto delas
- 3-() Medo de retaliação
- 4-() Medo de se machucar ajudando a polícia
- 5-() Não gostam da polícia
- Outro (especificar) _____

73 – Como que o(a) Sr(a). acha que o público em geral avalia a Polícia hoje se comparado com a época do governo militar (de 1964 até 1984)? Em sua opinião, o prestígio do policial hoje está mais alto, está da mesma forma que antes, ou está mais baixo?

- 1-() Está mais elevado
- 2-() Não mudou
- 3-() Está mais baixo
- 4-() Não sabe

74 – O(a) Sr(a). acha que o trabalho policial está mais perigoso hoje que há cinco anos atrás?

- 1-() Sim
- 2-() Não (vá para a questão 76)
- 3-() Não sei (vá para a questão 76)

75 – O que tornou o trabalho mais perigoso? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Mais crimes sérios
- 2-() As pessoas sabem que podem ficar impunes
- 3-() Os tribunais não são rigorosos
- 4-() A justiça não apoia o trabalho da polícia
- 5-() Desrespeito pela ordem, pela polícia e pela lei
- 6-() O público é hostil, pouco cooperativo
- 7-() As pessoas estão muito armadas
- 8-() O respeito pela polícia mudou
- Outro (especificar) _____

76 – Em sua opinião, os crimes violentos estão aumentando, diminuindo, ou têm se mantido no mesmo nível comparando com cinco anos atrás?

- 1-() Têm aumentado
- 2-() Têm se mantido no mesmo nível
- 3-() Têm diminuído
- 4-() Não sei (vá para a questão 78)

77 – O(a) Sr(a). acha que isso aconteceu por quê ? (Escreva o nº de cada opção escolhida dentro dos quadrados abaixo, por ordem de preferência, podendo escolher até três opções)

1ª Resposta

2ª Resposta

3ª Resposta

- 1-() Mais armas nas mãos da população
- 2-() Os crimes ficam impunes
- 3-() O efetivo policial não é suficiente
- 4-() A agitação da vida moderna
- 5-() As causas disso estão na família
- 6-() As causas disso estão no uso de droga
- 7-() As causas estão no excesso de álcool
- 8-() Os bandidos estão mais organizados
- 9-() Aumento da pobreza e do desemprego
- Outro (especificar) _____

Agora, gostaríamos de saber um pouco sobre o grau de satisfação do(a) Sr(a). com alguns aspectos de seu trabalho.

78 – Com relação ao seu salário, o(a) Sr(a). está:

- | | |
|--------------------------------|------------------------------|
| 1- () Totalmente insatisfeito | 3- () Satisfeito |
| 2- () Insatisfeito | 4- () Totalmente satisfeito |

79 – Em sua opinião, qual seria o salário bruto ideal para um soldado com muita experiência?

R\$ _____

80 – E quanto o(a) Sr(a). acha que um soldado iniciante deveria receber?

R\$ _____

81 – Com relação a seus superiores, o(a) Sr(a). diria que está:

- | | |
|--------------------------------|------------------------------|
| 1- () Totalmente insatisfeito | 3- () Satisfeito |
| 2- () Insatisfeito | 4- () Totalmente satisfeito |

82 – Existe alguma coisa em especial que o(a) Sr(a). goste em seus superiores? (Marque somente uma opção)

- 1- () Não, nada em particular
 - 2- () Eles me tratam bem
 - 3- () Conhecem bem o trabalho
 - 4- () Sabem lidar com as pessoas
 - 5- () Conhecem meus problemas e me entendem
 - 6- () Eles me apoiam
 - 7- () São hábeis e sabem lidar com a política
 - 8- () Eles me deixam fazer as coisas do jeito que acho melhor
- Outro (especificar) _____

83 – Existe alguma coisa com respeito a seus superiores que o(a) Sr(a). acha que pode ser melhorada? (Marque somente uma opção)

- 1- () Não, nada em particular
 - 2- () Apoiar mais os homens
 - 3- () Deviam fazer críticas mais construtivas
 - 4- () Nos dar mais oportunidades para tomar decisões
 - 5- () Nos dar oportunidades para fazer questionamentos
 - 6- () Serem menos punidores e críticos
 - 7- () Ouvir mais os conselhos dos subalternos e fazer as coisas de modo mais cooperativo
 - 8- () Alguns deles deveriam ser afastados ou aposentados
- Outro (especificar) _____

84 – Nos últimos dois anos, quantas vezes o(a) Sr(a). sugeriu a seus superiores um modo melhor ou diferente de fazer o trabalho policial? (Marque somente uma opção)

- 1- () Nunca tive oportunidade de sugerir (vá para a questão 86)
- 2- () Uma ou duas vezes
- 3- () Um a três vezes
- 4- () Mais ou menos cinco
- 5- () Seis a dez vezes

6-() Mais de dez vezes nesses dois anos

7-() Não sei (vá para a questão 86)

85 – Quantas vezes seus superiores acataram suas sugestões?

(Marque somente uma opção)

1-() Raramente ou nunca

2-() Ocasionalmente

3-() Mais ou menos a metade das vezes

4-() A maioria das vezes

5-() Quase todas as vezes

6-() Não sei

86 – Quando o(a) Sr(a). não gosta de alguma política ou algum procedimento relacionado com o trabalho policial, com que frequência expressa sua opinião a seus superiores?

1-() Raramente ou nunca

2-() Ocasionalmente

3-() Mais ou menos a metade das vezes

4-() A maioria das vezes

5-() Quase todo o tempo

6-() Não sei

87 – Qual norma ou procedimento o(a) Sr(a). acha que poderia ser mudada para melhorar o trabalho do policial ?

(Marque apenas uma opção)

1-() Muitas, mas não consigo me lembrar de nenhuma agora

2-() O trabalho burocrático é muito grande, poderia ser melhorado

3-() As regras não são igualmente aplicadas a todo mundo

4-() As regras de promoção

5-() A rigidez da disciplina

Outra (especificar) _____

88 – Como o(a) Sr(a). percebe suas chances de promoção na carreira? O(a) Sr(a). diria que elas são:

1-() Muito boas

2-() Boas

3-() Razoáveis

5-() Muito ruins

4-() Ruins

89 – Quanto às regras de promoção, o(a) Sr(a). diria que são:

1-() Totalmente satisfatórias

2-() Satisfatórias

3-() Insatisfatórias

4-() Totalmente insatisfatórias

5-() Não sei (vá para a questão 91)

90 – Por que o(a) Sr(a). pensa assim ?

(Marque apenas uma opção)

1-() Há muita injustiça. As oportunidades de progredir são desiguais

2-() As questões são decididas de forma injusta

- 3-() Dão muita ênfase na escolaridade e pouca ênfase nas questões práticas, na experiência
- 4-() Os critérios são justos
- 5-() As oportunidades são iguais
- 6-() Existe pouco arbítrio, o que vale é o curriculum
- 7-() Não sei

91 – Qual foi a última vez que o(a) Sr(a). foi promovido?

- 1-() Nunca fui promovido
- 2-() Há menos de um ano
- 3-() Há um ano
- 4-() Há dois ou três anos
- 5-() Há quatro ou cinco anos
- 6-() Há seis ou sete anos
- 7-() Há oito ou nove anos
- 8-() Há nove ou dez anos
- 9-() Há mais de dez anos
- 10-() Não sei

92 – O(a) Sr(a). já recebeu algum elogio formal pela forma como realiza seu trabalho?

- 1-() Sim
- 2-() Não

93 – Em sua opinião, qual a principal razão que leva uma pessoa a praticar crimes ? (Marque apenas uma opção)

- 1-() Falta de disciplina
- 2-() Ganância, vingança
- 3-() Irresponsabilidade
- 4-() Ganho pessoal, dinheiro
- 5-() Pobreza
- 6-() Distúrbios emocionais
- 7-() Drogas, estimulantes
- 8-() Uma forma de vida, é tudo que sabem fazer
- 9-() O ambiente não oferece oportunidades
- 10-() Condições sociais
- 11-() Condições econômicas, falta de emprego
- 12-() Falta de respeito pela lei e pela ordem
- 13-() Falta de temor pelas conseqüências do crime
- Outro (especificar) _____

94 – Como um policial, o(a) Sr(a). acha que deve-se ser mais duro com certos tipos de pessoas que com outros?

- 1-() Sim
- 2-() Não (Vá para a questão 96)

95 - Com que tipo de pessoa tem-se que ser mais duro ?

(Marque apenas uma opção)

- 1-() Pessoas violentas, que usam a força, que opõem resistência
- 2-() Pessoas com atitudes beligerantes ou agressivas
- 3-() Vagabundos, gangues, grupos de jovens
- 4-() Meninos de rua
- 5-() As pessoas de classe mais baixa
- Outros (especificar) _____

96 – Atualmente, a polícia tem que lidar com passeatas, manifestações pacíficas e piquetes liderados por grupos ou movimentos. O(a) Sr(a). acha que deve ser permitido a esses grupos realizar esses movimentos?

- 1-() Sim 2-() Não

97 – Por que o(a) Sr(a). pensa assim ?

(Marque apenas uma opção)

- 1-() É um direito que eles têm
2-() A causa geralmente é justa e a demanda é legítima
3-() Quando protestam pacificamente, não tem problema
4-() Demonstrações fora da lei não podem ser permitidas
5-() Há formas mais legítimas de manifestação
6-() As manifestações causam arruaças, transtornam o trânsito e causam trabalho desnecessário à polícia

Outro (especificar) _____

98 - Sabe-se que a greve feita pelos praças, a primeira da história, marcou muito a Polícia Militar. A forma como o movimento se deu e a maneira como terminou: afastamentos, demissões, etc. afetaram o moral da tropa?

- 1-() Afetou demais
2-() Afetou
3-() Houve indiferença
4-() Afetou pouco
5-() Não afetou

99 - Para quem assistiu de fora, a greve fez transparecer a idéia de existência de duas polícias: a polícia dos praças e a polícia dos oficiais. Em seu entender essa percepção é :

- 1-() Muito verdadeira
2-() Verdadeira
3-() Não é verdadeira
4-() É falsa
5-() É muito falsa

100 - A greve deixou marcas na relação entre Praças e Oficiais?

- 1-() Sim 2-() Não
Por quê ? _____

101 - Quando se compara o relacionamento, entre praças e oficiais, que havia antes da greve com o que existe hoje, mudou alguma coisa?

- 1-() Ficou muito melhor 3-() Não mudou 4-() Ficou pior
2-() Ficou melhor 5-() Ficou muito pior

102 - Em uma escala de 1 a 5, assinale seu grau de concordância em cada uma das seguintes frases:

102(a) O regulamento disciplinar Policial Militar da PMMG necessita de mudanças imediatas.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(b) A Polícia Militar necessita de um regulamento disciplinar mais rígido que o regulamento da Polícia Civil.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(c) O principal item a ser alterado no Regulamento Disciplinar Policial Militar (RDPM) é o que se refere às penas de prisão para infrações disciplinares.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(d) O Regulamento Disciplinar Policial Militar (RDPM) é muito rígido, pois define como infrações disciplinares comportamentos dos policiais que não devem ser punidos.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(e) O Regulamento Disciplinar Policial Militar (RDPM) é um instrumento de opressão dos oficiais sobre os praças.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(f) O Estatuto da Criança e do Adolescente favorece a impunidade na sociedade brasileira.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(g) O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei importante e necessária para a proteção e recuperação do jovem que comete ato infracional.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(h) A idade mínima para que o jovem seja considerado criminoso deve ser de 16 anos, e não de 18 anos conforme definido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(i) Os movimentos de Direitos Humanos têm dificultado e atrapalhado o trabalho da polícia no controle do crime no Brasil.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(j) A lei que define a tortura como crime no Brasil é um exemplo de legislação que tem mais prejudicado do que ajudado o trabalho policial.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(k) O Policial Militar, hoje, encontra-se impossibilitado de realizar bem seu trabalho porque existem muitas leis que garantem direitos aos criminosos.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

102(l) O Policial Militar no Brasil que procura ser eficiente no combate ao crime corre maiores riscos de ser acusado de abuso de poder.

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Amostra por unidade da Polícia Militar ¹⁰¹

	População		Amostra	
	Oficiais	Praças	Oficiais	Praças
1º BPM	42	916	42	160
5º BPM	41	834	41	154
13º BPM	39	1004	39	143
16º BPM	41	1081	41	146
22º BPM	40	799	40	125
CHOQUE	29	604	29	106
MISSÕES ESPECIAIS	25	162	25	24
CPC	33	349	33	62
RCAT	32	508	32	80
TRÂNSITO	37	752	-	-
CIA P GD	14	312	-	-

¹⁰¹ REIS, Edna Afonso. "Plano amostral" (mimeo – Projeto "A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta"), Julho de 2000.